

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Rosângela Rosa Praxedes

Projeto UNESCO: quatro respostas para a questão racial no Brasil

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2012

**Rosângela Rosa Praxedes**

**Projeto UNESCO: quatro respostas para a questão racial no Brasil**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josildeth Gomes Consorte.

SÃO PAULO

2012

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

*Para Nair, minha mãe*

## Sumário

Resumo, 8

Abstract, 9

Agradecimentos, 10

Introdução, 11

Capítulo 1 Imagens do Brasil antes do Projeto UNESCO:

O Brasil como um paraíso racial, 19

1.1 As campanhas imigratórias, 22

1.2 Ideais abolicionistas e seus desdobramentos nas representações sobre as relações entre senhor e escravo, 28

1.3 O debate político e científico sobre a eugenia no Brasil, 34

1.4 A mobilidade social ascendente dos negros nos estudos da primeira metade do século XX, 44

Capítulo 2 René Ribeiro: religiosidade, patriarcalismo e mestiçagem, 50

2.1 Colonialismo, religiosidade e relações raciais, 53

2.2 Diferenças entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, 58

2.3 Casamento, miscigenação e mobilidade social, 68

### Capítulo 3 Costa Pinto e as barreiras para a ascensão social

dos negros no Rio de Janeiro, 80

3.1 Modernização econômica e a persistência da discriminação racial, 94

3.2 Mobilidade social e segregação espacial, 108

3.3 Educação escolar e mobilidade social, 109

3.4 Mobilidade social e associações negras, 111

### Capítulo 4 - A pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes

sobre as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, 119

4.1 A preeminência das relações sociais

de dominação e subordinação sobre a cor e raça, 121

4.2 A persistência dos preconceitos contra

os negros segundo Florestan Fernandes, 139

4.3 Preconceitos contra a mobilidade social

dos negros segundo Roger Bastide, 148

4.4 Preconceitos em relação à cor ou em relação à classe social? 153

4.5 – Preconceitos contra os negros na escola e no trabalho, 161

Capítulo 5 Thales de Azevedo e a ascensão social das elites de cor, 168

5.1 A origem histórica da convivência harmônica

entre os grupos raciais da Bahia, 170

5.2 A condição ambígua dos indivíduos classificados como “mulatos”, 179

5.3 A correlação entre raça e classe social entre os baianos, 184

5.4 Canais para a mobilidade social ascendente dos negros na Bahia, 189

Considerações finais, 207

Referências, 215

## Resumo

No contexto histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, a UNESCO, (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) patrocina um programa de estudos sobre relações raciais no Brasil que ficou conhecido como o “Projeto UNESCO”. Nesta tese de doutorado, elegendo como referencial as abordagens teóricas que investigam as relações raciais na sociedade brasileira desde a década de 1930, realizamos um estudo analítico e interpretativo, contextualizado historicamente, sobre quatro pesquisas desenvolvidas no Brasil no âmbito do Projeto UNESCO, no início da década de 1950. No primeiro capítulo discutimos as idéias que lastreavam as concepções que apontavam o Brasil como um “paraíso racial” e o credenciaram a se tornar “um grande laboratório” de estudos sobre relações raciais. O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre as possibilidades de mobilidade social para os negros na sociedade brasileira, conforme o estudo *Religião e relações raciais*, realizado por René Ribeiro em Pernambuco. No terceiro capítulo realizamos uma discussão a respeito da pesquisa desenvolvida por L.A. Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança*. Na continuidade do trabalho, abordamos no quarto capítulo o estudo *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, de responsabilidade de Roger Bastide e Florestan Fernandes, para encerrarmos com o quinto capítulo sobre a pesquisa desenvolvida por Thales de Azevedo na Bahia, *As elites de cor – um estudo de ascensão social*. Nas considerações finais sistematizamos os aspectos que caracterizam cada estudo focado ao longo da tese, tendo em vista entendermos como os pesquisadores que se engajaram no Projeto UNESCO concebiam as possibilidades e os obstáculos para a mobilidade social ascendente dos negros no Brasil. Entre os objetivos desta tese está a evidenciação dos fundamentos teóricos e empíricos das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto UNESCO, visando contribuirmos para a rememoração de sua relevância teórica, empírica e política, para a sua difusão, bem como darmos prosseguimento aos estudos sobre a relação raça, classe e mobilidade social no Brasil, e contribuirmos de alguma maneira para a produção acadêmica que analisa criticamente as relações raciais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Projeto UNESCO; questão racial; negros; Brasil

## Abstract

In a post-Second World War background, UNESCO (United Nations Educational, scientific and Cultural Organization) sponsors a program of studies on race relations in Brazil well known as "UNESCO Project". This doctoral thesis bases on theoretical approaches about race relations in Brazilian society since the Decade of 1930. It conducts an analytical and interpretive study, historically grounded in four surveys developed nationally within UNESCO Project in the early 1950s. In the first chapter, we discussed concepts that pointed Brazil as a "racial paradise" and accredited it to become "a great laboratory" to study race relations. The second chapter provides a discussion on the possibilities of social mobility for Black people in Brazil according to a study developed by René Ribeiro in Pernambuco: *Religião e relações raciais* (Religion and racial relations). The third chapter brings up a discussion about the research made by L.A. Costa Pinto - *O negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança* (The Black in Rio de Janeiro – race relations in a changing society). In the following chapter, we discussed the study *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (Racial relations between black and white men in São Paulo), created by Roger Bastide and Florestan Fernandes. Then we closed the fifth chapter with a research developed by Thales de Azevedo in Bahia, *As elites de cor – um estudo de ascensão social* (The elites of color – a study on upward social mobility). In our final considerations, we systematize the aspects that characterize each study used along the thesis in order to understand how the researchers - who engaged in UNESCO project - faced the opportunities and obstacles to upward social mobility of black people in Brazil. This thesis aims to disclose empirical and theoretical concepts developed on researches at UNESCO Project, so that we can help recollecting its theoretical, empirical and political relevance. In addition, we intend to further studies on race relations, class and social mobility in Brazil, as well as contribute somehow to critic academic production on race relations in this society.

**Keywords:** UNESCO Project; Racial Issues; Black People; Brazil.

## Agradecimentos

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josildeth Gomes Consorte, pela orientação segura e pela confiança na realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. João Batista Borges Pereira e à Prof. Dr<sup>ª</sup> Maria Helena Villas Boas Concone, pelas relevantes sugestões no exame de qualificação.

À Banca Examinadora.

Ao Prof. Dr. Kabengele Munanga, pelo incentivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aos seus professores e funcionários, pelas condições institucionais que possibilitaram a construção desta tese.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a realização da pesquisa que culminou na elaboração desta tese.

Aos amigos que me acompanharam nesta jornada.

Aos meus familiares, pelo apoio, a compreensão e o afeto.

## Introdução

No contexto sócio-histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, a UNESCO, (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) patrocina um programa de estudos sobre relações raciais no Brasil. Um dos motivos da escolha do Brasil para estes estudos era a crença difundida internacionalmente de que uma democracia racial se constituía no país, na qual os critérios raciais e os traços fenotípicos como o da cor da pele não influenciavam nas relações sociais e econômicas, tornando-o um modelo de sociedade harmônica racialmente que deveria ser compreendido e seguido, o que o credenciou como “um grande laboratório” de estudos sobre relações raciais.

Nesta Tese de Doutorado intitulada “Projeto UNESCO: quatro respostas para a questão racial no Brasil”, investigamos as relações raciais na sociedade brasileira, a partir de uma abordagem analítica e interpretativa de alguns destes estudos realizados sob o patrocínio da UNESCO, na década de 1950, no Brasil, enfocando, particularmente, os processos de mobilidade social ascendente entre os negros. Aqui são analisados os resultados de quatro obras de antropologia e sociologia: *Religião e relações raciais*, realizada por René Ribeiro (1956), em Pernambuco; *O negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança*, de L.A. Costa Pinto (1953); *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955); *As elites de cor – um estudo de ascensão social*, de Thales de Azevedo (1953; 1955) na Bahia.

Os esforços intelectuais realizados pelos cinco autores contribuíram para que a sociedade brasileira atentasse para as especificidades da problemática racial em nosso país, ao mesmo tempo em que se constituíram como referenciais teóricos e empíricos, com

diferentes metodologias, inspirando a realização de uma vasta produção acadêmica e bibliográfica no campo das ciências sociais brasileiras sobre a temática em questão. Como afirma Marcos Chor Maio,

O Projeto Unesco foi um agente catalisador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. (MAIO, 1999, p. 2)

Enfocaremos particularmente a “recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade”, presente nas pesquisas realizadas no âmbito do Projeto UNESCO, ao recuperarmos as especificidades das diferentes abordagens sobre os processos de mobilidade social ascendente dos negros na sociedade brasileira.

Ao investigar como os processos de mobilidade social dos negros no Brasil são abordados nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto UNESCO, pretendemos evidenciar os fundamentos teóricos e empíricos das mesmas, o percurso das investigações referentes à temática, e as conclusões a que chegaram os autores. Desta forma, este estudo é mais uma contribuição para uma sistematização das pesquisas sobre relações raciais do Projeto UNESCO, recuperando sua relevância teórica, empírica e política, podendo, assim, servir como um veículo de acesso dos futuros pesquisadores aos estudos já realizados em

nosso país. Também entre os objetivos que orientam esta tese de doutorado, está o de darmos prosseguimento aos estudos sobre a relação raça, classe e mobilidade social no Brasil que venho desenvolvendo desde o início do mestrado e contribuir de alguma maneira para a produção acadêmica que analisa as relações raciais na sociedade brasileira.

Realizando uma avaliação de conjunto sobre as abordagens teóricas e as principais conclusões dos autores do Projeto UNESCO no Brasil, Guimarães divide-os em dois grandes blocos:

Por um lado, vem da tradição americana, nutrida em Chicago por Warner, Blumer, Hugues e outros, uma forte orientação no sentido de que os grupos raciais ou étnicos, e mesmo as classes sociais, sejam definidos por seus integrantes, isto é, sejam grupos de pertença identitária e, portanto, desvendados a partir da autoclassificação dos indivíduos. Os autores de formação anglo-saxônica, como Pierson, Wagley, Harris, Thales de Azevedo, e Oracy Nogueira adotaram tal abordagem, em contraste com os autores de formação francesa ou marxista, como Bastide, Fernandes, Berghe e Costa Pinto, para quem os grupos raciais, tanto quanto as classes sociais, eram fenômenos de estrutura social, ou seja, lugares definidos numa estrutura de posições. (GUIMARÃES, 1999, p. 76)

Florestan Fernandes, por sua vez, ao abordar as dificuldades de ascensão social para a população negra na sociedade brasileira afirma que

[...] as nossas observações evidenciaram duas tendências globais. Primeiro, uma que se associa à proletarização. As parcelas da “população de cor” que lograram classificar-se socialmente, em sua quase totalidade, cabem nessa categoria. Segundo, outra que se vincula à ascensão do negro e do mulato a ocupações ou profissões cujo nível de renda assegura um padrão de vida e prestígio social mais ou menos característicos das

classes médias da sociedade inclusiva. A nossa experiência demonstrou que esta tendência afeta um número muito reduzido de pessoas. Além disso, existem casos esporádicos de “indivíduos de cor “ e de “famílias negras” de fato pertencentes aos estratos superiores do sistema. (FERNANDES, 1978, p. 156-157)

Como referencial teórico-metodológico empregado no desenvolvimento desta tese, para estudar as relações raciais no Brasil, realizamos um percurso que toma como referência inicial os estudos de Donald Pierson. Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), a expressão “relações raciais” passou a ser utilizada a partir dos estudos desenvolvidos na Universidade de Chicago, no início do século XX. Foi Donald Pierson, segundo Guimarães (1999: 71), “sem dúvida, um pioneiro, *ao introduzir, no Brasil, as modernas técnicas de pesquisa de campo*. Pode-se mesmo dizer que Pierson inaugurou uma tradição disciplinar, embora as relações entre brancos e negros, no Brasil tivessem sido sistematicamente tratadas por duas obras-primas de Gilberto Freyre (1933, 1936). Tratava-se, porém, de uma história social ou de uma sociologia genética, para usar os termos do autor”. Encontramos em Donald Pierson a concepção de que o fato de não existir uma linha fixa demarcatória de separação entre brancos e pretos na Bahia tornou possível a ascensão do “mulato” e do “preto”, alavancados socialmente pela capacidade intelectual individual e pelos laços pessoais e familiares, o que tornou possível ao autor escrever que os negros, principalmente os mestiços, estavam “obtendo consideração social em proporção cada vez maior”, encontrando-se entre os mesmos “distintos advogados, juristas, médicos, engenheiros, políticos, diplomatas, sacerdotes, educadores, magnatas de negócios e do comércio, músicos, pintores, poetas, romancistas, jornalistas, fazendeiros, etc...” , processo

social que levou os “mulatos”, segundo as palavras de Pierson a penetrarem “até o próprio cimo da escala social” (PIERSON, 1945, p. 237). Embora, mais adiante, em seu livro, o autor reconheça que “a presença de pretos entre a classe mais elevada, ainda hoje é bastante rara”, uma vez que no processo de mobilidade social ascendente dos pretos foram enfrentados muitos obstáculos representados pela sua origem escrava presumida e pelo “status inferior” atribuída à cor da pele (PIERSON, 1945, p. 239).

De um modo geral, pode-se atribuir às reflexões de Donald Pierson, apresentadas sinteticamente acima, bem como às de Thales de Azevedo a constatação da ocorrência de um processo de ascensão social de indivíduos considerados pertencentes à população negra, embora ambos os autores admitam que o mesmo processo seja dificultado pelas inúmeras formas de discriminação social existentes em nossa sociedade. Entretanto, para Thales de Azevedo, “é importante registrar que, até este momento, o principal canal de ascensão social, através o qual grande número de pretos e mestiços tem adquirido *status* elevado, é a educação” (AZEVEDO, 1955, p. 198).

Oracy Nogueira, ao investigar a “hipótese de que os indivíduos de cor estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos” (NOGUEIRA, 1998, p. 168), chega à conclusão que o “[...] preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, contribui para a manutenção do *status quo*, nas relações entre os elementos brancos e de cor da população, pela sua dupla atuação: 1. sobre o conceito e a atitude dos primeiros em relação aos últimos; 2. Sobre a autoconcepção e o nível de aspiração destes últimos.” (NOGUEIRA, 1998, p. 197) Por outro lado, cabe ainda evidenciarmos que estamos levando em consideração nesta tese, que uma realidade natural próxima ao que é classificado como raça

na realidade não existe, sendo que termo “raça” se refere a uma construção social que adquire força de realidade quando é usado para classificar os seres humanos. Em outras palavras, partimos do pressuposto que

[...] ‘raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural [...], [...] trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais [...] A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite - ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 1999, p. 9)

Os estudos realizados no Projeto UNESCO, como já nos referimos, concebiam as possibilidades de mobilidade social ascendente dos negros no Brasil, tendo em vista a incorporação dos segmentos populacionais negros ao processo de modernização do país, tornando fundamental a discussão das concepções específicas de cada autor. Para tanto, realizamos um levantamento dos artigos científicos, dissertações, teses e livros a respeito das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto UNESCO, tendo em vista a sua contextualização histórico-social.

Tomadas como pontos de partida as observações acima, elegemos a seguinte questão como central nesta tese de doutorado: como os pesquisadores que se engajaram no Projeto Unesco conceberam as possibilidades de mobilidade social ascendente dos negros no Brasil, tendo em vista o modo como se deu a incorporação dos segmentos populacionais

negros ao processo de modernização do país? Para responder a esta questão central investigaremos como os estudos acima referidos de Thales de Azevedo, L.A. Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes e René Ribeiro, abordam as vicissitudes enfrentadas pelos negros em seu processo de mobilidade social ascendente, que canais efetivos de mobilidade social os autores concebem como abertos à realização de estratégias individuais e coletivas para a ascensão social, e quais os processos e relações sociais que obstaculizariam a ascensão social dos negros.

Este trabalho está organizado em uma introdução e cinco capítulos como descrevemos a seguir. Com o objetivo de compreender as idéias que lastreavam as concepções que apontavam o Brasil como um “paraíso racial”, no primeiro capítulo deste estudo são discutidos: as campanhas imigratórias que difundiam no exterior imagens que pudessem tornar o país atrativo para os imigrantes estrangeiros; as políticas imigratórias, indissociáveis dos debates que antecederam e sucederam as lutas pela abolição da escravatura, bem como o discurso das organizações abolicionistas brasileiras; o reflexo das idéias eugenistas de hereditariedade e raça dos finais do século XIX e início do século XX, em segmentos intelectuais, médicos, jurídicos, e legislativos brasileiros. Essas idéias evidenciaram-se na literatura, nos embates sócio-políticos, nas políticas de saúde pública, em um momento crucial de discussão da identidade nacional, e de busca de solução para a questão da mestiçagem racial, considerada então como constitutiva da formação do povo brasileiro.

O capítulo 2 apresenta uma discussão sobre as possibilidades de mobilidade social para os negros na sociedade brasileira, conforme o estudo *Religião e relações raciais*,

realizado por René Ribeiro em Pernambuco. No capítulo 3 realizamos uma discussão a respeito da pesquisa desenvolvida por L.A. Costa Pinto no âmbito do Projeto Unesco intitulada *O negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança*. Na continuidade do trabalho, abordamos no capítulo 4 o estudo *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, de responsabilidade de Roger Bastide e Florestan Fernandes, para encerrarmos como a pesquisa desenvolvida por Thales de Azevedo na Bahia, *As elites de cor – um estudo de ascensão social*. Nas considerações finais pretendemos sistematizar os aspectos diferenciados que singularizam cada estudo enfocado ao longo da tese, bem como as abordagens comuns verificadas, tendo em vista entendermos os processos e relações sociais que possibilitam ou inviabilizam a mobilidade social dos negros na sociedade brasileira, segundo as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto UNESCO.

## Capítulo 1

### Imagens do Brasil antes do Projeto UNESCO: O Brasil como um paraíso racial

Após a Segunda Guerra Mundial, o debate sobre o racismo torna-se presente no cenário internacional através da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), fundada em novembro de 1945. As questões que provocaram o debate giravam em torno da necessidade de formulação e implementação de medidas que prevenissem contra ações racistas praticadas por Estados ou nações orientados por políticas discriminatórias, como ocorrera com o Holocausto, consequência das políticas nazistas na Alemanha.

Objetivando a convivência pacífica entre os povos, fazia-se também importante contrapor-se à biologização da diferença e romper com os argumentos de cientistas do século XIX, que hierarquizavam os seres humanos a partir do determinismo racial. Diante disto e com o intuito de formar novos paradigmas sobre a noção de raça nas sociedades humanas, foi aprovada em 1950, na 5ª Conferência Geral da Unesco, a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.

Um elemento decisivo que contribuiu para que a 5ª Conferência Geral da Unesco tivesse esse desfecho foi a atuação de Arthur Ramos à frente do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, colocando na agenda da Organização a preocupação com a realização de pesquisas sobre os indígenas e negros brasileiros. Entretanto, a morte prematura e inesperada de Arthur Ramos, em 31 de outubro de 1949, deixou tais projetos de pesquisas apenas em seus contornos iniciais, e sem o apoio que a sua obra e trajetória dedicadas à

temática das relações raciais no Brasil lhe emprestavam, e que seriam fundamentais para o enfrentamento das objeções que lhes eram interpostas pelos cientistas sociais europeus e norte-americanos, preocupados que estavam com o “... trágico desenvolvimento científico e ideológico-político de concepções sobre raça e cultura que haviam em parte resultado no nazismo” (Metraux,1950, apud MAIO, 1997, p. 2).

Na 5ª Conferência Geral da Unesco, ocorrida em maio de 1950, na cidade de Florença, sob a presidência de Count Stefano Jacini (Itália), um tema debatido foi a harmonia nas relações raciais presumidamente existente na América Latina, particularmente no Brasil, país que passa a ser considerado como um “laboratório racial” para as pesquisas da organização. Segundo Mayo, “a sugestão foi debatida por alguns Estados-membros da organização e a versão definitiva foi aprovada em plenário com o seguinte texto: “O Diretor-Geral é autorizado a organizar no Brasil uma investigação-piloto sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos”.” (MAIO, 1997, p. 14)

A efetivação das pesquisas sobre relações raciais no Brasil nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, realizadas por cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, entre os anos de 1951 e 1953, patrocinadas então pela UNESCO ficou conhecida como o Projeto Unesco.

De acordo com a avaliação realizada por Marcos Chor Maio, estas pesquisas podem ser consideradas como uma nova modalidade de reflexão sobre as relações raciais no Brasil, uma vez que superam o determinismo naturalista que associava mecanicamente

os comportamentos sociais aos elementos biológicos, colocando como foco central investigativo as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira e suas conseqüências para as formas de sociabilidade e estruturação social vigentes. (MAIO, 1997, p.3)

A afirmação do papel relevante e mesmo imprescindível dos sociólogos, comprometidos com um Brasil moderno e com uma intervenção esclarecida na definição dos rumos do país, traduz exemplarmente o processo de institucionalização das ciências sociais em curso. Nesse sentido, houve uma interessante confluência dos propósitos da UNESCO, de luta contra o racismo, com a presença de um grupo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que chegavam, em graus variados, à maturidade intelectual e profissional, o que por sua vez possibilitou, no contexto da democratização do país entre 1946-1964, o surgimento de novas interpretações sobre o Brasil e, especialmente, a revelação em escala ampliada do preconceito e da discriminação racial. (MAIO, 1997, p.8)

Assim, a efetivação do Projeto foi possibilitada pela existência de intelectuais brasileiros estudiosos da presença africana e dos negros no Brasil, bem como da sua ativa participação na Organização, como era o caso de Arthur Ramos. Neste capítulo apresento uma reflexão sobre os estudos que abordaram as representações identitárias do Brasil nos períodos anteriores aos anos cinquenta do século XX, com o objetivo de compreender alguns aspectos históricos, culturais, institucionais, que repercutiram na criação deste imaginário sobre a convivência não hierarquizada entre raças e povos oriundos de vários continentes, em especial da Europa e África com os nativos.

## 1.1 – As campanhas imigratórias

Segundo Oracy Nogueira, desde o princípio do movimento pela abolição do regime escravocrata “é clara a tendência a associar essa abolição com a política imigratória. Esta visão não apenas como meio de prover o País de força de trabalho, mas também como um recurso para se substituir ou contrabalançar a presença do sangue africano e indígena pelo influxo de sangue europeu” (NOGUEIRA, 1979-1981, p. 189). Essa tendência a associar abolição da escravatura e imigração pode ser relacionada, entre outros fatores, à influência de idéias européias (enquanto a Inglaterra exercia grande influência econômica, a influência cultural vinha predominantemente da França, sendo que a influência portuguesa foi declinando durante o século XIX). As ideologias européias chegavam ao Brasil através da intensa relação econômica e cultural com aquele continente, e também pelos filhos da elite nacional que eram enviados para concluírem seus estudos na Europa, e de lá voltavam influenciados por concepções atualizadas sobre o mundo contemporâneo, oriundas do Enciclopedismo, do Iluminismo, da Maçonaria, do Positivismo, entre outras. Essas influências foram significativas em especial após o final do século XVIII.

Ao analisarmos, por exemplo, as intenções, discussões e práticas da imigração de europeus para o Brasil a partir do século XIX, percebemos nos discursos a forte influência da ideologia positivista. As influências mais expressivas do positivismo sobre a intelectualidade brasileira “consistiam na lei dos três estados, na classificação das ciências sociais, no reforço do cientificismo que vinha do enciclopedismo e na atitude antimetafísica a que correspondia uma ênfase nos problemas do momento.” Além das idéias positivistas, as influências das teorias evolucionistas permitiram aos intelectuais brasileiros analisarem a

realidade do país e conceberem estratégias para o futuro da sociedade. Neste sentido, o objetivo era chegar ao “estado positivo – o da ciência e da indústria, da secularização, da racionalidade e do progresso.” (NOGUEIRA, 1979-1981, p. 187), estado este alcançado, segundo as visões positivistas, pelas sociedades mais avançadas da Europa.

Nos momentos próximos e posteriores à Independência do Brasil, surge a necessidade de definir uma identidade nacional, dissociada da metrópole, bem como de compreender o que é ser brasileiro, quem são os brasileiros, como são os brasileiros. Na busca por estas respostas vem à tona a realidade de um país de heterogenia sócio-racial, formado por povos africanos, indígenas e de origem européia, e seus descendentes, e também a constatação da necessidade de modernizar o país.

Dados demográficos de 1835, 1872 e de 1890 (SKIDMORE, 1994, p. 155) demonstram que a população brasileira era composta de maioria negra e mestiça, fato que gerava insatisfação para a parcela de intelectuais formados pelas ideologias que compreendiam a sociedade nos parâmetros do determinismo e hierarquia racial que sinalizavam para a superioridade dos caucasianos, a exemplo do positivismo comteano. Como então, livrar o Brasil de todo o atraso relacionado à essas “raças”?

Embora as discussões sobre o aproveitamento do trabalhador livre nacional encontrasse adeptos nos anos setenta do século XIX, há uma forte tendência favorável à adoção da força de trabalho de imigrantes, associada entre outros fatores, à visão de que o progresso e o desenvolvimento do país estavam relacionados a uma política de imigração de povos que já tivessem atingido escalas avançadas de desenvolvimento, considerados como racialmente superiores e portadores do conhecimento de países adiantados, contribuiriam assim para o branqueamento da população e o seu desenvolvimento tanto

industrial como moral.

A miscigenação era apreciada por ser considerada como um meio de branquear a população brasileira, enquanto as práticas de segregação racial dos Estados Unidos não eram bem vistas pela elite nacional preocupada com a imagem do país no exterior. Por outro lado, a miscigenação também era considerada pelas elites como um problema no processo de construção da nação. Como afirma a antropóloga Josildeth Gomes Consorte “a preocupação com a mestiçagem agravar-se-ia com as assertivas do pensamento evolucionista, segundo o qual a mestiçagem degenerava. Em razão disto, passaria a ser encarada pelas elites pensantes como uma séria ameaça ao nosso futuro. Que povo seríamos nós com aquele imenso contingente de negros e mestiços?”(CONSORTE, 1999, p. 111).

Nos meios científicos brasileiros já havia uma defesa da tese da necessidade de “branqueamento” da população, como pode ser exemplificado pelo professor João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que em 1911 redigiu um artigo científico sobre o tema, que incluía uma projeção do crescimento populacional brasileiro, estimando que por volta de 2012 a população negra estaria extinta no país, restando apenas em torno 3% de mulatos na população total. Oliveira Viana também advogava a importância do branqueamento em seu livro *Populações meridionais do Brasil* (1920), com a progressiva eliminação dos negros e mestiços em virtude da superioridade biológica da raça branca.

Mas como atrair famílias européias para o esperado branqueamento da população no Brasil? Os argumentos utilizados pela diplomacia, agentes de viagem e jornalistas a serviço da burguesia que tinha interesse em atrair e transportar os imigrantes oriundos da Europa e da Ásia até o Brasil, citavam a riqueza, a abundância, a grandiosidade

e a possibilidade de enriquecimento rápido e fácil nas terras brasileiras, levando à construção do “imaginário de um Brasil afável, gentil, onde tudo se multiplicava à larga “ (ALVIM, 1998, p. 219). Outro aspecto dessa propaganda brasileira no exterior era a importância dada à convivência pacífica entre povos de origens diversas em território brasileiro, e que frequentemente não coincidia com a convivência cotidiana, saturada de preconceito e intolerância entre os vários grupos imigrantes, e entre estes e os negros e indígenas.

De meados do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, a diplomacia brasileira esforçou-se por desenhar um retrato positivo do Brasil junto ao público europeu, em menor medida, também ao dos EUA, por meio de livros, palestras e exposições, com o objetivo de atrair capitais e imigrantes. Esse retrato foi predominantemente construído em torno das “riquezas naturais” do Brasil, mas contemplou também a ideia de que aqui inexistiam conflitos sociais e raciais. A ausência deste último tipo de conflito foi definida a partir da ideia de que a colonização portuguesa se deu pela inexistência de preconceitos raciais, da qual a miscigenação seria o melhor exemplo... E esta visão não foi construída somente como “artigo de exportação”, tendo sido largamente partilhada por intelectuais e políticos do Império e da Primeira República. (RAMOS, 2006, p. 59)

Considerando que as relações de trabalho foram fortemente afetadas após o longo processo econômico e social posterior à Revolução Industrial na Europa, levando famílias camponesas e mesmo as famílias urbanas a deslocarem-se em busca de trabalho, o fluxo de europeus que deixaram o continente entre 1830 e 1930 chegou ao considerável número de 50 milhões de pessoas, dos quais aproximadamente 11 milhões tiveram como

destino a América Latina, e 33% destes se dirigiram ao Brasil (ALVIM, 1998, pág. 220-221). Com a perspectiva de vida próspera, e uma propalada ausência de conflitos raciais, muitos europeus foram atraídos para imigrarem ao Brasil, principalmente aqueles que se encontravam em situação de miséria e fome, ou mesmo sofrendo as consequências dos conflitos étnicos e nacionalistas que antecederam e se seguiram à Primeira Grande Guerra. Cabe aqui, como parêntese, mencionarmos que esta imagem difundida do Brasil no exterior atraiu também a atenção de afro-descendentes e africanos da diáspora. Porém, nem todos os imigrantes eram bem vindos. O interesse maior recaía sobre imigrantes europeus, e havia uma forte resistência em relação à vinda de negros e também à vinda de asiáticos, principalmente os chineses. Como comenta Célia Maria Marinho Azevedo, ao analisar os debates dos deputados, da Assembléia Legislativa de São Paulo, nos anos setenta do século XIX: “A repulsa a qualquer outra imigração que não a de membros de nacionalidades brancas, já colocada com muita ênfase nestes debates iniciais, aparece ainda mais fortemente durante as discussões em torno de um projeto de colonização chinesa...” (AZEVEDO, 1987, p. 147), mesmo que o chinês fosse visto pelos favoráveis à sua imigração como superior ao negro.

Além do debate político sobre os processos imigratórios entre os parlamentares, no campo intelectual também ocorria uma acirrada disputa entre os defensores e os opositores à entrada de imigrantes no país. Nos debates realizados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, pontos de vista diferentes sobre raça, racismo e imigração eram temas de acaloradas discussões. A relação entre eugenia e imigração acendeu intenso debate. A idéia de que a miscigenação resultante do encontro das populações imigrantes com os negros já residentes no Brasil levaria a uma degeneração

racial era defendida por alguns adeptos do movimento eugenista como Oscar Fontenele, Xavier de Oliveira, Miguel Couto e o deputado Azevedo Amaral. Esse grupo interveio no Congresso defendendo basicamente as propostas de restrição à entrada de não-europeus e de negros no Brasil. Em posição francamente oposta a esse grupo, sob a liderança do antropólogo Roquette-Pinto, cientistas como Fróes da Fonseca, Belisário Penna, Fernando Magalhães e Miguel Osório tanto defendiam os “cruzamentos raciais” em geral, quanto se mostravam contrários à seleção de grupos imigrantes a partir de critérios raciais. Um argumento utilizado por um dos membros desse grupo chamou particularmente a atenção de Stepan (2005, p. 171-173): “Fernando Magalhães lembrou aos membros da conferência que o passado brasileiro baseava-se na hibridização, acrescentando: “Somos todos mestiços e, por conseguinte, estaríamos excluindo a nós mesmos.” Esse grupo favorável à imigração sem a adoção de critérios raciais, por outro lado, era favorável a um processo de seleção dos imigrantes com base em critérios individuais, evitando-se, assim, o ingresso de indivíduos portadores de algum tipo de problema de saúde, como uma doença mental, por exemplo. Avaliando os resultados do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Stepan concluiu: “Em um congresso eugênico cheio de assuntos controversos, a proposta de Azevedo Amaral foi uma das poucas que não foram aprovadas em sua forma original. Sua postulação de uma política nacional de exclusão de imigração com base na raça foi rejeitada pelos participantes por 25 votos a 17.” (STEPAN, 2005, p.172)

Contudo, a propaganda e a imagem do Brasil no exterior sinalizava para um país que acolheria qualquer imigrante, e como afirma Azevedo, a imagem que relacionava o Brasil a de um paraíso racial já se fazia presente em meados do século XIX:

É interessante lembrar aqui a afirmação de David J. Hellwig de que no

início do século XX, os afro-americanos e muitos de seus líderes começaram a usar a imagem do Brasil como uma utopia aberta e cega à cor para instilar esperança entre aqueles que muito depois da abolição legal, viviam debaixo de uma servidão social, econômica e política.” Além disso, segundo ele, a noção de um paraíso racial brasileiro servia como prova de que a antipatia racial não era inevitável e muito menos inata em resposta ao ceticismo, e mesmo hostilidade, do público branco. (AZEVEDO, 2003, p. 159)

Pode-se considerar então que as imagens do Brasil nos séculos XVIII e XIX e primeiras décadas do século XX, concernentes aos intelectuais e políticos em busca de forjar uma nova identidade nacional que estivesse firmada no progresso através da imigração de brancos e posterior miscigenação, buscando o branqueamento da população brasileira, e o esforço dos propagandistas de passarem a ideia no exterior de país de riquezas e de harmonia racial, tornaram aderente a imagem do Brasil como o paraíso racial, o que contribuiu para o considerável fluxo de imigrantes europeus e asiáticos que entraram no Brasil no período de 1819 a 1939, e que chegou ao total geral cadastrado oficialmente de 4.705.367 imigrantes (ALVIM, 1998, p. 233).

## **1.2 – Ideais abolicionistas e seus desdobramentos nas representações sobre as relações entre senhor e escravo**

Dentre as nações cristãs, o Brasil foi o último país a abolir o regime de trabalho escravo. Apesar de durante todo o sistema escravista os escravizados terem manifestado diversas formas de resistência e luta contra a escravidão, o movimento

abolicionista organizado e atuante em âmbito nacional só surge na segunda metade do século XIX, de forma gradual e lenta, e muito influenciado pelas transformações econômicas e sociais da modernização industrial do mundo ocidental. Contudo, a abolição da escravidão ocorreu por ato jurídico, e não por movimento revolucionário, no dia 13 de maio de 1888. Neste dia, a princesa Isabel exercia as funções de Regente do Império, substituindo seu pai, o imperador Dom Pedro II, e coube a ela assinar a Lei Áurea que determinava o fim da escravidão no país, sem indenizações aos donos de escravos, mas também sem uma política social destinada aos descendentes de escravos e ex-escravos. Segundo comentário de Alberto da Costa e Silva (2003, p. 22) “a curta Lei aprovada em 8 de maio de 1888, quase sem oposição parlamentar, por 85 votos contra 9, e que seria assinada, num clima de delirante alegria, em 13 de maio, “apenas reconhecia um estado de fato”, pois, naquele momento, “o negro escravo era menos de 5% sobre a população nacional, formada majoritariamente por mestiços e descendentes puros de africanos.”

Em parte do texto proferido na Câmara dos Deputados em junho de 1888, em resposta à coroa em relação a assinatura da Lei Áurea, é possível perceber as concepções ideológicas que permeavam as discussões sobre o futuro da nação:

Desfizemo-nos, Senhora, do ominoso legado que apenas por constrangimento da indústria agrícola havíamos mantido até hoje, restituímos à personalidade humana os foros integrais de sua dignidade em face do princípio de igualdade política; consagramos o da uniformidade da condição civil e eliminamos assim da legislação a única exceção repugnante com a base moral do direito pátrio, e com o espírito liberal das instituições modernas. Esse fato, que é testemunho do nosso adiantamento social e político, e que deve acrescentar a consideração que o Brasil merecia das nações civilizadas, foi ruidosamente aplaudido

dentro e fora do Império. (Câmara dos Deputados, citado por MOURA, 2004, p. 15)

Destaca-se neste discurso da Câmara dos Deputados a influência das idéias liberais. Neste sentido, a abolição da escravidão fazia-se fundamental para incluir o país no rol das nações modernas, dando-se pouca importância às conseqüências sociais para os escravizados e seus descendentes. Este é um dos aspectos importantes para entendermos a influência das imagens construídas sobre a escravidão no Brasil e também sobre a melhor forma de se abolir a escravidão no país. Tentarei demonstrar, a partir dos estudos realizados sobre a abolição, que tanto algumas imagens construídas sobre as relações entre escravizados e seus senhores, quanto à maneira como deveria e como foi finalizada a escravidão induziram certos segmentos, tanto no Brasil quanto no exterior, à falsa idéia da existência de uma relação muito amena entre escravos e donos de escravos, contribuindo para uma futura imagem do paraíso racial. Para a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo, “já em meados do século XIX, o Brasil havia sido alçado à reputação internacional de ser um paraíso racial. Muito antes do século XX, os abolicionistas americanos falavam do paraíso racial brasileiro de modo a enfatizar o preconceito e a discriminação contra os descendentes de africanos nos Estados Unidos” (AZEVEDO, 1987, p. 160).

Em estudos comparativos sobre abolicionismo no Brasil e nos Estados Unidos, Célia Maria Marinho Azevedo afirma que:

Quando comparamos as ideologias do abolicionismo nos Estados Unidos e no Brasil, dificilmente deixamos de perceber a longevidade de um duplo discurso de excepcionalismo: de um lado, um discurso que constrói a

imagem do proprietário escravista sulista americano como o senhor mais cruel do mundo moderno, e mesmo de toda a história da escravidão; e, de outro lado, um discurso que constrói a imagem do proprietário escravista brasileiro como o senhor mais humano de seu tempo. (AZEVEDO, 2003, p. 59)

As lutas abolicionistas apresentaram singularidades e conseqüências diferentes dependendo do contexto nacional, mas abolicionistas de países diferentes comunicavam-se entre si, disseminando ideologias e mesmo estratégias de lutas contra a escravidão. Uma das formas de comunicação era através de jornais, como o jornal da Sociedade Britânica e Estrangeira Contra a Escravidão, o *Anti-Slavery Reporter*.

Em agosto de 1867, a Sociedade Britânica e Estrangeira Contra a Escravidão realiza em Paris a Conferência Anti-Escravista. Nas representações sobre relações escravocratas no Brasil apresentadas nesta conferência há uma tendência a amenizar a relação senhor escravo, destacando-se a vontade de senhores de escravos brasileiros de extinguirem o trabalho escravo e aderirem ao trabalho livre e as relações humanitárias entre senhor e escravo. Assim, brasileiros que tinha acesso às notícias vindas do exterior ao conhecerem o conteúdo do Relatório de 1867 “se inteiraram do fato de que o Brasil era um país excepcional devido à benignidade de sua escravidão e a tranqüilidade das relações entre seus habitantes brancos e negros” (AZEVEDO, 2003, p. 150-161). Ainda segundo Célia Maria Marinho Azevedo,

Ao contrário do grande número de representantes e observadores de outras colônias e países, tais como Cuba e Espanha, os brasileiros não participaram desta conferência, como se poderia esperar de um país onde se acreditava existir uma simpatia geral pela abolição. Mas os

abolicionistas franceses que falavam pelo Brasil não hesitavam em celebrar os senhores de escravos brasileiros por seu humanismo e também por sua vontade de iniciar um processo de transição pacífica da escravidão para o trabalho livre. De onde eles tiravam tais idéias? Será que eles simplesmente acreditaram nas palavras do catálogo oficial apresentado pelo Brasil durante a Exposição Internacional de Paris, a qual se realizava simultaneamente à Conferência? - “Os escravos são tratados com humanidade e são em geral bem alojados e alimentados... O seu trabalho é hoje moderado... ao entardecer e às noites eles repousam, praticam a religião ou vários divertimentos. (AZEVEDO, 2003, p. 63)

Em julho de 1866, antes da Conferência Anti-Escravista de 1867, realizada em Paris, a Junta Francesa de Emancipação, sociedade francesa formada por intelectuais franceses pela extinção do trabalho escravo, enviou ao Imperador brasileiro, D.Pedro II, um texto em que apelava pelo término da escravidão. A resposta do Imperador sinaliza que a “abolição como consequência necessária da abolição do tráfico, não passa de uma questão de forma e oportunidade” mas cita as dificuldades as “penosas circunstâncias” (segundo Moura (2004, pág. 228), a Guerra do Paraguai), como limitantes de uma abolição naquele momento. Em 6 novembro de 1866, é decretado que “os escravos da nação “que estivessem nas condições de servir no Exército se dê gratuitamente liberdade” (Apud MOURA, 2004, p. 228).

Outra influência exercida nas ideologias abolicionistas relaciona-se à própria análise de brasileiros que viajavam ao exterior e faziam suas próprias comparações sobre as relações sociais geradas pelo sistema escravista. Neste sentido, as comparações com os Estados Unidos foram muito utilizadas, tanto no aspecto deste ser considerado um país de segregação mais intensa entre negros e brancos, quanto com relação ao fato de que a

abolição da escravidão aconteceu por lá antes da emancipação brasileira, em 1865. Para documentarmos este tipo de comparação entre as circunstâncias da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil, e que ameniza as situações de exploração e intolerância racial sofrida pelo grupo escravizado na sociedade brasileira, podemos recorrer ao próprio Joaquim Nabuco, segundo o qual,

A separação das duas raças, que fora o sistema adotado pela escravidão norte-americana – mantida por uma antipatia à cor preta, que foi sucessivamente buscar fundamentos na maldição de Cam e na teoria da evolução pitecóide, e por princípios severos de educação - , continua a ser o estado das relações entre os dois grandes elementos de população dos estados do sul. No Brasil deu-se exatamente o contrário. A escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor, e nisso foi infinitamente mais hábil. Os contatos entre aqueles, desde a colonização primitiva dos donatários até hoje, produziram uma população mestiça, como já vimos, e os escravos, ao receberem a sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão. Não há assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes (NABUCO, 2000, p. 122-123).

Ao comparar o Brasil a outros países também surgia o temor da abolição aqui acontecer de forma violenta como no Haiti. André Rebouças foi outro abolicionista que fez viagens ao exterior para estudos e trabalho como engenheiro e pode tirar suas próprias conclusões á respeito dos caminhos da abolição, convicto da abolição imediata, e pela divisão de terras entre escravos. Também “idealizou um caminho de ferro subterrâneo que ia do alto São Francisco até à província do Ceará livre, uma espécie de *underground railroald* organizada pelos abolicionistas.”

Ao comparar o processo da abolição da escravatura nos EUA e no Brasil, a historiadora Célia Maria Marinho Azevedo traz mais informações de situações anteriores que contribuíram á formação da idéia do país associada a um “paraíso racial”:

Em meados do século XIX, dois grandes países escravistas do continente americano continuavam a desafiar esta convergência transatlântica de sentimentos anti-escravistas. Tanto os Estados Unidos como o Brasil causavam especial indignação, pois além de escravizarem grande número de pessoas, contavam com classes de senhores de escravos solidamente enraizadas. Essas classes de senhores apresentavam, de certo modo, um espetáculo semelhante: vultosos interesses econômicos, forte poder político e a convicção profunda de que a escravidão era o melhor dos regimes de trabalho, tanto nos aspectos de lucratividade quanto de controle social.

Contudo, enquanto os Estados Unidos contavam com um movimento abolicionista bem estruturado, com centenas de jornais e sociedades abolicionistas espalhadas pelos estados do norte, o Brasil ficava bem atrás em matéria de organização da luta contra a escravidão. A não ser por alguns isolados escritores anti-escravistas, não havia nada que pudesse evocar a imagem de uma comunidade de sentimento abolicionista no Brasil até meados de 1860. (AZEVEDO, 2003, p. 36)

### **1.3 – O debate político e científico sobre a eugenia no Brasil**

A propaganda de um país repleto de riquezas naturais e a ausência de conflitos sociais e raciais, largamente utilizada para atrair imigrantes, fortaleceu a imagem de um país de grandes oportunidades, um lugar novo a ser explorado. A escolha do Brasil como

campo para as pesquisas do Projeto UNESCO está relacionada, pois, ao fato de o país ser considerado, na época, um lugar de convivência racial harmoniosa e de baixos índices de tensões étnico-raciais, podendo vir a ser considerado como um modelo a ser seguido por outros países. Mas também não pode ser relegado a um segundo plano o contexto intelectual e científico analisado por Stepan (2005, p. 15) no qual o pensamento eugênico se estabelece como “um projeto discursivo que dava uma estrutura para prescrição cultural e investigação médico-moral”.

A obra de Stepan analisa como a palavra “eugenia”, criada pelo pesquisador britânico Francis Galton em 1883, derivada do termo grego *eugen-s*, para designar os “bem nascidos”, vai ser empregada para denominar um amplo movimento científico e social que buscava o monitoramento da reprodução humana tendo em vista um “aprimoramento” genético e a “pureza” racial, através do estudo da hereditariedade. A relevância deste trabalho de Stepan vai além do estudo da abordagem da história da eugenia e de seus desdobramentos ao “examinar as relações entre ciência e vida social – como a vida social estrutura ou influencia os desenvolvimentos reais da ciência da hereditariedade e os usos que podem ser dados a esta ciência.” (STEPAN, 2005, p. 13) e ao considerar que “assim como as condições políticas em que a ciência opera se alteram, também mudam as mensagens políticas dela derivadas.” (STEPAN, 2005, p. 216)

As primeiras incursões de Francis Galton no sentido de associar hereditariedade humana à política social ocorreram em 1865, segundo Stepan, depois da leitura da obra *The Origin of Species*. “A evolução apresentou a Galton idéias que, agrupadas de nova maneira, constituíram o cerne da eugenia: a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a

analogia entre reprodução doméstica e seleção natural. Em 1869, as implicações das seleções doméstica e natural para a sociedade humana foram elaboradas de forma mais substancial, ainda que substantivamente falha, no *Hereditary Genius* (O gênio hereditário), livro ainda hoje considerado o texto seminal da eugenia.” (STEPAN, 2005, p. 30) Nesta obra, Galton recorre a inferências estatísticas e métodos genealógicos para tentar derivar determinados comportamentos de fatores biológicos ligados à hereditariedade ao invés de considerá-los como decorrentes do meio social em que são educados os seres humanos. Para Galton seria possível que os processos de reprodução humana fossem monitoradas visando a formação de uma raça aprimorada geneticamente e mais capacitada para a vida social.

No início do século XX nascem as primeiras organizações eugênicas com o intuito de combinar projetos acadêmicos de pesquisa científica com uma presumida necessidade de elaboração e incentivo à implementação das idéias eugênicas em vários países. Mesmo se constituindo em uma visão que pode ser considerada minoritária no campo científico internacional, em Berlim, surge em 1905 a *German Society for Racial Hygiene* (Sociedade Alemã para a Higiene Racial). Nos anos seguintes são fundadas novas organizações eugenistas na Inglaterra (1907-1908), nos Estados Unidos (1910), e na França (1912). (STEPAN, 2005, p. 36)

Nos Estados Unidos, as concepções e a influência das organizações eugenistas inspiram uma legislação que passa a ser elaborada já na década de 1910, e em menos de 20 anos nada menos do que 24 estados da federação possuíam uma legislação favorável à esterilização compulsória dos contingentes pobres, negros e considerados portadores de problemas de saúde mental. Segundo Stepan (2005, p. 38) “na década de 1930 pelo menos

30 mil indivíduos haviam sido esterilizados sob a égide dessas leis. Novas leis de esterilização foram aprovadas por volta do final da década de 1930, e o número de esterilizações cresceu. No total, cerca de 79 mil indivíduos foram esterilizados nos Estados Unidos entre 1907 e o final da Segunda Guerra Mundial.”

Evidentemente, nenhuma política de esterilização forçada promovida pelo estado teve maior abrangência do que a promovida pelo regime nazista na Alemanha:

Aprovada em 14 de julho de 1933, logo após a demissão de seus cargos oficiais de muitos judeus/e ou indivíduos da esquerda que haviam estado envolvidos em questões de eugenia e reforma sexual radical na República de Weimar, a nova legislação levou muito mais longe, no mundo ocidental, a esterilização eugênica (até essa data proibida na Alemanha), atingindo uma ordem de grandeza jamais vista. As condições rotuladas de hereditárias e, portanto, cobertas pela “Lei para Prevenção de Prole Geneticamente Doente” incluíam “debilidade mental hereditária”, esquizofrenia, psicopatia maníaco-depressiva, “epilepsia hereditária”, coréia de Huntington, cegueira e surdez hereditárias, deformidades graves do corpo e alcoolismo. Em seu estudo sobre “higiene racial” durante o regime nazista, Robert Proctor observa que se presumia que todas essas condições fossem causadas por caracteres mendelianos simples ou tivessem manifestações comportamentais ou físicas claras o suficiente para justificar que fossem tratadas dessa forma pela lei. À relação dos que deveriam ser esterilizados acrescentou-se mais tarde a prole racialmente miscigenada. A lei previa esterilização involuntária e, ainda que fosse teoricamente possível recorrer de uma tal decisão, poucos recursos (3%) tiveram sentenças favoráveis. Proctor estima que por volta de 1945 as cortes especiais de saúde genética instituídas pelos nazistas haviam ordenado e supervisionado a esterilização involuntária de 1% da população alemã. (STEPAN, 2005, p. 38-39)

A eugenia, como movimento científico ou social, teve, portanto, o apoio de médicos, cientistas e ativistas sociais de renome em várias localidades do mundo. Porém o significado de eugenia, as práticas sociais e políticas a ela relacionadas e suas conseqüências, foram resignificadas de acordo com as diversidades regionais. Para este nosso estudo é importante ressaltar a visão da autora ao estudar o eugenismo no Brasil:

Iniciei minhas pesquisas pela eugenia no Brasil. Descobri ali muito da eugenia, em suas ciências e em seu estilo social, que parecia incomum. Primeiro, os eugenistas brasileiros baseavam sua eugenia não na concepção mendeliana da genética, a estrutura dominante na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas em uma corrente alternativa de noções lamarckianas de hereditariedade. Esse estilo de eugenia refletia conexões científicas de longa data com a França, bem como fatores mais locais de cultura política; ajudava também a estruturar os debates sobre a degeneração e determinava como a nova genética e as ciências do saneamento interagiriam de forma inovadora na “eugenia”. Se a eugenia brasileira tinha uma base científica distinta, sua aplicação às áreas críticas da reprodução e da sexualidade também a distinguia. (STEPAN, 2005, p. 14)

Nas áreas de ciências biomédicas e saneamento, pode-se dizer que no início do século XX o Brasil se destacava na América Latina, tendo sido o primeiro no qual foi constituído um movimento intelectual e político em favor da eugenia e da construção de uma sociedade eugênica, a partir da preocupação de melhoramento racial dos estratos mestiços da população brasileira. A ciência era considerada uma aliada de médicos e políticos reformadores sociais tendo em vista o aprimoramento racial do povo brasileiro. Já em 1914, portanto, poucos anos após a fundação de entidades eugenistas na Europa, a denominação “eugenia” aparece como título de uma tese médica no Brasil, e em 1918 o

médico Renato Kehl funda no país a Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira sociedade de eugenia, (STEPAN, 2005, p. 45), que será presidida inicialmente pelo médico Arnaldo Vieira de Carvalho, então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo e contará nos seus quadros com alguns dos mais prestigiosos cientistas brasileiros como Vital Brasil, Artur Neiva, Luís Pereira Barreto, Antonio Austregésilo, Fernando de Azevedo, Juliano Moreira, Belisário Pena, entre outros, (STEPAN, 2005, p. 56).

Renato Kehl, através de palestras e dezenas de livros e artigos científicos se mostrava francamente favorável à idéia de aperfeiçoamento racial do povo brasileiro como um meio de combater fatores que levavam à degeneração racial hereditária, que era como ele considerava, por exemplo, os processos de miscigenação, segundo uma concepção de eugenia que progressivamente foi se tornando mais “negativa” e racista, o que coincidia com o contexto político internacional na década de 1930, com a ascensão do nazismo na Alemanha. Um assunto recorrente no *Boletim de Eugenia* era precisamente a ameaça que a miscigenação racial representava para o país e a idéia de que fosse promovida uma “higiene racial” era concebida como uma forma de erradicar os elementos considerados perturbadores da ordem nacional, como eram classificados os “mulatos”. Portanto, para Renato Kehl, a sociedade brasileira não deveria promover um processo de branqueamento por meio da miscigenação racial. Segundo Stepan (2005, p. 169) “... as próprias origens alemãs de Renato Kehl podem ter sido em parte, responsáveis pela exacerbação de seu racismo à medida que o movimento alemão caminhava para uma “higiene racial”, na passagem da década de 1920 para a de 1930”. Ao publicar o seu livro “Aparas eugênicas: sexo e civilização”, Renato Kehl manteve o seu posicionamento radicalmente contrário à miscigenação, atribuindo à mesma a degenerescência moral do país, chegando a propor “a

esterilização dos degenerados e criminosos”, e a “imposição de exames pré-nupciais compulsórios e da legislação sobre controle da natalidade” (STEPAN, 2005, p.169)

A história das concepções eugenistas no Brasil envolve também a trajetória singular do antropólogo Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), que foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1916 a 1936, e em 1929 presidiu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Roquette-Pinto era um crítico rigoroso das teorias racistas então em voga nos nossos meios intelectuais e no próprio movimento eugenista do qual fazia parte. Roquette-Pinto considerava que a formação de uma população mestiça no Brasil não se constituía em um fator depreciativo na construção de uma identidade nacional. Não há dúvida de que ele compartilhava com seus contemporâneos “da crença de que a intervenção da eugenia na formação da hereditariedade humana se constituía como um elemento fundamental no processo de aperfeiçoamento dos grupos raciais. Por outro lado..., a eugenia por ele divulgada afastava-se diametralmente dos pressupostos que vinculavam o aperfeiçoamento humano às características raciais e ao determinismo biológico” (SOUZA, 2008 p. 219), e se contrapunha ao pensamento de tradição lamarckista, tão comum no Brasil e na América Latina nessa época (anos 1920). Roquette-Pinto discordava da idéia de que a miscigenação racial se constituía em um problema eugênico no Brasil, pois para ele os processos de miscigenação ocorridos no país possibilitavam a formação de uma população mestiça de tipo híbrido e saudável eugenicamente. Segundo a interpretação de Vanderlei Sebastião de Souza, nos *Ensaio de antropologia brasileira*, publicado em 1933, Roquette-Pinto

[...] afirmava que, diante daqueles que acreditam que a “mestiçagem é um mal”, “costumo responder - a mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família”. A própria antropologia, dizia ele

aos eugenistas que defendiam no Congresso de Eugenia um rigoroso controle da imigração, “prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído”. Segundo ele, “o processo geral de adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros segue de acordo com o que a ciência pode desejar. A antropologia do Brasil desmente e desmoraliza os pessimistas. (SOUZA, 2008, p. 225)

Como um participante ativo do movimento eugenista no Brasil, Roquette-Pinto endereçava suas críticas diretamente ao médico Renato Kehl, o fundador da Sociedade Paulista de Eugenia, que atribuía à miscigenação racial do povo brasileiro a formação populacional degenerada biologicamente, atrasada e incivilizada socialmente. Para Roquette-Pinto, a “erradicação dos problemas nacionais encontrava-se na “correção” e na “cura” dos males sociais e políticos. Assim, concluía ele, “ao invés de raça, dever-se-ia entender doença; é uma questão de higiene.” (SOUZA 2008, p. 226-227). Outros participantes do movimento eugenista no Brasil também defendiam a tese de que os problemas do país eram decorrentes de condições sociais e não de fatores raciais, como por exemplo, o vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, Belisário Penna, e o educador Fernando de Azevedo.

Embora também fosse um defensor da tese do branqueamento da sociedade brasileira, o geneticista Octávio Domingues era outro importante crítico das concepções de Renato Kehl, por considerar também que os processos de miscigenação ocorridos no Brasil promoviam uma hibridização populacional “normal e saudável”. Mesmo advogando uma espécie de controle da natalidade que impedisse que os indivíduos que apresentavam anomalias hereditárias se reproduzissem, as concepções de Domingues já representavam

uma transição para uma eugenia baseada na reeducação do povo brasileiro, e na melhora das condições sanitárias do país. Para Stepan, “Domingues interpretava a miscigenação racial, não como causa de degeneração, mas como um processo de adaptação biológica necessária para que uma verdadeira civilização florescesse nos Trópicos. Vemos aqui o eco do uso mexicano da miscigenação construtiva e uma interessante antecipação da tese de Gilberto Freyre sobre “democracia racial” no Brasil, com sua dependência da biologia racial e sua visão positiva da miscigenação, ela mesma vista como uma forma de eugeniização.” (STEPAN, 2005, p. 170)

No Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, ocorrido em 1934, na cidade de Recife, Pernambuco, organizado pelo próprio Gilberto Freyre, era forte a influência do debate sobre a eugenia no Brasil. Em relação à influência dos estudos eugenistas, constata-se a participação de estudiosos ligados à associação eugenista, a começar pelo convite de Gilberto Freyre feito a Roquette Pinto, presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, para prefaciar os “Estudos Afro-Brasileiros”, 1º volume dos trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro, publicado em 1935, no Rio de Janeiro. As influências dos estudos de eugenia aparecem bem evidenciadas nos trabalhos apresentados pelos participantes, a começar pelo prefácio de Roquette-Pinto enfatizando o momento de valorização dos estudos sobre temas relacionados aos negros e a importância das pesquisas que realizara sobre a formação dos tipos raciais no Brasil.

Um resultado desse debate que envolvia temas correlacionados como eugenia, raça, branqueamento, mestiçagem e imigrações pendeu para uma valorização dos processos de mestiçagem ocorridos na formação do povo brasileiro. Ao invés de ser

considerado um híbrido degenerado, pouco inteligente, preguiçoso e indolente, o mestiço brasileiro foi alçado à condição de símbolo de uma nova identidade nacional em construção. Assim, a obra *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1933) consolida uma interpretação que já estava presente, por exemplo, no pensamento de Roquette-Pinto e outros, como vimos, e que passa a ser preponderante no imaginário nacional, enfatizando como o intercuro sexual entre povos racialmente diferenciados gerou um processo de mestiçagem que resultou numa convivência racial harmônica no Brasil. Em síntese, como afirmou Stepan,

À medida que Kehl e alguns de seus colegas a ele associados se voltavam com admiração para a eugenia racial nazista (sem abdicarem de seu neolamarckismo), outros intelectuais brasileiros começavam a descobrir “o Negro” e a afastar-se do racismo biológico, passando a explicações da sociedade, mais sociais e culturalmente orientadas, em que a eugenia ainda encontrava lugar. O “Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Racismo”, assinado (entre outros) por Roquette-Pinto, Freyre e o antropólogo Artur Ramos, representou a manifestação mais pública do anti-racismo dos cientistas brasileiros na década de 1930. (STEPAN, 2005, p. 178)

De acordo com a interpretação de Gilberto Freyre, sob o patrocínio do colonialismo lusitano praticado nos trópicos, formou-se no Brasil uma democracia racial. Graças às contribuições das melhores características raciais e culturais de africanos, indígenas e portugueses, forma-se uma nova civilização que se mostrou mais adaptada para a vida nos trópicos. Novamente segundo Stepan (2005, p 177), “a questão é que a ficção racial e social do final da década de 1920 e 1930 – de que o Brasil era uma democracia racial em que as várias “raças” misturavam-se livremente – forneceu um contexto em que a eugenia

sobreviveu. A comunidade imaginada do Brasil negava a realidade do racismo no país e exaltava as possibilidades de harmonia e unidade raciais. A variante da eugenia identificada com higiene pública e compatível com a miscigenação racial e o mito da democracia racial ganhou apoio: eugenias reprodutivas extremadas, ou higiene racial ao estilo nazista, não.” (STEPAN, 2005, p. 177)

#### **1.4 - A mobilidade social ascendente dos negros nos estudos da primeira metade do século XX**

Os mitos da “democracia racial” e do “mestiço como um elemento saudável” tornaram possível uma nova formulação sobre raça e nacionalidade durante o período em que Getúlio Vargas ocupou a presidência da República, entre 1930 e 1945. A convivência harmônica entre os grupos raciais e as virtualidades positivas dos processos de hibridização populacional, passam a ser consideradas officiosamente como responsáveis pela construção de uma nação homogênea, sem conflitos desagregadores entre raças e etnias, o que resultaria a longo prazo no branqueamento da população brasileira.

Até meados de 1950, as relações entre brancos e negros não aparecem como tema central nas pesquisas, mas privilegiaram como temática a cultura dos povos africanos e afro-descendentes no Brasil. Dentre os autores desta época destacam-se Arthur Ramos e Edison Carneiro. Em 1933, o lançamento de “Casa Grande & Senzala”, por Gilberto Freyre (1969), possibilita um deslocamento do enfoque de análise nos estudos das relações

raciais, ao considerar de modo positivo a contribuição dos povos africanos na formação da identidade nacional e ao valorizar a mestiçagem.

Ainda antes do Projeto Unesco é necessário destacar a importância da influência exercida por Donald Pierson, nos assim chamados “estudos sobre relações raciais” no Brasil. Podemos, portanto, tomar como referência e ponto de partida a abordagem da temática presente em um clássico dos estudos sobre relações raciais no Brasil, que é a obra *Branços e pretos na Bahia – Estudo de contato racial*, de autoria de Donald Pierson (1945). Para Arthur Ramos, na obra de Pierson,

A grande mobilidade da sociedade brasileira atesta, desde os primeiros tempos da chegada dos portugueses, uma mistura racial, que se processou em larga escala, através da miscigenação e do inter-casamento. Isso permitiu o aparecimento de mestiços que foram subindo gradualmente a escala social. Os negros em geral ainda ocupam os estágios econômicos mais pobres. E por isso, o seu status social ainda é inferior. Não há porém, preconceito de raça, no sentido norte-americano, por exemplo, mas um preconceito que é antes de classe. A estrutura social brasileira não é baseada portanto, no sistema de casta e daí aquele provérbio popular que Pierson colheu como o mais característico do fenômeno brasileiro: “Um negro rico é um branco, e um branco pobre é um Negro. (RAMOS, 1945, p. 24).

No prefácio à edição brasileira desta obra, Pierson afirma que “o ponto principal desta análise é ser a sociedade bahiana uma sociedade multi-racial, cuja estrutura se fundamenta principalmente em distinções de classe, e não de casta. À medida em que as distinções de classe se ligam a diferenças de cor, ou outras variações raciais, a cor e a raça assumem importância, é claro, na determinação do status. Mas o papel da raça e o da cor,

em si mesmos, são secundários.” (PIERSON, 1945, p. 30). Em outras palavras, Donald Pierson considera que a estratificação de classes tende a coincidir com a estratificação baseada na cor da pele, entretanto, segundo o autor não havia uma segregação racial institucional como a que podia ser constatada nos Estados Unidos até então. A conclusão de Pierson, aponta para o reconhecimento da divisão da sociedade baiana entre “...classes “superiores” e “inferiores”, que ocupam áreas bastante distintas da cidade, e estas classes e divisões geográficas tendam a corresponder aproximadamente às divisões de cor, pode-se notar algumas exceções importantes, cujo aparecimento indica antes classe que raça, como base da organização social” (PIERSON, 1945, p. 78).

Dando continuidade aos estudos sobre relações raciais no Brasil, conforme indica Antonio Sérgio Alfredo Guimarães,

[...] bastante próximo de Thales, em termos teóricos, esteve Oracy Nogueira, também influenciado pela escola de Chicago e por Pierson. Nogueira, entretanto, afastou-se da interpretação piersoniana por meio de outra estratégia: em vez de redefinir a natureza do grupo de pertença dos negros, deslocando-os da classe para o grupo de status, como fizera Thales, Nogueira (1954) situa o preconceito racial brasileiro como algo específico em relação ao norte-americano, como um preconceito de marca e não de origem. (GUIMARÃES, 1999, p. 78)

A obra de Oracy Nogueira contribui para um melhor dimensionamento da forma de classificação racial existente no Brasil. Podemos recorrer, para tanto, ao clássico estudo sobre as relações raciais de autoria de Oracy Nogueira (1979), que apresenta como contribuição fundamental a definição de critérios classificatórios baseados em conceitos elaborados a partir da diferenciação das formas de discriminação racial, tendo como referencial as manifestações de preconceito e de discriminação existentes no Brasil e nos

Estados Unidos em relação aos indivíduos considerados negros. Para o professor Oracy Nogueira, as duas sociedades “... constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de superar” (NOGUEIRA, 1979, p. 77).

O estudo de Oracy Nogueira foi elaborado para apresentação no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em São Paulo entre os dias 23 e 30 de agosto de 1954. Após várias versões, o estudo foi publicado como livro em 1979, com o *título Tanto preto quanto branco – estudos de relações raciais*. O autor diferencia em duas modalidades os pressupostos valorativos que orientam as atitudes discriminatórias, como podemos observar a seguir:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1979, p. 79)

No uso da caracterização acima, Nogueira (1979, p.78) chega à conclusão que o preconceito e as atitudes discriminatórias, nas formas em que se apresentam no Brasil, podem ser tipificados como sendo “preconceito de marca”, em contraposição às situações

correlatas que ocorrem nos Estados Unidos às quais o estudioso reserva a designação de “preconceito de origem”. Considerando-se as definições de preconceito de marca e de preconceito de origem, segundo Nogueira, “... onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir...” (NOGUEIRA, 1979, p. 90). Como em nossa sociedade o preconceito e a exclusão raciais estão mais ligados à aparência do que à origem biológica e ou étnica, podemos utilizar como referência na tentativa de dimensionar as possibilidades de mobilidade social ascendente dos negros no Brasil o conceito de “preconceito de marca” cruzando-o ao de classe social. Nogueira aprofunda suas análises no também considerado clássico estudo de comunidade intitulado “Relações Raciais no Município de Itapetininga”, publicado originalmente em 1955, combinando de forma exemplar a perspectiva teórica com a pesquisa empírica realizada naquele município do interior do Estado de São Paulo.

O livro “Relações Raciais em Itapetininga” é consequência da pesquisa sobre os padrões de relações raciais entre brancos e pretos na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo, realizada no início dos anos 50 também como parte integrante do programa de pesquisas da Unesco sobre as relações raciais no Brasil. Neste trabalho, Itapetininga “é o locus de um estudo de caso exaustivo sobre uma realidade muito mais ampla. Do decisivo confronto das idéias com os fatos, desvenda-se um padrão de discriminação racial – o preconceito racial de marca – que vale para o país” (CAVALCANTI, 1998, p. 9), que obstaculiza a inserção sócio-econômica, política e cultural dos negros no Brasil, e conseqüentemente os processos de mobilidade social ascendente dos mesmos.

Em síntese, a escolha do Brasil para implementação de um projeto de estudos sobre relações raciais ocorre em um contexto internacional favorável, no qual emergiam as motivações humanistas e anti racistas geradas em especial após a Segunda Grande Guerra, em consonância com a preocupação de cientistas sociais brasileiros com a inserção do negro na sociedade de classes. A partir dos resultados dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos no projeto UNESCO, levamos em consideração que “as diferentes perspectivas de análise e de cenários regionais contempladas pelo Projeto apontaram para a existência de padrões distintos de relações raciais que, de algum modo, eram conflitantes entre si.” (MAIO, 1997, p. 11), e que são detidamente analisados e interpretados nos próximos capítulos desta tese, tendo em vista entendermos as possibilidades e limites dos processos de mobilidade social ascendente entre os negros brasileiros.

## Capítulo 2

### René Ribeiro: religiosidade, patriarcalismo e mestiçagem

A obra *Religião e relações raciais*, de René Ribeiro, representa o envolvimento do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sediado em Recife, Pernambuco, e coordenado por Gilberto Freyre, no Projeto Unesco. Indicado para participar no Projeto por Gilberto Freyre, que também acompanhou o desenvolvimento de toda a pesquisa, o autor, René Ribeiro, investiga em sua obra em que medida a religiosidade exerce influência no estabelecimento de relações raciais na região Nordeste do Brasil, condicionando em muitos aspectos a mobilidade social ascendente do negro desde o início do processo da colonização portuguesa. Ribeiro considera que o fato de a região nordeste ter sido a primeira em que “vingou” a colonização portuguesa na América, decisivamente contribuiu para a especificidade dos padrões de relações raciais vigentes no Brasil, em comparação com os existentes na metrópole e em outros países.

A ênfase do estudo em questão sobre os fenômenos religiosos, para Ribeiro se justificava em virtude da importância da religião na definição das normas de interação entre indivíduos e agrupamentos sociais, estabelecendo parâmetros para o comportamento individual no contato com indivíduos considerados de outra raça. Portanto, a religião é considerada pelo autor, como a matriz das formas de relações raciais estabelecidas no Brasil, uma vez que se consubstancia em um fenômeno cultural de grande amplitude, “abrangendo crenças e rituais, sistemas teológicos e cerimonialismo, o ‘sagrado e o profano’”, e como parte integrante e ativa de toda cultura, sujeito igualmente aos processos

dinâmicos que nela atuam e que a modificam.” (RIBEIRO, 1956, p. 34)

A pesquisa de campo foi realizada por Ribeiro na cidade de Recife, que na época era “um agrupamento de pouco mais de meio milhão de habitantes.” (RIBEIRO, 1956, p. 35). Descrevendo os procedimentos metodológicos desse trabalho a partir dos referenciais teóricos da Antropologia cultural, o autor recorre, primeiramente, às fontes históricas sobre a origem da formação social, com ênfase na contribuição dos contatos culturais entre o que ele denomina como “diversos grupos étnicos”: “portugueses, representantes de uma variedade da Cultura Ocidental; ameríndios, participantes do tipo de Cultura da Floresta Tropical da América; e negros africanos das áreas da Costa da Guiné (sudanese) e do Congo e Angola.” (RIBEIRO, 1956, p. 35-36)

Como o foco do pesquisador também recaiu sobre as relações sociais entre esses diferentes agrupamentos humanos, foram coletadas informações sobre relações cotidianas no encontro de indivíduos de diversas “categorias étnicas” (termo do autor) e ainda foram observadas estas relações nas comunidades religiosas e em cerimônias religiosas através da técnica conhecida como Escala de tipo Bogardus, comumente empregada entre pesquisadores na época para a mensuração de atitudes, conhecida também como “Escala de distância social” por apresentar “certo número de relações às quais os membros do grupo poderiam ser admitidos. A pessoa deve indicar, para nacionalidades ou grupos étnicos especificados, as relações que está disposta a aceitar.” (SELLTIZ, 1975, pág. 418). Segundo as palavras de Rene Ribeiro,

[...] o teste de distância Social de E. S. Bogardus, conforme traduzido e modificado por Carolina Martuscelli, foi aplicado a estudantes das escolas

superiores e de colégios católicos e protestantes nesta cidade, bem como a membros de seminários e de igrejas dessas duas correntes religiosas. Entrevistas e depoimentos pessoais foram obtidos de indivíduos dos vários grupos confessionais, buscando investigar seus contatos e experiências com indivíduos e grupos de etnia, incluindo-se entre eles líderes religiosos laicos, ministros e dignitários das várias religiões, brancos, pretos e mestiços. Periódicos confessionais e laicos foram também revistos, procurando-se neles as reações de setores da opinião de orientação religiosa diversa, relativamente a incidentes ou fatos da vida cotidiana no meio local que determinassem atitudes raciais ou situações de atrito-racial, como também os reflexos nesses setores de opinião da situação de atrito inter-racial e internacional conseqüente ao advento do nazismo e das várias modalidades de fascismo. (RIBEIRO, 1956, p. 36)

Ao investigar em “perspectiva histórica” o processo de formação da sociedade brasileira é notável a influência de Gilberto Freyre na pesquisa de Ribeiro, quando este considera um presumido “caráter menos racista” do sistema colonial português, citando o próprio Freyre, para defender a idéia segundo a qual a sociedade em formação “se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política” (RIBEIRO, 1956, p. 39). Para Ribeiro, acompanhando a interpretação gilbertiana presente em Casa Grande e Senzala, o colono português possuía uma “fraca consciência de raça”, e era regido por padrões de sociabilidade patriarcais semifeudais que favoreceram o estabelecimento de relações escravistas na colônia e a posse sexual das mulheres indígenas e negras, possibilitando uma relação mais atenuada, quase familiar na relação entre conquistador e conquistado, diferentemente da rígida linha de cor demarcatória dos segmentos étnico-raciais em contato nos países de colonização espanhola, como o México, por exemplo, a despeito da forte

influência que a religião católica de confissão jesuítica, neste sistema de relações sociais coloniais, exerceria sobre o disciplinamento dos costumes no Brasil.

## **2.1 – Colonialismo, religiosidade e relações raciais**

Ribeiro atribui uma grande importância à religiosidade católica nas relações coloniais, a tal ponto que considera que os jesuítas unificaram moral e politicamente os colonizadores e colonizados contra “franceses calvinistas, holandeses luteranos e calvinistas, ingleses dissidentes e rebeldes ao domínio romano, ou silvícolas pagãos e negros "fetichistas", independentemente de qualquer classificação racial, com o intuito de “preservar a Colônia de toda contaminação pelos elementos reformados” (RIBEIRO, 1956, p. 45).

Podemos abrir um parêntese nestas reflexões, para considerarmos que essas conjecturas somadas a outras, irão desembocar na visão de harmonia racial brasileira, segundo Burke e Pallares-Burke (2009) como efeito da assimilação da obra de Alfred Zimmern por Freyre e, em efeito de cascata, por René Ribeiro, quando ambos enfatizam uma presumida boa relação entre conquistado e conquistador na formação colonial brasileira. Para Pallares-Burke e Burke (2009, p. 41), “a principal obra de Zimmern foi extremamente inovadora na maneira com a qual tentava entender a política da Grécia antiga como resultado de fatores geográficos, econômicos e sociais, Como outros classicistas pioneiros de Cambridge e Oxford, entre eles Gilbert Murray, Robert Marett e Jane Harrison, Zimmern tinha uma abordagem antropológica para a compreensão histórica. Ele considerava, por exemplo, que a família patriarcal grega era um sistema social e religioso

extremamente resiliente, que vigorou do tempo de Homero ao tempo de Platão”.

Sob a inspiração da obra de Zimmern, assimilada e transmitida por Gilberto Freyre, René Ribeiro chega à conclusão de que o sistema colonial que vigorou na origem da sociedade brasileira é o resultado das influências específicas do processo de formação do povo português, considerado na interpretação do autor, como um povo híbrido e cosmopolita, em virtude dos contatos estabelecidos ao longo da história como diferentes grupos humanos, como romanos, visigodos e mouros. Na interpretação de Ribeiro,

A miscigenação, a posição dos mestiços na nova sociedade colonial, a incorporação de elementos das culturas dos ameríndios e africanos à cultura luso-brasileira foram facilitadas pela heterogeneidade do povo português e da cultura portuguesa na época da colonização. (38) Também decorreram das particularidades da situação de contato entre portugueses, índios e negros, com elementos das culturas destes últimos favoráveis à acomodação e à reinterpretação. (RIBEIRO, 1956, p. 46)

O autor considera que na formação colonial do Brasil ocorreu um processo de hibridação cultural entre elementos das crenças católicas, indígenas e negras, sob a dominação do catolicismo. Por isso, Ribeiro segue seu mestre Gilberto Freyre, quando considera que “a religião foi o ponto de encontro entre a cultura negra e a branca no Brasil, também o foi para o encontro entre a índia e a branca, e das três em seu conjunto.” (RIBEIRO, 1956, p. 47). Ribeiro reitera em sua argumentação que a formação do povo português é miscigenada assim como sua religião e favorável à formação religiosa mais tolerante trazida para o Brasil. O resultado desta hibridação cultural e religiosa foi à tolerância aos contatos raciais “que completavam e integravam os contatos de cultura então havidos e ainda hoje em franco processo de fusão e de integração” (RIBEIRO, 1956, p. 58).

Portanto, para Ribeiro, a tolerância na vida cultural e religiosa, possibilitou que a sociedade em formação também se tornasse favorável à tolerância nas relações raciais.

Atestaria esta importância da religião no processo de conformação das relações inter-raciais no Brasil, o papel desempenhado pelas organizações ligadas à Igreja católica. Deste estudo de Ribeiro, pode-se inferir que a mobilidade social ascendente dos negros seria possibilitada também, pela religião católica e suas irmandades muito comuns desde os princípios da colonização, como por exemplo, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, presentes em Pernambuco desde 1552, e posteriormente, espalhadas por todo o País, para difundir o catolicismo entre índios e negros, mas que na prática também promoviam a compra da liberdade dos seus membros escravizados. (RIBEIRO, 1956, p.67-68)

Devemos ficar atentos, porém, segundo o próprio René Ribeiro, ao papel ambíguo de tais irmandades religiosas, que muitas vezes também limitavam a mobilidade social ascendente, por se manterem fechadas e hierarquizadas seguindo critérios de descendência familiar e depois de posição econômica, flexibilizando a ascensão social, exceto aos pretos. Assim, os pretos eram admitidos nas irmandades próprias para eles, como a irmandade do Rosário dos Pretos de Iguaraçu que:

[...] rezava que só poderiam fazer parte dela <<a gente preta, assim crioulos como crioulas da terra, como de Angola, Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e de outra qualquer parte livres e escravos, contanto que saibam a doutrina cristã e sejam capazes de receber o Sacramento da Comunhão>>. (130). Nessas irmandades era condição que o tesoureiro, como especifica o compromisso da irmandade do Rosário de Olinda, devesse ser branco, “abastado de bens, zeloso e temente a Deus” para que os pretos seguissem o seu bom conselho, acrescentando – “e nada se fará

sem a sua assistência e voto”. (RIBEIRO, 1956, p. 73)

Nesta segmentação racial das irmandades também havia a irmandade dos pardos, libertos ou não, como a de Nossa Senhora de Guadalupe, fundada em 1627. Para Ribeiro, a segmentação existente no interior das irmandades sinalizava a aceitação da participação de negros e pardos, mas com algumas limitações. Para os brancos o mais importante era assegurar “a posição de domínio paternalista” e para os senhores e fidalgos “não repugnava descansar os seus restos ao lado dos de pessoas de cor”. Em suma, as irmandades religiosas de pretos e pardos representavam um canal de “incorporação do negro e do mestiço à comunidade de fé católica”, o que tornava, para Ribeiro, a cor da pele ou a origem escrava um elemento de menor importância em relação à religiosidade, a tal ponto que, segundo Ribeiro (1956, p. 73) “a discriminação racial nas irmandades religiosas iria ser proibida, na segunda metade do século XIX, pelo governo Imperial, que consideraria tal procedimento anticristão e inconstitucional.”

Ainda para demonstrar a maneira de convivência racial e de classe, e talvez enfatizar que a de classe era mais significativa, Ribeiro cita um trabalho de Serafim Leite sobre as procissões da Bahia, organizadas por padres jesuítas, que recorda a celebração de 1556, na qual

[...] se incorporaram os filhos dos portugueses, mamelucos, e os filhos dos índios, vestidos todos *igualmente* de branco, “que parecia mui bem” - como demonstrando a essa época o propósito desses religiosos de “nivelamento de todas as raças perante Deus”, mas nela é que iria demonstrar publicamente por longo tempo a hierarquia de classes: junto às bandeiras as irmandades de pretos, e mulatos, logo as dos *brancos*, as

de artesãos, os soldados e após o pátio, os “homens bons”. (RIBEIRO, 1956, p. 74)

Os negros, enfim, poderiam participar das procissões e danças, mas esta participação não deixaria de causar constrangimento ao ponto de um governador de Pernambuco, no século XIX, proibir os exageros “dos pardos e negros livres estarem se tratando por “majestade”, “excelência”, “senhoria”, ou usando títulos e cargos militares copiados dos portugueses” (RIBEIRO, 1956, p. 70), chegando a determinar a prisão de alguns negros que usavam as patentes oficiais. Mas em contrapartida, Ribeiro recorda que no século XVII ocorrera também a valorização de soldados e oficiais negros que lutaram contra a ocupação holandesa e eram membros dos “terços dos Henriques”. Nas palavras citadas por Ribeiro, um governador recomendaria os méritos de um oficial para o reconhecimento do Rei de Portugal, alegando “*que só as cores lhe podem servir de embaraço para outros maiores empregos*” [...] “que mande dar ao dito mestre de campo ao menos o soldo de capitão de infantaria, e ao sargento-mor o de tenente, aos ajudantes de sargento de número e aos sargentos do mestre, a cada um uma praça de soldado [...]” (RIBEIRO, 1956, p. 71). Portanto, embora persistisse a discriminação racial dos soldados e oficiais negros, como o texto citado aponta, e o próprio Ribeiro reconhece, por outro lado, o próprio governo aparentava certa preocupação com o seu bem-estar econômico que segundo Ribeiro será menor em momento histórico posterior.

## 2.2 - Diferenças entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos

Como uma estratégia para legitimar a sua tese a respeito da influência favorável do catolicismo à tolerância racial no processo de formação da sociedade brasileira, Ribeiro estabelece uma comparação deste com o protestantismo puritano preponderante nos EUA. São ressaltadas, assim as diferenças entre a Igreja Reformada e a Igreja Romana, quanto à participação dos negros nos cultos, a partir da comparação da incorporação dos negros nas igrejas protestantes dos EUA à época da escravidão e dos rumos diferentes da participação dos negros na religiosidade no Brasil do período colonial. A conclusão de Ribeiro indica que o “papel da Igreja Católica e das organizações ligadas à igreja, entre nós, sugere as diferenças de relações de raças a essa época no Nordeste do Brasil e na América Inglesa.” (RIBEIRO, 1956, p. 77), que condicionam as variações de possibilidades de ascensão dos negros nessas congregações:

Pertencer à Igreja Reformada era então coisa bem diferente de entrar para a Santa Madre Igreja. Como movimento de reação aos desvios da pureza bíblica que os reformados viam no catolicismo, as igrejas protestantes exigiam dos seus fiéis não somente maior rigor de ortodoxia, como participação mais integral e ativa no culto. O puritanismo e o repúdio pelos protestantes da <<unidade dentro da diversidade>> - a grande arma de contemporização da Igreja Romana e de defesa contra os cismas – se opunham à miscigenação (que representava infração das mais escandalosas ao código de moral puritano fiscalizado não só pela Igreja Reformada como por suas congregações), e à participação no corpo da Igreja não só do fiel relapso, como do negro incompletamente assimilado ao cristianismo. Da rigidez ortodoxa e dessa fiscalização parece ter decorrido o pouco sucesso inicial, entre os escravos negros, dos esforços de evangelização da Igreja Anglicana, como dos Moravianos,

Presbiterianos, Quakers e até do grupo minoritário Católico nas colônias inglesas da América. (RIBEIRO, 1956, p. 77-78)

É interessante esta interpretação de Ribeiro, porque o autor reconhece a existência de “certo grau de discriminação racial”, e até minimiza a discriminação em relação aos negros sob a influência do catolicismo, comparativamente às formas de discriminação contra a ascensão dos negros nas colônias inglesas da América do Norte.

Diferentemente da forma como se deu a cristianização do Brasil e suas conseqüências, Ribeiro assume em seu texto a interpretação gilbertiana que afirmava ser a condição de “cristão”, a partir do batismo ou da conversão, preeminente em relação à raça ou cor de índios e negros, que passavam, assim, a receber

[...] proteção efetiva contra abusos de particulares e até de religiosos; e essa proteção é natural que tenha criado nos ameríndios e nos seus descendentes e nos negros e descendentes de negros sentimentos de classe capazes de superar os de raça: vermelhos , preto ou pardos eram tão filhos de Deus e de Maria Santíssima com qualquer branco; vermelho ou pardos eram súditos Del-Rei como qualquer português. Nem a colonização portuguesa do Brasil – já o acentuamos noutras páginas – se fez sobre outra base: a da importância capital ser a do status religioso e não do de raça: a do status político e não a do de cor” (FREYRE, Apud RIBEIRO, 1956, p. 80-81)

Desta forma, o tratamento dirigido aos negros e índios pelos colonizadores nos Estados Unidos e no Brasil era diferenciado, levando à existência de padrões distintos de relações raciais nos dois países em virtude das diferentes concepções de miscigenação e de cristianismo. Nos EUA onde preponderou um “cristianismo mais rígido e puritano, ao

mesmo tempo que nacionalista” seria maior a segregação e a animosidade contra os nativos e escravos de origem africana; já no “cristianismo luso, tolerante e submetido a influências aculturativas anteriores à sua transplantação para o Novo Mundo”, que vigorou no Nordeste do Brasil desde o início da colonização, seriam maiores a tolerância e as oportunidades para os nativos e descendentes de escravos africanos, como pode ser ilustrado pela interpretação de Ribeiro, transcrita a seguir:

Deve-se também notar que embora em várias ocasiões tomassem os colonos na América Inglesa o encargo de instruir os seus escravos na doutrina cristã, a regra parece ter sido confiá-lo aos pastores e “vigilantes” designados para cada propriedade, e manterem-se os senhores brancos distantes e desconfiados, considerando a igreja negra ou as congregações exclusivamente negras, não como organismos a serem atraídos para a convivência e a confraternização e sim objeto de desconfiança e fiscalização, visto como tornavam-se fácil campo onde se disseminavam idéias emancipadoras. Entre nós o capelão de engenho, ele mesmo senhor de terras e de escravos, ou filho de senhor de engenho e até mestiço, integrado no sistema patriarcal (a ponto de deixar prole numerosa que nenhum escrúpulo puritano impedia de reconhecer e de favorecer a sua ascensão pela educação e o exercício do artesanato e das profissões liberais), oferece um contraste com os pastores negros submissos e limitados, quando não enxotados pelos membros de sua própria igreja quando rezavam por engano no local que estava reservado aos fiéis brancos. (RIBEIRO, 1956, p. 81-82)

A inexistência de barreiras rígidas entre as raças, preponderante no Brasil, deveria, então, segundo René Ribeiro que segue bem de perto a interpretação gilbertiana, ser atribuída a este catolicismo doméstico tolerante e assimilacionista.

Em uma visão de conjunto sobre a obra de René Ribeiro em estudo, pode-se concluir que em várias passagens de sua pesquisa, o autor procura adequar os depoimentos coletados que são abertamente racistas contra negros à visão de democracia racial presente na obra de Gilberto Freyre:

Não se tendo cindido a nossa sociedade em duas pirâmides sócio-econômicas justapostas de acordo com a segregação racial como nos Estados Unidos, nem se mostrado impermeáveis os seus vários strata aos elementos de cor em ascensão, nem por isso deixou de haver certa seletividade no galgar desses andares. A persistência da escravidão por longo tempo e sua abolição há menos de um século: a extrema estratificação social resultante do sistema econômico e a conseqüente redução da mobilidade social verificada ainda hoje; o pattern de dominância masculina em nossa cultura e a importância social da família, resultaram em relativa imobilidade dos diversos grupos étnicos em determinadas categorias sócio-econômicas, daí decorrendo sua hierarquização segundo a cor e a posição social. (RIBEIRO, 1956, p. 106)

A violência e as barragens racistas aparecem assim como menos importantes em muitos momentos, talvez como algo não tão violento por não se apresentar de maneira formalizada (em comparação com a situação dos EUA) e por parecer não ser aceita (a violência racista, e o racismo) pela cultura brasileira. O autor demonstra ter consciência de que o racismo sempre esteve presente como um elemento constitutivo da formação da sociedade brasileira, mas em determinados casos, embora persistam os preconceitos racistas entre negros e brancos, de ambos ou por parte de um dos lados, também nela estiveram presentes alguns canais para a ascensão social e sobrevivência dos negros. Ribeiro considera que alguns fatores combinados influenciaram uma maior distancia sócio-

econômica e o preconceito racial em relação aos negros nos Estados Unidos: como a competição econômica entre brancos, pretos e pardos livres, a Guerra Civil entre o norte e sul e a separação racial no culto religioso; para enfatizar, em contraste, a ocorrência de uma ‘mobilidade moderada e ascensão dos pardos’ no Brasil que o leva, inclusive a usar o termo ‘harmonia’ em relação à “integração do homem de cor” quando trata das formas de relações raciais aqui estabelecidas no Brasil:

Entre nós a industrialização tardia, a persistência das formas patriarcais de relações interpessoais, a miscigenação, a mobilidade moderada e a ascensão gradual e de pequenos números de pardos, o familismo na Igreja, as próprias características do catolicismo colonial e o grau de aculturação de africanos, ameríndios e portugueses, deram em resultado um tipo diferente de inter-relação entre negros, brancos e mestiços. Desse modo, nas características da formação social daquela parte da América e na defeituosa incorporação do escravo negro à cultura dominante é que se devem ver as particularidades que ali assumiram as relações de raças, e que caracterizam aquela área como de atrito e tensão inter-racial em contraste com a situação no Nordeste do Brasil, onde parece ter-se obtido um grau maior de integração do homem de cor e de harmonia nos contatos inter-raciais. (RIBEIRO, 1956, p. 83-84)

Além da comparação com o processo de colonização dos Estados Unidos, Ribeiro também analisa e interpreta alguns dados referentes à ocupação holandesa do nordeste brasileiro. Ribeiro também enfatiza o que considera como um contraste, ou seja, a maneira de ocupação holandesa e a influência da religiosidade dos holandeses em comparação com a colonização portuguesa. Tentando introduzir no Brasil um sistema comercial competitivo e individualista, e difundir as religiões reformadas, os holandeses se

confrontaram com um sistema cristão patriarcal próprio da colonização portuguesa. Esta diferença levou ao estabelecimento de padrões distintos de relações raciais. Segundo Ribeiro, os holandeses não admitiam uma proximidade maior com os índios, não era aceita a miscigenação, e as ligações de flamengos com índias poderiam até gerar deportação. Em relação aos negros, embora os colonizadores holandeses tenham optado também pela sua escravização, nas palavras de Ribeiro, “individualmente, é certo, trataram-nos os holandeses mais ou menos à maneira dos portugueses e brasileiros, ou seja, com humanidade. Mantiveram porém a mesma distancia <<profilática>> que caracterizava à mesma época as relações dos norte-europeus com as populações de cor, especialmente negra” (RIBEIRO, 1956, p. 88).

Em sua análise a respeito das relações raciais no início do século XIX, Ribeiro destaca o aumento do que ele chama de “antagonismo às gentes de cor”, mas não deixa de excetuar o tratamento reservado aos escravos e filhos de escravos, “que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades excepcionais de atração sexual” (RIBEIRO, 1956, p.71-72). Também havia canais de ascensão social para aquelas camadas sociais intermediárias entre os senhores brancos e os negros escravizados, compostas por indivíduos mestiços que ocuparam “a princípio as funções mais humildes, e depois as semi-especializadas, o artesanato, a carreira das armas, o sacerdócio, e com o predomínio do bacharel no século XIX, chegariam aos postos políticos e ingressariam pelo intercasamento nas famílias mesmo mais aristocráticas, conforme já demonstrou Gilberto Freyre em um dos seus mais lúcidos ensaios.” (RIBEIRO, 1956, p. 72)

A seguir, na obra em análise, Ribeiro realiza um levantamento dos elementos das relações sociais que desde a chegada das primeiras embarcações portuguesas ao Brasil, se constituíram em fatores que favoreceram a ascensão social de negros. Podemos inferir de sua leitura que a singularidade das relações raciais estabelecidas no Nordeste foi fundamental no princípio da colonização. É possível percebermos, então que esta presumida singularidade de relações raciais está muito próxima de uma visão estabelecida como da “harmonia das relações raciais no Brasil”, a partir da correlação entre a religiosidade baseada no cristianismo português; uma relativa benevolência dos senhores em relação aos escravos; o processo de miscigenação; e a filiação de vários mestiços, com paternidade atribuída aos senhores de escravos. É importante acompanharmos a linha de raciocínio da argumentação apresentada por Ribeiro em favor desta sua interpretação da singularidade do caráter das relações raciais próprias da sociedade brasileira em seu processo de formação:

O sistema de conquista dos índios para a fé católica, se de um lado usou do catolicismo português aquilo que ele tinha de mais atrativo e impressionante, por outro, com a concentração dos jesuítas nas crianças e nas mulheres, iria interromper parte do processo capital de transmissão da cultura nativa que é o aprendizado doméstico de suas normas e valores transmitidos à criança pela mulher. Esse sistema seria continuado pelo senhor rural e pela igreja colonial ou a capela de engenho e estendido ao escravo africano, nas *casas grandes* e transformados, juntamente com os mais *ladinos*, em escravos domésticos. Essa prática alcançaria por igual aos filhos havidos das aventuras dos senhores com suas escravas negras ou índias, completando-se com livrá-los posteriormente do cativeiro e oferecer-lhes oportunidade (como aos escravos mais claros e mais integrados à cultura européia, ou mais bem dotados) para mudança de

posição social e para a ascensão social dentro do sistema patriarcal brasileiro. De outro lado permitiam-se por igual aos escravos do campo, como aos domésticos suas expansões nas festividades da igreja, como já haviam feito os jesuítas aos escravos do campo, como aos domésticos suas expansões nas festividades da igreja, como já haviam feito os jesuítas aos índios ainda não convertidos, ou sua participação nas irmandades religiosas ou nas expressões devotas em que era pródigo o catolicismo da época. (RIBEIRO, 1956, p. 59)

Como síntese desta argumentação, podemos afirmar que a interpretação de René Ribeiro privilegia os processos de incorporação do índio e do negro ao sistema colonial, através de uma hibridação cultural comandada pela cultura dominante europeia e seu sistema de sociabilidade patriarcal e escravagista, nas quais os colonizadores europeus e seus descendentes transmitiam seus costumes e modos de conduta, valores morais e crenças, ao mesmo tempo em que eram assimilados pelos mesmos as crenças e costumes e práticas de origem indígena e africana.

Outro ponto importante que pode ser inferido deste estudo de Ribeiro é a existência de outro canal importante de ascensão social dos negros e mestiços, que era a via “militar”. Da mesma forma que embora persistissem algumas formas de restrição legal à inserção da população negra no ministério eclesiástico, na prática os “mulatos” segundo o autor, muitas vezes conseguiram suplantar as barreiras existentes tanto no campo eclesiástico quanto no militar.

René Ribeiro reitera em várias passagens da obra o papel da aculturação e traz um aspecto importante para pensarmos a respeito da ascensão social dos negros no século XIX, ao mencionar os casamentos entre portugueses e “mulatas”, ou mulatos bacharéis com

moças brancas, bem como o contato entre operários portugueses com os artesãos negros e mulatos livres. Segundo Ribeiro “com o acesso á classe militar nos corpos dos Henriques e o ingresso no clero, iria se completar a interpenetração dos vários grupos antes estancados nas duas categorias de senhores brancos e negros e índios escravos.” (RIBEIRO, 1956, p. 63)

Paradoxalmente, porém, Ribeiro não deixa de levar em consideração que a tolerância dos portugueses em relação aos grupos dominados não era tão grande e que os contatos inter-raciais eram difíceis, recordando que o Pe. Christovão de Gouveia, há apenas três décadas do início da escravidão africana no Brasil, reclamava da presença de uma grande quantidade de escravos nus nas igrejas o que dificultava a presença de senhores e portugueses nas missas. No século XVII também seria mal recebida a freqüência de mestiços, que o autor denomina aqui de mulatos, no Colégio dos Jesuítas na Bahia, pelos pais dos alunos e demais moradores brancos. Mas, segundo o exemplo apresentado por Ribeiro em sua exposição, o Rei de Portugal não concordaria com a intolerância racial dos moradores da Bahia, e “segundo documento transcrito por Gilberto Freyre, assim se pronunciaria: ... ‘não excluem a estes nossos [sic] geralmente só pela qualidade de pardos , porque as escolas de ciências devem ser igualmente comuns a todo o gênero de pessoas sem exceção alguma’” (RIBEIRO, 1956, p.63-64)

É possível interpretarmos essa forma de segregação entre mulatos, negros e brancos dentro das organizações religiosas no século XVIII, como uma tentativa de barragem da ascensão social dos negros e descendentes de escravos, ascensão que se tornaria viável através do sacerdócio. Por outro lado, segundo René Ribeiro, como mencionado acima,

nessa época, tanto o administrador colonial quanto o Rei, mostravam-se contrários à segregação racial no Colégio da Companhia de Jesus e nas confrarias e irmandades religiosas, a despeito da legislação vigente a este respeito, que passava a designar como sinal de inferioridade a cor da pele dos escravos africanos e seus descendentes, como atesta um Alvará de 1755, favorável ao casamento de colonos brancos com mulheres indígenas, determinando que os índios “não fossem chamados negros pela infâmia e vileza que isto lhes trazia por equipará-los aos da Costa d’África como destinados para escravos dos brancos, segundo se pensava.” (RIBEIRO, 1956, p.65-66)

O autor permite, assim, entendermos um dos principais pilares do seu trabalho, segundo o qual a sociedade brasileira, no que diz respeito às relações raciais, tomava a condição de escravo como “infamante e envilecedora” (RIBEIRO, 1956, p.66) e não os aspectos fenotípicos, como a cor em relação ao negro, por exemplo. É importante ressaltar que esta maneira de entender a relação entre brancos e negros no Brasil vai acompanhar as análises de Ribeiro ao investigar a importância da religião no tipo singular de relações raciais estabelecidas em Recife, como podemos perceber no parágrafo a seguir sobre o Alvará de 1755 citado acima:

O teor desse documento, aliás, esclarece perfeitamente que era a condição de escravo que aqui, desde o princípio, se considerava infamante e envilecedora. À dissociação dessa condição, da de cor do indivíduo no caso dos ameríndios cedo se processou em virtude da sua defesa constante pelos jesuítas, dos repetidos pronunciamentos e até proibição expressa de sua escravização pelos Papas, (107) dando lugar até à glorificação do índio pelo romantismo e pelo nativismo do século XIX. Permitida pela ética e pela moral católicas e estimulada pelas condições

especiais da ascensão social dos mestiços, essa dissociação que ulteriormente favoreceria também ao negro deveria marcar desde então decisivamente o *pattern* das relações de raça entre nós.” (RIBEIRO, 1956, p. 66)

### **2.3 - Casamento, miscigenação e mobilidade social**

Ribeiro, então, passa a enfatizar a importância da miscigenação e a “benignidade no trato com os escravos” nas relações inter-raciais no período colonial brasileiro, mais especificamente no século XVII, em virtude tanto das recomendações da Igreja como dos laços pessoais e até afetivos entre os senhores e os mulatos, alguns presumivelmente seus filhos ilegítimos (RIBEIRO, 1956, p. 66). Mas o autor parece não acreditar muito na propalada benignidade nas relações entre senhores e escravos ao dizer que: “É preciso, porém, realçar que essa benignidade não seria exercida por todos os senhores, nem que a escravidão na América Portuguesa se distanciaria demais da exploração desapiedada do negro escravo que caracterizou o sistema em todo o Novo Mundo. Essa benignidade parece que se exercia de preferência para com os escravos ladinos e para com os criados nas casas grandes, filhos muitos deles dos seus senhores.” (RIBEIRO, 1956, p. 66)

Mesmo assim, Ribeiro reitera novamente a sua concepção de como a sociedade brasileira abria espaços para a possibilidade de ascensão social de negros, recordando que até mesmo no sistema escravocrata, era permitido que “indivíduos de cor” alforriados se tornassem senhores de escravos, o que caracterizaria o regime escravista no Brasil como aberto, em virtude da absorção de ex-escravos. “Esse sistema de igualdade absoluta abriu, por certo, um melhor futuro para a raça negra, do que era o horizonte na América do

Norte”, conclui Ribeiro (RIBEIRO, 1956, p. 67). Em outras palavras, para o autor, a promoção da liberdade de escravos não deixava de ser uma forma de ascensão social a possibilidade de ex-escravos adquirirem a posse de escravos, uma vez que para a compra de um escravo necessitava-se de uma soma de dinheiro.

Ao discutir em sua pesquisa o processo abolicionista, René Ribeiro situa historicamente a transição para o trabalho livre no Brasil, sugerindo que os efeitos da economia escravista, juntamente com as relações sociais marcadas pelo paternalismo poderiam ser encontrados na Recife dos anos 1950. É interessante destacar que do meio para o final do parágrafo citado a seguir, aparecem no texto de Ribeiro, categorias como proletários urbanos/proletariado rural ao lado de senhores de usina ou de fábricas, que irão situar o seu estudo, agora, em uma sociedade de incipiente industrialização, mas ainda marcada por expressões que remetem às relações sócio econômicas da sociedade colonial. Para Ribeiro, após a abolição da escravidão não foram promovidas algumas reformas econômicas, sociais e políticas de base, persistindo no Brasil os efeitos de uma estratificação patrimonialista que dificultava o surgimento de uma moderna sociedade de classes.

A monocultura e o latifúndio continuaram impedindo a formação das classes médias, o desenvolvimento da pequena propriedade e de uma classe de lavradores independentes ou o estabelecimento de colonos estrangeiros; restringindo o comércio pela impossibilidade de criação de mercados internos; hipertrofiando o funcionalismo pela limitação de oportunidades para os bacharéis e os filhos empobrecidos dos senhores rurais; perpetuando o sistema de exploração da terra para lucro imediato

com sua conseqüente exaustão e pauperismo; impedindo a vitalidade da vida municipal e o crescimento dos centros populacionais do interior; como alimentando os preconceitos medievais contra a dignidade do trabalho manual e determinando a evasão do campo e a concentração nas cidades dos fugitivos das inadequadas condições de vida nas propriedades agrícolas. Esses efeitos do primitivo sistema econômico com o paternalismo nas relações raciais, ainda hoje se refletem na cultura e nas condições de vida urbana do Recife, onde uma incipiente industrialização não contrabalançou o estancamento das duas categorias de indivíduos – senhores de usinas ou de fábricas e proletários urbanos recrutados dentre o proletariado rural evadido do interior. A circulação social das pessoas de cor, se bem que permitida pela ausência de barreiras rígidas entre os vários grupos étnicos, se faz em escala limitada pela estase desses grupos nas classes em que se continham durante a vigência do patriarcalismo colonial escravocrata e latifundiário. (RIBEIRO, 1956, p. 97)

Por colocar em relevo em seu estudo a contribuição da religião para a construção da ordem social, Ribeiro procura evidenciar a distancia da Igreja católica em relação à luta abolicionista após a independência do Brasil, persistindo, no seu entendimento, as mesmas formas de segregação e mobilidade social para negros de antes da Abolição, uma vez que a Igreja se mantinha desligada da população servil e contemporizava com os senhores de escravos, o que faria René Ribeiro incorporar a interpretação de Joaquim Nabuco sobre o processo abolicionista, ao afirmar que “Nem os bispos, nem os vigários, nem os confessores, estranham o mercado de entes humanos; as Bulas que o condenam são hoje obsoletas. Dois dos nossos prelados foram sentenciados a prisão com trabalho pela guerra que moveram à Maçonaria; nenhum deles, porem, aceitou ainda a responsabilidade de descontentar a escravidão...” (NABUCO, apud RIBEIRO,

1956, p. 93-94). Apesar disso, Ribeiro considera que o Cristianismo contribuiu indiretamente para o fim da escravidão da mesma forma como já contribuía para a “repressão entre nós dos preconceitos de cor”, que caracterizaria as relações raciais no Brasil.

Segundo a interpretação de René Ribeiro a respeito dos canais de mobilidade social abertos aos negros na sociedade brasileira, também deve ser considerada na análise o cruzamento entre as variáveis gênero, raça e classe social, mais especificamente, a influência que as classificações raciais exercem sobre as relações entre os gêneros, transformando as relações sócio-afetivas em relações raciais, e inter-classistas. Para Ribeiro não há dúvida de que esta discussão se faz importante, uma vez que casamentos inter-raciais também poderiam ser considerados como uma forma de atingir mobilidade social, verificando-se, empiricamente na sociedade pernambucana que os casamentos entre homens brancos e mulheres negras eram mais frequentes e aceitos entre as camadas populares, apesar de não serem excluídos os arranjos do mesmo tipo entre as classes dominantes, embora não deixassem de causar “espanto”. Ribeiro avaliza a constatação de Rugendas, para quem a sociedade brasileira se mostrava muito mais tolerante com os casamentos inter-raciais do que as sociedades européias. Nesta linha de raciocínio, a prevenção contra um casamento em que um dos cônjuges é classificado racialmente como inferior é indesejado mais por considerações sociais e econômicas, sendo

[...] natural que um branco de boa família prefira unir-se a uma mulher branca, pois as mulheres desta cor e o sangue europeu são sempre vantagem e formam uma espécie de aristocracia; mas essa preferência só

existe neste sentido. Em igualdade de condições a cor escura e o sangue africano são preteridos, mas um branco das classes mais elevadas tão pouco se uniria com uma mulher branca de baixa categoria. Em relação à mulher de cor, o obstáculo é equivalente. (RUGENDAS, apud RIBEIRO, 1956, p. 98).

No terceiro capítulo do livro em análise, René Ribeiro vai tratar da “situação étnica e sócio cultural” da população brasileira, para situar a importância da miscigenação na formação das relações sociais no Nordeste do Brasil. Já no início da discussão proposta, o autor se depara com a dificuldade da classificação racial, ou como o próprio Ribeiro diz na ‘composição étnica da nossa população’, afirmando que o método adotado pelo censo de 1940, baseado na cor da pele, tipo de cabelo, características físicas aparentes para classificação racial, possibilita grande margem de erro. Ribeiro entende que este método não é rigorosamente antropológico, e mostra a diferença dos resultados obtidos em um estudo realizado em 1935, o qual se baseava na classificação pelo índice nasal. Ribeiro demonstra, assim, a sua preocupação com relação à dificuldade de classificação racial, e mostra que ele não estaria totalmente distante da antropologia ‘de medidas cranianas... e análises genealógicas’ utilizadas nos anos 1929 e 30 por determinados estudiosos de raça no Brasil.

Poderíamos atribuir a esta indeterminação classificatória a dificuldade de Ribeiro para quantificar com maior precisão a composição étnica da população brasileira, principalmente em virtude de critérios censitários baseados em características fenotípicas da cor da pele, textura do cabelo e desenho da face. Daí a defesa realizada por Ribeiro de um “método genealógico”, que possibilitaria, no seu entendimento, uma classificação racial mais precisa para os membros da população brasileira, que, por sua vez, tornaria inteligível

o processo de miscigenação ocorrido a partir dos dados dos casamentos entre brancos e negros, da relação de classe social e raça, da preocupação de setores da população com o branqueamento e o casamento como meio de mobilidade social.

Ao comparar nossa sociedade em relação á sociedade dos Estados Unidos, Ribeiro considera que embora não sendo a segregação aqui igual à dos EUA, segundo este, aqui também há seletividade para a mobilidade social ascendente através dos casamentos inter-raciais. Ribeiro entende que a hierarquização baseada na cor, da nossa sociedade, é decorrente dos fatores históricos. Ou seja, embora reconheça que a mobilidade social de negros tenha limitações e que haja preconceito de cor, ele insiste que essas barreiras são decorrentes de fatores históricos, e não como poderíamos entender, decorrentes da discriminação racial que sofre a população negra. Para Ribeiro, “o preconceito quando existente se fazendo de cor e não mais de raça, como em outros países.” Percebe-se, assim, como Ribeiro procura diferenciar “preconceito de cor” de “preconceito de raça”, comparando a situação racial entre Brasil e EUA, talvez no sentido que Oracy Nogueira diferencia “preconceito de marca” e “preconceito de origem”.

Ao avaliar as varias situações de casamentos inter-raciais, Ribeiro constata as possibilidades de que ocorressem em maior número no Brasil, em contraste com a situação dos EUA. Porém, não pode deixar de atentar para a forte discriminação que existe nos casamentos entre brancos e negros no Brasil, em especial quando se considera também a classe social. Para exemplificar a afirmação acima, Ribeiro comenta o caso de um médico branco que se casou com um mulher negra ( nos seus termos preta) e ex- prostituta. Em sua cidade natal, onde estava iniciando sua carreira, o

médico e sua esposa foram mantidos no ostracismo, sendo que apenas um outro médico da região aproximou-se deles, isso porém não o impediu de exercer sua profissão nesta cidade. Quando o médico transferiu-se para outra cidade, onde não conheciam o passado de sua esposa, ambos foram aceitos pela sociedade local, e ele alcançou êxito em sua profissão, ou seja, na primeira cidade o casal teria sido alvo de preconceito e discriminação sociais.

Outro aspecto importante surge das falas de seus entrevistados sobre a relação de gênero e racial, de como o casamento inter-racial parece mais difícil às mulheres negras, e de como a ideologia do branqueamento se faz presente no imaginário da população negra, assim como da branca, como pode ser exemplificado no período colonial pela “tendência dos mestiços e dos negros em, limpar a raça, casando com mulheres de nível inferior ao seu, porém de tez mais clara” (RIBEIRO, 1956, p. 105-106).

Na dinâmica das relações de gênero e de formação de novos arranjos familiares uma forte influência é exercida pela busca de uma mobilidade social ascendente ou no mínimo de uma preservação de status social. Como René Ribeiro considera em sua análise que os segmentos sociais negros de cor mais escura tendem a se fazer presentes entre as camadas sociais mais pobres, os casamentos inter-raciais também seriam influenciados por esta situação vigente. Ribeiro chama a atenção para a relação de perda de status de famílias brancas com o casamento com um negro de mesma condição social, o que demonstra o forte grau de discriminação e racismo em relação aos negros.

De outro lado, referências inúmeras foram feitas nos depoimentos

coligidos acima, que demonstram a resistência oposta ao intercasamento, especialmente nas classes média e alta, como também nas menos favorecidas, quando este envolve pessoa de cor muito escura ou preta, ameaçando assim o status social da família do cônjuge branco. Reação à perda de status social demonstra certa entrevistada em outros setores livre de qualquer preconceito racial. É moça branca, católica, da classe média superior, pertencente a tradicional família do Recife. Interrogada sobre as chances que teria um negro que a pedisse em casamento, responde que se negaria a casar, mesmo que ele fosse do seu nível social e demonstrasse afinidades de interesses e sentimentos – “por causa da família...para não deslustrar a família”. No caso de sua filha a pretendida também se oporia, mesmo contrariando-lhe a vontade e interferindo com a sua felicidade, porque, em se tratando de casamento, “não quer saber de negro”, embora ache que “todos são iguais perante Deus”. Reconhece a contradição entre sua atitude racial e os princípios cristãos, mas... não pode vencer “os preconceitos sociais”. Já outro membro da mesma família, também do sexo feminino, esclarece que admitiria casamento na sua família imediata com pessoa de cor... “caso fosse disfarçado...negro longe”. (RIBEIRO, 1956, p. 118-119)

A mulher negra é alvo do preconceito que sugere “facilidade sexual em benefício do homem branco, de que estão sobrecarregados muitos dos estereótipos referentes à mulata, à cabocla, à moreninha hoje correntes em todos os níveis sociais”. O homem negro é alvo do preconceito de que pode gerar o “temor de agressão sexual à mulher branca” e “nas precauções de que se tomam as moças brancas e de boa família nas suas raras oportunidades de contato com homens de cor especialmente <<de classe baixa>>”. (RIBEIRO, 1956, p. 118). Ribeiro também cita depoimentos que indicam “a ocultação do membro mais escuro da família e denunciante da ascendência mestiça ou africana”.

(RIBEIRO, 1956, p. 119-120), e da situação considerada pelo próprio autor como “dramática” em que

[...] ‘as vezes é a situação de pessoas de cor preta a quem o repúdio à sua categoria étnica leva a tentar promover os seus descendentes através da miscigenação seletiva, praticada intencionalmente. Preto, que obtivera certo grau de reconhecimento social pela sua profissão de músico, chegando a casar com “moça branca e muito bonita, filha de portugueses” sem despertar nenhuma oposição destes, acautelava sempre os filhos mulatos contra o casamento com pessoas de cor, dizendo-lhes: “Se eu tivesse casado com uma negra, vocês seriam tão feios que ninguém olharia para vocês. Todo o cuidado com as negras!” Um dos seus filhos, porém, apaixonou-se por uma pretinha e ele obrigou-o a romper a ligação, comentando – “Eu faço tudo para botá-lo na sala e você corre para a cozinha” [...] Desses filhos conseguiu que todos casassem com moças mais claras do que eles, à exceção de um, mas a sua única filha – “alías a mais escura de todos”, diz-nos a informante, que é descendente desta família – só conseguiu partido com um preto e casou-se a despeito da oposição paterna. Nascendo-lhe o primeiro filho bem pretinho, dizia o avô desconsolado “todo o meu trabalho perdido...” (RIBEIRO, 1956, p. 120-121)

Ribeiro analisa, ainda, uma situação hipotética para situar os fatores mais preponderantes nas estratégias sociais em que se baseavam os casamentos. Nas palavras dos informantes é possível verificar que a condição racial de negro sempre aparece como negativa, inclusive àqueles que receberam instrução escolar e títulos acadêmicos, embora neste caso, possam ser aceitos se forem considerados muitos outros aspectos ao mesmo tempo. Ou seja, a raça tem uma influência muito grande na sociabilidade dos negros na sociedade estudada.

Em condições experimentais, com a técnica da situação hipotética, (226) imaginando duas famílias cujo status social eram os informantes solicitados a qualificar à base dos atributos que fariam uma delas sobrepujar a outra, aqueles de classe pobre e média enumeravam em primeiro lugar maior soma de poder econômico ou político, logo o nível educacional dos seus membros e o exercício de profissão liberal, a religião, deixando por último lugar e frequentemente “esquecida” a categoria étnica. Indivíduo de classe alta e família seu tanto aristocrática, enumerava como primeira condição o poder econômico e político: logo o “pedigree” da família e a urbanidade dos seus membros; as profissões por estes desempenhadas e a *área* ou região de proveniência; a religião (distinguindo perfeitamente a condição de católico sobre espírita como conferindo maior *status*) e por último a condição racial. (Ribeiro, 1956, 124)

Em síntese, o casamento inter-racial pode gerar mobilidade social ascendente para os negros em algumas condições específicas, não podendo ser generalizada esta constatação, pois os negros não têm à sua disposição a estratégia matrimonial inter-racial sempre que optarem por ela, em virtude do preconceito e da discriminação racial de que são alvo na sociedade brasileira.

Ao enfatizar como a ascensão social do negro e a necessidade, criada pela ideologia do branqueamento, de distanciamento das origens africanas, René Ribeiro mostra-nos a violência social que acometia os negros e seus descendentes, evidenciando que a não existência de leis segregacionistas evidentes, não significava a não existência de uma enorme violência psicológica e física também àqueles que traziam aparentes as marcas da ancestralidade africana.

Ribeiro também corrobora a concepção gilbertiana de que a miscigenação favoreceu a mobilidade social de negros individualmente, tornando os fatores biológicos secundários, sendo que a miscigenação acentuou-se após o período colonial brasileiro, favorecendo a formação de uma sociedade mista cultural, social e economicamente, sem intolerância extrema ou barragem racial formal ou ideologicamente explícita, uma vez que raça e classe deixavam de ser variáveis determinantes em virtude dos “sentimentos e obrigações de paternidade” que possibilitariam a mobilidade social ascendente dos “mestiços” filhos ilegítimos dos senhores.

Segundo Ribeiro, eram evidentes as situações de negros que obtiveram mobilidade social ascendente, como também os seus problemas ao conviver com a ‘alta sociedade’ ou com outros negros de qualquer escala social, demonstrando-se, assim, que o negro nunca foi totalmente aceito ao sair da marginalidade econômica e social. Daí a importância da educação universitária dos negros para sua ascensão social, uma vez que o título de bacharel, por exemplo, proporcionava notória mobilidade em um país de maioria de analfabetos. Durante a sua pesquisa, o autor esteve atento para coletar informações sobre os contatos inter-raciais expressos nas atitudes negativas para com os negros que atingiam mobilidade social ascendente, particularmente quando a mudança de condição social gerava choque de interesses, ocasionando ressentimentos que eram expressos através da referência a uma presumida categoria étnica, cor ou raça do indivíduo alvo dos preconceitos, chegando à seguinte conclusão:

Pode-se dizer sem risco de exagero que uma das características principais, talvez a principal, da situação social no Nordeste do Brasil seja

a ausência de segregação racial. É verdade, porém que tentativas nesse sentido têm sido feitas em algumas ocasiões, aproveitando a coincidência freqüente de categoria econômica inferior e cor mais escura da maior parte dos indivíduos que compõem as chamadas “classes baixas”. (RIBEIRO, 1956, p. 136)

Ribeiro não deixa de enfatizar como a pesquisa realizada por ele recolhe inúmeros exemplos de situações de preconceito e discriminação abertos contra os negros. Na parte IV do seu livro, por exemplo, ele inicia comentando sobre a adequação dos métodos de pesquisa, o famoso teste de Bogardus, aplicado aos universitários, grupos confessionais, alunos de colégio, e um grupo formado por negros e mulatos, para afirmar em seguida que constataria a “unanimidade das atitudes de desfavor que atingiam aos negros e mulatos”:

“Todos os grupos até aqui analisados, independente da idade, status sócio-econômico e da confissão religiosa mostraram-se igualmente pouco tolerantes para com os negros e mulatos principalmente na sua aceitação *como membro da família*. Esta é ao nosso ver uma conclusão decidida, que se nos afigura poder ser tirada dos materiais até aqui analisados.” (Ribeiro, 1956, p. 186)

Mesmo com todas as referências diretas a uma presumida classificação racial dos indivíduos como negros, pardos, mulatos, mestiços, escuros, morenos e que influenciavam diretamente nas relações sociais que se efetivavam, assim, como nas relações raciais, René Ribeiro insiste em considerar que não havia barreira racial contra os negros na região Nordeste do Brasil, uma vez que para ele, “extraordinariamente excepcionais em nossa sociedade são as demonstrações ostensivas de preconceito racial, e quando estas acontecem são sempre objeto de censura e desaprovação”. (RIBEIRO, 1956, p. 137)

## Capítulo 3

### Costa Pinto e as barreiras para a ascensão social dos negros no Rio de Janeiro

O presente capítulo propõe uma discussão a respeito da pesquisa desenvolvida por L.A. Costa Pinto no âmbito do Projeto UNESCO intitulada *O negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança*, editada pela Companhia Editora Nacional em 1953. O conteúdo do livro é composto pelo relatório final da pesquisa sobre relações de raças realizada no Rio de Janeiro, então capital federal, como parte do programa em questão.

Além do prefácio, o livro é dividido em três partes: uma introdução histórica ao problema investigado e ao arcabouço teórico metodológico da pesquisa desenvolvida; a segunda parte intitulada “A Situação Racial” é composta por seis capítulos temáticos, “Demografia”, “Estratificação social”, “Ecologia”, “Situação cultural” e “Atitudes, estereótipos e relações de raça”. A última parte do livro recebe o título de “Movimentos sociais”, abordando no primeiro capítulo os processos políticos decorrentes das relações raciais, como a formação de associações antirracistas, denominadas “Associações tradicionais”, seguido de um capítulo sobre as “Associações de novo tipo” e um último capítulo sobre as “Tensões raciais numa sociedade em mudança”.

A pesquisa desenvolvida por Costa Pinto expressa, por um lado, a preocupação do autor com a definição de critérios considerados científicos para o trabalho investigativo e o tratamento analítico e interpretativo dos dados coletados. Por outro lado, deixa transparecer

a influência das orientações políticas e das análises das relações raciais realizadas pelos movimentos negros organizados (não que o autor concordasse sempre com as considerações oriundas dos movimentos, mas é possível perceber que este os ouvia e tomava posições a partir dessa relação). Estes dois aspectos combinados, ou seja, a busca da cientificidade e a orientação política do trabalho investigativo, se concretizavam na tentativa de desenvolver uma pesquisa sob o viés teórico-metodológico marxista, e na opção política pela constante valorização da capacidade intelectual dos negros para ocupar todas as posições sociais na sociedade brasileira, o que era obstaculizado por uma estrutura social que limitava a ascensão social dos mesmos.

O estudo de Costa Pinto sobre as relações raciais existentes no Brasil da década de 1950, parte da caracterização da estrutura social brasileira como própria de um período de transição de uma sociedade rural atrasada para uma sociedade desenvolvida industrialmente. A interpretação do autor é tipicamente dualista, uma vez que classifica o processo histórico e estrutural da sociedade brasileira a partir da divisão entre um período arcaico que ainda influencia as condições do presente, e um futuro de desenvolvimento que em virtude das sobrevivências do passado não se realiza plenamente. Um passado que o autor considera “morto” e um “futuro infecundo” coexistem num mesmo país, gerando a situação de crise estrutural constatada pelo autor.

Na introdução, Costa Pinto recorda a última vez em que esteve com Arthur Ramos, para evidenciar as principais preocupações do amigo falecido, e que o convidara para participar do Projeto UNESCO, com relação aos problemas do Brasil, que assim como outros países considerados sub-desenvolvidos estavam sujeitos ao impacto das

conseqüências da industrialização e urbanização nos países considerados à época desenvolvidos. Mas é importante ressaltar, que Costa Pinto defendia a busca de soluções independentes dos pontos de vista dominantes influenciados pelos pensamentos e práticas advindas dos países ocidentais considerados desenvolvidos, tendo discutido as suas idéias a respeito do Brasil como campo de pesquisas sociais diretamente com Arthur Ramos, como podemos perceber em suas palavras:

Naquela reunião, de que temos a mais viva lembrança, pois foi o nosso último encontro com Arthur Ramos antes do rápido abraço no aeroporto, não desenvolvemos a análise desse problema nem das suas últimas implicações, o que muito menos podemos fazer aqui, - mas insistimos, pois era o que interessava no momento, sobre a natureza original dos nossos problemas, nossos, dos chamados países sub-desenvolvidos – defendendo a opinião de que o impacto da civilização industrial e urbana sobre esses países é algo sociologicamente novo e diferente do surgimento daquela civilização nas áreas do mundo em que ela nasceu, que se não pode limitar a repetir aqui as mesmas situações nem, especialmente, engendrar as soluções que gerou nas estruturas sociais em que historicamente surgiu, afirmando explicitamente - pois nesses assuntos é preciso ser explícito – que, neste plano, o “caso” inglês, o “exemplo” americano ou o “modelo” francês são, para nós, na maior parte das vezes, paradigmas do que evitar e não do que fazer, já que, visto o problema deste ângulo, a efervescência do Oriente prenuncia muito mais nossas alternativas históricas do que a plenitude cansada do Ocidente, no qual estamos geograficamente incluídos. (COSTA PINTO, 1953, p. 21)

Uma pesquisa em grande escala realizada no Brasil sob os auspícios da Unesco poderia contribuir para que fossem conhecidas as especificidades do processo de formação populacional da sociedade brasileira e das relações entre os vários segmentos

então chamados de “étnicos” ou “raciais”. Por isso, em sua participação no “Comitê de Peritos sobre Relações de Raças” e através de cartas enviadas a Robert Angell, após o falecimento de Arthur Ramos, Costa Pinto procurou convencer Angell, e obteve êxito nesta tarefa, de que o Brasil seria o lugar ideal para que se concretizassem as pesquisas sobre relações raciais da UNESCO. Segundo Costa Pinto (1953, p. 24), Angell empenhou-se para ampliar o campo de pesquisa sobre relações raciais que originalmente seria efetivado apenas na Bahia, onde já estava em andamento um projeto de pesquisas sociais sob a iniciativa de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia.

Costa Pinto também demonstra a sua satisfação com a resolução de Alfred Métraux, que se encontrava no Brasil em dezembro de 1950 representando o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, de concordar que a pesquisa fosse ampliada para outras regiões do país, ao realçar que do ponto de vista metodológico seria concretizado o primeiro estudo sociológico sobre populações negras nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Outro aspecto que Costa Pinto enfatiza está relacionado à necessidade de que fosse superada, com essas pesquisas, uma visão tradicional “folclorizada” e “ensaística” sobre o negro no Brasil (COSTA PINTO, 1953, p. 24). Para ele, os estudos sobre relações raciais no Brasil muitas vezes tomavam o negro como “espetáculo”, o que o impulsionava a criticar as visões dos estudiosos sobre relações raciais que não consideravam os negros em movimentos de integração numa sociedade dinâmica e em plena transformação econômica, enxergando estes estritamente nos aspectos de influência na cultura brasileira.

É importante que seja ressaltada a ênfase com que Costa Pinto discute estes aspectos, e talvez possamos inferir, neste caso, como uma decorrência de sua proximidade com integrantes de ‘movimentos negros organizados’ que eram em muitas situações dirigidos por negros que alcançaram uma situação de mobilidade social ascendente e que já pertenciam à classe média, a uma “elite” negra, o que favoreceria esta análise crítica do autor em relação aos estudos sobre os negros no Brasil. Não podemos nos esquecer da intensa participação de Costa Pinto presidindo o “1º Congresso do Negro Brasileiro”. Neste congresso também estavam presentes intelectuais que iriam influenciar de maneira expressiva os estudos de relações raciais no Brasil, como Edison Carneiro, amigo e colaborador de Costa Pinto, além de Roger Bastide, Charles Wagley, Darcy Ribeiro, entre outros. Para Costa Pinto os estudos sobre o negro no Brasil ainda traziam, na sua maior parte, uma marca etnocêntrica que condicionava a abordagem deste tema segundo uma visão do negro brasileiro considerado como exótico:

O negro brasileiro, ou melhor, o *brasileiro negro* e o processo de sua integração nos quadros da sociedade brasileira – da condição de escravo à de proletário e da condição de proletário à de negro de classe média, jamais despertou o interesse sério dos estudiosos do negro no Brasil, porque um arraigado estereótipo os convencera de que nada havia a estudar em relação ao negro *igual a nós*, ao negro não-africano, não-analfabeto, não-escravo, não-trabalhador rural, não separado do branco pela distância imensa que separa o vértice da base de uma pirâmide social rigidamente estratificada. O que o negro tinha de *diferente de nós* era o que se oferecia ao estudo: suas matrizes africanas, o drama de sua vinda para o Novo Mundo, sua condição de escravo, o estoque de influência que ele trouxe para cá e despejou fartamente na argamassa com que a história

cimentou o chão e as vigas mestras da civilização brasileira. (COSTA PINTO, 1953, p. 26)

Para delinear os contornos teórico-metodológicos de sua pesquisa, Costa Pinto partia de uma postura crítica que considerava que os estudos sobre o negro no Brasil ainda expressavam o ponto de vista “social ou sociologicamente branco”, no sentido de uma postura investigativa que tomava o negro como um “grupo estranho”, um objeto de pesquisa. Em contraposição, ele se propõe a realizar “um estudo sociológico do negro – e não etnográfico ou histórico – o que significa dizer que se evitou, na medida do possível, o refúgio cômodo da monografia puramente descritiva ou do ensaio cheio de insinuações e vazio de análises” (COSTA PINTO, 1953, p. 32). Para ele, “... estudar as relações de raças de um ponto de vista sociológico significa dar ao traço étnico o valor que realmente tem, sem hipertrofiá-lo, nem diminuí-lo, o que só é possível fazer quando se tem noção clara das circunstâncias objetivas, não-étnicas, que estão envolvidas na configuração total considerada e que, muitas vezes, podem assumir e assumem expressão étnica, embora substancialmente estejam ligadas a fatores de ordem completamente diversa.” (COSTA PINTO, 1953, p. 32) Na sua concepção teórico-metodológica, era necessário investigar como os grupos “étnicos” se relacionavam em decorrência da influência de estruturas sociais historicamente constituídas, o que fazia com que tais relações ocorressem dentro de uma estrutura social em um contexto histórico específico, e não como fatos isolados.

Costa Pinto demonstra, assim, a sua preocupação em estudar as relações raciais no Brasil a partir da análise de estruturas sociais históricas, buscando as correlações concretas estabelecidas, e procura distanciar-se dos estudos etnográficos ou ensaísticos. Para ele, não seria possível um entendimento adequado da situação do negro no Brasil sem que a

estruturção capitalista do país fosse levada em consideração. A estrutura econômica, social e política competitiva, própria de uma civilização capitalista, gera uma forma de estratificação social classista que incide diretamente sobre o que o autor denomina como “a situação racial brasileira” que se processa no Estado do Rio de Janeiro após a abolição da escravatura:

De fato, a situação social dos grupos étnicos que coexistem n Distrito Federal, bem como as relações que entre si mantêm, são fatos que não podem ser compreendidos fora do quadro da estratificação social em que se encontram, pois aqui, mais visivelmente do que em qualquer parte, circunstâncias históricas particulares fizeram com que estratificação de raça e estratificação de classe não sejam duas realidades independentes – mas apenas dois ângulos pelos quais pode ser observada a configuração única e total das relações de classe e raça no Brasil. (COSTA PINTO, 1953, p.65)

Mais adiante em seu texto, o autor também evidencia o conceito de classes sociais que emprega como pressuposto teórico metodológico de sua pesquisa:

Basta nos indicar, para o objetivo presente, que entendemos a classe como um conjunto de *relações sociais*, que definem uma *posição objetiva* na sociedade; que aquelas relações e essas posições *não são fixas e imutáveis*, pois se transformam com a transformação histórica da *organização social da produção*. Partindo dessas premissas, conceituamos as classes sociais como grandes grupos ou camadas de indivíduos que ocupam a mesma posição na organização social da produção; e usamos a palavra estratificação para designar o sistema total de posições sociais que resulta da existência, da pluralidade e das diferenças entre as classes no interior de uma sociedade. (COSTA PINTO, 1953, p. 69)

Depois de explicar a importância da metodologia adotada, o autor apresenta como outro problema para estabelecer os parâmetros da pesquisa a questão já superada e devidamente esclarecida pela ciência, segundo o autor, sobre a igualdade entre negros e brancos quanto às potencialidades e qualidades biológicas e sociais do negro e para aqueles que consideram o negro como inferior, o autor sugere:

As muitas pessoas que ainda têm dúvidas sobre o assunto, que ainda não se curaram da fobia racista e que ficarão desiludidas de ver que o problema não é aqui tratado – se acaso estão interessados em saber o que a ciência moderna tem de estabelecido sobre o assunto devem, antes de continuar a leitura deste livro, ler um ABC de antropologia e lá se instruírem sobre a matéria. (COSTA PINTO, 1953, p.34)

Para realizar a sua pesquisa, o autor recorreu a fontes variadas, a começar pelos estudos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro do Negro, combinados com depoimentos de intelectuais negros e militantes negros, artigos jornalísticos, “discursos, ensaios, crônicas publicadas na imprensa negra ou não-negra do Rio de Janeiro, assim como notas, editoriais, comentários, clichês, legendas, *slogans* e até a publicidade comercial impressa nos jornais negros, procurando sempre descobrir as conotações existentes entre tudo o que flue da vida social do negro em todos os setores e o quadro estrutural dentro do qual ele está integrado na comunidade metropolitana” (COSTA PINTO, 1953, p. 37-38). O autor discute, ainda, a importância da análise não se limitar aos dados quantitativos presentes nas estatísticas oficiais, por considerar a relevância sociológica dos comentários e depoimentos coletados na pesquisa, “na certeza de que aí vinham à tona, desprevenidamente, as racionalizações das atitudes que estávamos tentando captar.” (COSTA PINTO, 1953, p. 194)

Quando Costa Pinto explica o rigor adotado em relação ao material colhido e selecionado, não deixa de reconhecer a importância da contribuição das notas redigidas por Edison Carneiro especificamente para a sua pesquisa, contendo informações sobre as “macumbas cariocas” e escolas de samba, além de entrevistas realizadas pelo mesmo com lideranças dos movimentos negros da cidade do Rio de Janeiro. Mas o próprio Costa Pinto também realizou entrevistas para o seu estudo recorrendo a informantes negros de diferentes condições sociais, níveis de instrução, idade e sexo, combinadas com a técnica de “observação participante”. (COSTA PINTO, 1953, p. 38-40)

Ainda sobre os procedimentos de coleta de dados, o autor justifica a utilização de dados estatísticos censitários, sem que isso significasse a subestimação das análises compreensivas e interpretativas, mas apenas para se referenciar em dados concretos sobre a situação da população negra, e determinar a intensidade de ascensão social dos negros, bem como, segundo as palavras do autor, as “barreiras existentes à mobilidade social dos grupos de cor.” (COSTA PINTO, 1953, p. 81)

Para realizar uma discussão sobre os diferentes segmentos que compunham a sociedade brasileira em sua obra, no capítulo intitulado “Demografia”, Costa Pinto procura definir os grupos raciais também chamados de étnicos existentes no país. O autor considera que a composição “racial” da população do Rio de Janeiro, e que ele denomina também como ‘composição étnica’ ou “grupos de cor” da população, demandaria inicialmente um estudo sobre a forma de codificação das variáveis referentes a cor sexo, idade, natalidade, mortalidade da população, levando-se em consideração a classificação racial de negros, pardos e brancos.

Em nota de rodapé, Costa Pinto esclarece sobre a classificação racial que utiliza:

Nestas elaborações o nosso interesse está concentrado sobre os contingentes de brancos, pretos e pardos. Só eventualmente nos referiremos aos amarelos ou a quaisquer outras discriminações. Ver-se-á que muitas vezes, preferimos falar dos “grupos de cor”, somando, os pretos aos pardos, por motivos que, no correr dessas páginas, serão repetidamente justificados. Por outro lado, na maioria das tabelas que se vão seguir, aos pardos, que incluem os diversos tipos de mestiçagem encontrados no Brasil, estão somados aqueles que, nas declarações censitárias, figuram sob a rubrica, “de cor não declarada”. A justificação desse procedimento encontra-se nos próprios critérios referidos nas fontes censitárias consultadas, Cfr., especialmente, “Estudos sobre a Composição da População do Brasil segundo a Cor”, “Estatística Demográfica”, nº11, I.B.G.E. (1950).” (COSTA PINTO, 1953, p. 45)

Estudando os dados censitários entre 1872 e 1940, Costa Pinto constata um crescimento da população branca no índice total da população e o crescimento menor dos não brancos. O autor expõe três fatores como influência da tendência a diminuição da população negra. Em primeiro lugar ele recorda a importância da contribuição das correntes imigratórias de contingentes populacionais oriundos da Europa; Um segundo fator considerado relevante foram as taxas de mortalidade maior verificadas entre pretos e pardos; somados a um terceiro fator, denominado pelo autor como a “passagem” da linha de cor, através da qual muitos indivíduos outrora classificáveis como pardos ou pretos geraram filhos classificáveis como brancos, em virtude dos processos de mestiçagem “entre os grupos étnicos que aqui coexistem.” (COSTA PINTO, 1953, p. 46)

O autor esclarece sobre as diferenças da predominância de população branca segundo as regiões brasileiras, sendo que os Estados do Sul do país tenderiam a ter uma população branca maior por causa das ondas imigratórias de europeus. Por outro lado, haveria uma tendência da população negra a uma maior taxa de natalidade, apesar de que esta estaria sujeita a ser contrabalançada por uma maior taxa de mortalidade. Considerando ainda as diferenças regionais, o autor cita as regiões do país em que o crescimento da população branca foi pequeno como na Bahia, por exemplo, ou em outros Estados em que essa população diminuiu como era o caso do Rio Grande do Norte.

Em relação ao contingente negro da população (e que Costa Pinto denomina população preta, pois logo depois vai se referir especificamente aos pardos), o autor constata uma diminuição em vários Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará, Bahia e no Distrito Federal, enquanto que em outros Estados o número de pretos aumentou. O autor afirma, ainda, que o número de pardos se fez menor em todas as unidades da federação, exceto na Bahia. Mas o autor reconhece a dificuldade de realizar uma definição “racial” da população ao afirmar que:

A completa indeterminação dos critérios censitários no que se refere à discriminação entre esses dois grupos, aconselha, por consequência, encará-los em conjunto para a maior parte das elaborações estatísticas; advirta-se, entretanto, que é igualmente arbitrária a discriminação entre pardos e brancos pois todas essas classificações, na maioria dos casos, só refletem a opinião do recenseado sobre o grupo étnico no qual ele julga, ou deseja, estar incluído [...] [...] Que isto tenha relevante valor sociológico – ninguém pode duvidar, especialmente quando somos

pessimistas à respeito da possibilidade de serem encontrados outros critérios biológicos absolutamente objetivos que permitam uma exata classificação dos grupos étnicos. Não seria possível, entretanto, nem mesmo desejável, aprofundar aqui este aspecto do estudo da situação racial brasileira. (COSTA PINTO, 1953, p. 48)

Com relação à população branca do Rio de Janeiro, o autor afirma que embora até 1940 tenha havido um aumento progressivo, na época de sua pesquisa o contingente de brancos era menor se comparado ao de outros Estados: “Enquanto que a proporção dos brancos passou, entre 1872 e 1950, de 55,21% para 69,86%, a dos pretos, no mesmo período, diminuiu de 24,13% para 12,30% e a dos pardos de 20,66% para 17,50% (4).” (Costa Pinto, 1953, p.49). A proporção de brancos no Estado do Rio de Janeiro era menor do que nos Estados da Região Sul. Por sua vez, o número de negros era maior.

Nas análises da demografia da população do então Distrito Federal, no quadro que segmenta a população segundo cor e sexo, Costa Pinto chama a atenção para o fato de que esta população é composta em sua maioria por mulheres. Para o autor, no caso de pretos e pardos, essa superioridade numérica está relacionada primordialmente a uma maior taxa de mortalidade entre os homens negros, contrabalançada pelo ingresso de imigrantes do sexo feminino no Distrito Federal originárias de outros Estados da federação. (COSTA PINTO, 1953, p. 51)

Nesta explanação do autor sobre os fluxos migratórios internos no país, percebe-se a maior quantidade de mulheres no Distrito Federal (espaço urbano e de industrialização em expansão na época estudada), oriundas principalmente das regiões mais próximas, zonas rurais do Estado do Rio de Janeiro, ou dos Estados mais próximos, em especial Minas

Gerais e Espírito Santo. É interessante perceber pela pesquisa de Costa Pinto, uma discussão sobre o esforço das mulheres ao se deslocarem de suas regiões originais à procura de melhores empregos e condições de vida, buscando os serviços disponíveis para elas como o serviço doméstico, ou os trabalhos na indústria têxtil, como operárias, e também os serviços em escritórios e repartições públicas.

Para o autor, os espaços urbanos e industrializados oferecem mais oportunidades e as relações mais impessoais no espaço urbano metropolitano favoreceriam a ascensão social dos negros nestas cidades. Outro aspecto é que para Costa Pinto, é bem fundamentada a hipótese de que na migração do interior do Estado para a área metropolitana da capital, a quantidade de negros é bastante elevada. Assim, combinados, os processos de urbanização com o crescimento das metrópoles, uma maior complexidade dos serviços e das atividades industriais nas zonas urbanas gerando postos de trabalho que atraem os contingentes populacionais oriundos das regiões rurais e dos estados menos desenvolvidos economicamente representariam a consolidação de uma estrutura social e econômica que favoreceria a ascensão social dos negros em nosso país.

Analisando a composição populacional do Distrito Federal segundo o sexo e a idade, para o autor, os dados demonstravam que o grupo de 20-39 anos se destaca entre os outros, e que nas idades senis, a quantidade de pretos (recordando que o termo preto é usado pelo autor, para estabelecer uma diferenciação em relação aos pardos) é relativamente menor. Em sua interpretação, tais dados, além de representarem "...uma característica comum às populações urbanas, parece resultar evidentemente da maior

mortalidade dos homens de cor, fato que está diretamente ligado ao status econômico e social inferior que ocupam na estrutura social.” (COSTA PINTO, 1953, p. 54)

A respeito dos índices de natalidade e mortalidade, o autor tece várias considerações, mas nos pareceram mais relevantes para esta pesquisa discutir as taxas de mortalidade e natalidade diferenciadas, existentes entre brancos e negros, uma vez que “a menor mortalidade dos brancos e a maior mortalidade dos pretos resulta em que, embora nasça um menor número de crianças brancas, elas têm maior probabilidade de sobreviver; enquanto que embora nasça um maior número de crianças pretas, elas têm maior probabilidade de morrer” (COSTA PINTO, 1953, p. 56). Segundo a discussão dos dados demográficos realizada por Costa Pinto,

Como ficou dito, em comparação às médias nacionais, a fecundidade no Rio de Janeiro é menor, em consequência de seu tipo, por excelência urbano, de comunidade. O que nos importa aqui, entretanto, é a análise comparada entre os diversos grupos étnicos. E desse ponto de vista o que se observa é que, embora sem diferenças notáveis, as mulheres pretas e pardas, estas mais do que aquelas, têm uma taxa cumulativa de fecundidade acima da média, enquanto que as brancas se colocam um pouco abaixo da média (COSTA PINTO, 1953, p. 58). [...] [...] “Chega, portanto, a 20-25% a quota de crianças pretas e pardas que falecem antes de completarem o primeiro ano de vida, em consequência das baixas condições econômicas e culturais em que vive esse setor da população na Capital do País. Esses grupos de cor representavam, em 1950, mais de meio milhão de habitantes do Distrito Federal, a maior parte deles integrando as camadas mais pobres da população, cujas condições de vida estão nesses dados diretamente refletidas. (COSTA PINTO, 1953, p. 64)

### 3.1 - Modernização econômica e a persistência da discriminação racial

Como já indicamos, Costa Pinto mostra-se muito preocupado com o rigor de sua pesquisa e em fazer uma análise que recorra a critérios por ele considerados rigorosamente científicos, contrapondo-se às obras existentes sobre o mesmo assunto que se limitaram a concluir que o Brasil se diferenciava dos Estados Unidos por apresentar uma estratificação social baseada num sistema de classes, enquanto nos EUA seria preponderante o sistema de castas (COSTA PINTO, 1953, p. 67). Para o autor, entender a questão racial no Brasil exclusivamente a partir desta diferenciação não seria suficiente do ponto de vista conceitual, até porque para ele, *casta e classe* se configurariam como fases de um mesmo processo em transformação.

Costa Pinto apresenta alguns elementos interessantes para a reflexão sobre a mobilidade social de negros na sociedade brasileira, ponderando que quando o sistema econômico e de relações sociais possibilita a ascensão dos negros, ameaçando redefinir outros papéis pré-destinados a estes, de modo a distanciá-los da antiga condição de apenas “servidor do branco”, e permitindo que ocupem posições de comando, surge uma resistência nítida a essa possibilidade de mudança na estrutura de ocupação de posições socialmente valorizadas.

Ao analisar a tabela de “Distribuição de população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal, com discriminação do sexo e da cor, no Distrito Federal (1940)”, o autor relembra a especificidade das condições sócio-econômicas oferecidas na metrópole estudada, na época, capital do país, por se constituir como um dos maiores centros industriais, urbanos e populacionais, que se refletiria na distribuição da

participação dos vários grupos estudados, “pretos, brancos, pardos e amarelos”, nas atividades econômicas. Apesar disso, Costa Pinto chama a atenção para a grande representatividade dos negros nas atividades agrícolas e extrativas, área de relativa menor expressão econômica em se tratando de área de crescente industrialização e urbanização à época estudada.

Os dados relativos às indústrias de transformação, que representam no Distrito Federal a atividade extra-doméstica com maior proporção de ocupados, merecem atenção especial. A proporção dos brancos ocupados neste grupo de atividades – 17,57% - é inferior à dos pardos – 21,74% - e ainda menor do que a dos pretos – 29,52%. No sexo feminino a quota das brancas ocupadas neste ramo – 2,81% - é inferior a das pretas – 13,97% - embora superior à das pardas – 2,47%. Desde que os limites entre pretos e pardos são arbitrários e não homogêneos, o fato que ressalta é a forte representação dos grupos de cor, de ambos os sexos, na massa do proletariado industrial do Rio de Janeiro. Adiante, essa impressão será confirmada quando discriminarmos os ocupados neste ramo pelo característico de cor combinado com a situação de empregado e empregador. Ficará nitidamente evidente, então que foi principalmente essa a posição historicamente conquistada pela grande maioria da população de cor no quadro da comunidade metropolitana após a abolição do trabalho escravo no Brasil. (COSTA PINTO, 1953, p.72)

Observando a fraca representação dos negros, de ambos os sexos, no setor do comércio, em especial no setor de comércio de valores e crédito, o autor ressalta que menos de 1% são negros. Ao explorar os dados referentes às atividades de transporte e comunicação, Costa Pinto considera que a quantidade de pretos e pardos é maior que a de brancos, embora em se tratando das mulheres, as brancas superam as “pretas e pardas” na

representatividade nos cargos de telefonistas, aeromoças, interpretes, empregadas de escritório.

Os pardos constituem a maior quota dos ocupados na defesa nacional e segurança pública no Distrito Federal; neste ramo a quota dos pretos é a menor dentre os três grupos considerados, o que há de se dever, em parte, à quase total exclusão dos pretos do oficialato nas forças armadas do País. [...] Em face do recrutamento obrigatório, a composição étnica dos quadros moveis das forças armadas há de sempre representar uma amostra aproximada da composição étnica das idades recrutáveis para o serviço militar; por outro lado, considerando os quadros permanentes, nos quais o oficialato deve representar alta porcentagem, provavelmente os brancos representarão forte maioria – não só por ser mais difícil aos matizes mais escuros atingir os postos superiores, mas também por que, em qualquer parte do Brasil, a condição de oficial das forças armadas é bastante para “branquear” qualquer um. (COSTA PINTO, 1953, p. 73)

Para verificar a participação dos negros em setores expressivos da economia do Distrito Federal e assim determinar a possibilidade de mobilidade social ascendente dos mesmos, o autor toma em consideração os setores da administração pública, justiça e ensino público e, em seguida, as profissões liberais e intelectuais, por agregarem os contingentes de trabalhadores classificáveis como pertencentes a uma classe média urbana e contar com presença significativa na capital federal. No serviço público civil, segundo o autor, prevalece a quota de pardos, depois os brancos e por último os pretos, estes sendo representados nesses setores por um número menor do que o de “amarelos”. Para o grupo de mulheres ocupando os mesmos setores, prevalecem as brancas, seguidas das amarelas e, em menor quantidade as pardas e as pretas.

Uma explicação para a maior quantidade de pardos em relação aos brancos verificada nas ocupações do serviço público civil, só seria possível, nas palavras do autor,

[...] se tivéssemos uma discriminação dessas ocupações por categoria de função, sendo de todo provável que os de cor se concentrem, em maior número, nas funções subalternas do serviço público, que, dentro de sua hierarquia, constituem a maior parte das funções existentes. Aqui provavelmente ocorre o mesmo que entre os ocupados na defesa nacional: a maioria de pardos que ali foi encontrada não significa que essa composição étnica se estenda a todos os graus de hierarquia e o fato de haver uma maioria de pardos no total não implica – muito ao contrário – que essa proporção se mantenha desde o nível das praças até aos altos comandos. (COSTA PINTO, 1953, p. 74)

Em virtude do exposto acima, o autor não se anima a concluir que o serviço público no Rio de Janeiro favoreceria a mobilidade social ascendente dos trabalhadores negros, uma vez que os mesmos ocupariam as posições hierárquicas subalternas, sem que fosse superada a barragem racista à sua ascensão nas hierarquias da administração burocrática estatal. Em relação à presença de negros no serviço público do Rio de Janeiro persiste “o fato evidente, e muitas vezes comprovado, da existência de barreiras raciais em carreiras do serviço público, como a magistratura, a diplomacia e o oficialato das forças armadas, especialmente, por tradição da marinha (COSTA PINTO, 1953, p. 75). Esse fato pode ser explicado pela existência, segundo o autor, de uma “seleção preferencial – por critérios que em regra não são confessados” (Ídem, p. 76) de servidores públicos não negros para as posições mais elevadas nas hierarquias das carreiras do funcionalismo público, uma vez que persiste a idéia de que seja inconveniente que os cargos mais representativos e de maior autoridade

[...] sejam ocupados por pessoas de cor - porque “lugar de negro é na cozinha porque seria “botar o carro na frente dos bois”, porque “ o que diria de nós os estrangeiro se fossemos lá fora representados por um *tição*?”, etc. “É neste plano que se faz o peneiramento desfavorável ao elemento de cor e, por isto mesmo, é claro que para que ela funcione com eficiência – nas condições peculiares ao Brasil – é essencial que ela não esteja escrita nas leis, o que, por outro lado, está longe de impedir o funcionamento dos critérios discriminativos, que sempre encontram alegações não-étnicas para se justificarem. (COSTA PINTO, 1953, p. 76)

Quanto à participação dos diferentes segmentos classificados racialmente nas profissões tipicamente urbanas de classe média como profissionais liberais, professores, intelectuais etc., tanto entre homens como entre mulheres a presença do contingente de trabalhadores brancos é mais significativa do que a dos negros. Também ao analisar a participação dos negros nas atividades denominadas “serviços e atividades sociais”, como serviços de hospedagem e restauração, higiene pessoal, limpeza, reparação de objetos, motoristas e carregadores, cuidados com a saúde e trabalhadores em atividade de recreação, lazer e esportes, os pretos e pardos aparecem em menor proporção, comparativamente aos trabalhadores amarelos e brancos, com exceção para as profissões de serviço doméstico nas quais as mulheres pardas e pretas representam o maior número. Em síntese, para Costa Pinto era evidente uma estratificação social que comporia uma pirâmide ocupacional no mercado de trabalho do Rio de Janeiro na década de 1950, que combinaria uma estrutura vertical de divisão em classes com a divisão étnica ou racial, mesmo após a Abolição da escravatura e, portanto, após o fim das barreiras legais à participação dos negros em atividades profissionais.

Para realizar a análise sobre a mobilidade social dos negros no Distrito Federal, Costa Pinto observa a mudança de posição destes, de escravos no século XIX para, várias posições sociais setenta anos depois, dentro de uma sociedade não mais escravista, considerando este aspecto como ponto de referência para o estudo da mobilidade social objetiva alcançada por este segmento social. O autor apresenta, então, uma interessante análise sobre a significação do enaltecimento aos negros que conquistaram espaços de destaque na sociedade brasileira, em atividades das quais estavam excluídos pela estrutura racista e escravista, pessoas que se tornaram símbolo da capacidade intelectual e de persistência dos negros, como José do Patrocínio, Luiz Gama, Juliano Moreira, Cruz e Souza, entre outros. Para Costa Pinto essas exceções demonstram, pela exceção representada, o caráter excludente da sociedade brasileira em relação aos negros, uma vez que a maioria do contingente negro da população continua ocupando as posições sociais e ocupacionais com menor prestígio e remuneração:

Não duvidamos que as “honrosas exceções” sirvam para demonstrar, pela milionésima vez, essas verdades elementares. Cremos, entretanto que tudo isso se demonstra muito melhor, não pela minoria, pela elite, ou pelas exceções, que são os negros – fração mínima da população de cor – que ascenderam na escala social, mas pela presença e atuação na história da sociedade no Brasil da própria *massa* de cor, sobre cujos ombros, argamassada com seu suor e seu sangue, vai erguendo, há quatro séculos, a civilização brasileira. Neste sentido, as “honrosas exceções”, como minoria ínfima que constituem – simbolizam muito mais e melhor a envergadura e proporções das barreiras, materiais umas, subjetivas outras, que tiveram e têm de vencer os homens de cor neste País para furarem as linhas e, por um caminho de pedras, alcançarem o padrão social dos grupos dirigentes. Não é por mera coincidência que tais “honrosas

exceções”, sobreviventes bem sucedidos da grande luta pela ascensão social, pingam quase que à razão de uma por geração. (COSTA PINTO, 1953, p. 80)

Logo em seguida, Costa Pinto se propõe a investigar a proporção de brancos, pretos e pardos que ocupam diferentes posições ocupacionais como empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, com a intenção de determinar estatisticamente se os processos de mobilidade social ascendentes ocorridos no Distrito Federal, alcançaram o contingente negro da população. Para a discussão empreendida pelo autor, os indicadores selecionados e verificados em sua análise, expressariam a proporção de descendentes de escravos que em 1940, meio século após a abolição da escravatura, alcançou as posições superiores na hierarquia ocupacional do mercado de trabalho. As variáveis selecionadas permitem o levantamento dos dados relativos às posições sociais ocupadas segundo os diferentes “grupos de cor” e sexo, em cada ramo de atividade econômica.

Costa Pinto reitera a importância da utilização de dados estatísticos para verificar e afirmar a quantidade de negros existentes em cada área de atividade, quantos eram empregadores ou empregados no Distrito Federal, para que a sua argumentação não se baseasse em meras suposições que não possibilitariam o conhecimento adequado do que denominava como “o estado verdadeiro da situação racial neste País” (COSTA PINTO, 1953, p. 82-83). O autor esclarece, ainda, que o Brasil, como economia capitalista, possui características particulares como um incipiente crescimento econômico e a centralização da propriedade e uma forte concentração da renda, resultando, como consequência, que a “... pirâmide” social como um todo – independentemente de fatores étnicos – apresente um contorno muito pouco piramidal, caracterizando-se como um vértice minúsculo, separado

por um segmento médio muito débil, de uma vasta e volumosa base.” (COSTA PINTO, 1953, p. 83)

Os dados selecionados para a verificação da posição social ocupada pelos diferentes “grupos de cor” e a “composição étnica” da classe social dos empregadores indicariam, segundo a análise realizada, a proporção de empregadores negros que comporiam o grupo minoritário que concentrava a propriedade dos meios de produção, o controle do poder político e o prestígio social na sociedade brasileira. A partir dos dados analisados, o autor chama a atenção para a predominância de brancos como empregadores, o que indicaria que não teriam ocorrido grandes alterações desde a mudança da posição social de “senhor” de escravos para “patrão” capitalista.

Um fato que logo prende a atenção é que entre os empregadores, em todos os ramos de atividade, a quota de brancos é predominante. Neste sentido a identificação da condição social de “senhor” ou de “patrão” com a condição étnica de “branco” parece não ter sofrido alterações notáveis na comunidade urbana e industrial do Rio de Janeiro na última década da primeira metade do século XX: embora em todos os ramos de atividade os empregadores sejam minoria, em todos eles, nesta posição, a quota de brancos é vantajadamente maior do que a dos demais grupos de cor. (COSTA PINTO, 1953, p. 96)

Costa Pinto busca demonstrar estatisticamente a realidade da distribuição da população brasileira no que diz respeito à relação entre classe social e raça, uma vez que, segundo os dados selecionados em sua pesquisa, prevalecia a participação dos negros nas posições subalternas, mal remuneradas e desvalorizadas como carreira de trabalho, posições que não permitiriam a ascensão social dos mesmos.

Em outras palavras, contrapondo-se ao mito da inexistência de racismo em relação aos negros no Brasil, a partir da comparação entre a posição estabelecida como empregado e empregador, no Distrito Federal, o autor constata a profunda diferença da participação entre negros e brancos. Nos cargos mais valorizados socialmente e como empregador em todos os setores, praticamente não existem negros. Estas posições em quase absoluta totalidade eram ocupadas por brancos, como afirma Costa Pinto:

Na indústria extrativa (no Distrito Federal as principais atividades deste ramo são a pesca e a exploração de pedrarias) – não há pretos como empregadores: no comércio de mercadorias, em cada 100 pretos ocupados neste ramo, existe menos de 1 na posição de empregador; no comércio de valores e crédito também não há pretos como empregadores; nas indústrias de transformação são empregadores 1,15% dos pretos e 0,39% dos pardos nelas ocupados; na agricultura, em cada 100 pretos nela ocupados, 0,87% são empregadores; entre os pardos essa quota é de 1,98%. (COSTA PINTO, 1953, p. 96)

Comparando as relações raciais no Brasil com a situação norte-americana, Costa Pinto observa que diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos na época, entre os brasileiros não se permitia a discriminação absoluta, porém, esta se manifestava nas barreiras que surgiam para a ascensão social dos negros, uma vez que a estrutura social estabelecida na prática, não possibilitava que estes ocupassem posições no mercado de trabalho que favorecessem sua ascensão aos postos mais elevados, como podia ser demonstrado pelo fato de que em todos os ramos de atividade econômica, a taxa de empregadores pretos atingia no máximo a marca dos 3%, concentrando-se a maior parte dos trabalhadores pretos e pardos na posição de empregados. (COSTA PINTO, 1953, p. 97)

Na sequência, o autor mostra como a concentração da população negra muda quando são analisados os dados das pessoas empregadas, e o *status* da posição ocupada. Novamente aqui podemos perceber que a análise de Costa Pinto não se limitou à averiguação da quantidade de negros empregados, mas também em verificar as posições ocupadas por estes na estrutura social e econômica, o que o levou a constatar a diminuição da representação do número de trabalhadores “de cor”, conforme aumenta o prestígio e a remuneração da ocupação, a saber:

Em 100 empregados na agricultura 48,10 são de cor; nas indústrias extrativas 49,72 são de cor; 34,13 nas indústria de transformação, 29,82 nos transportes e comunicações, 23,87 nos serviços e atividades sociais, 14,67 nas profissões liberais, 14,25 no comércio de mercadorias e 7,20 no comércio de valores. Como se vê, embora a representação dos elementos de cor seja sempre maior entre os empregados do que entre os empregadores – mesmo na condição de empregado varia o contingente de cor com a variação do status do ramo de atividade: entre os industriários 49,72% dos empregados são de cor, enquanto que entre os bancários essa quota é de 7,20%. (COSTA PINTO, 1953, p. 98-99)

Costa Pinto chega, assim, a uma conclusão importante a respeito dos processos de mobilidade social ascendente dos negros na sociedade brasileira: “Em face destes dados parece não haver dúvida que *de escravo a proletário* foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor no Distrito Federal nos últimos 70 anos de mobilidade social” (COSTA PINTO, 1953, p. 99). O autor também reitera que “de escravo a proletário” supõe a noção exata da mudança da condição social dos negros no Brasil desde a escravidão, pois, poderia se dizer “de escravo a cidadão” se os negros fossem considerados na prática realmente iguais num país já livre do regime escravista.

Para reforçar sua conclusão sobre a mobilidade social dos negros após a Lei Áurea, o autor recorre aos dados censitários de 1940, segundo os quais, os “846 empregadores de cor aqui encontrados em 1940, contrastados com os 86.854 trabalhadores assalariados, representam uma indicação objetiva desta situação e das perspectivas da população de mais de meio milhão de homens e mulheres de cor que vivem na Capital do Brasil.” (COSTA PINTO, 1953, p. 99-100)

Segundo a linha de raciocínio desenvolvida pelo autor, é importante que seja considerada separadamente a situação ocupacional do conjunto da população feminina, uma vez que o seu estudo trata de uma sociedade metropolitana em crescimento, que favorecia o trabalho extra-doméstico, possibilitando a mobilidade social ascendente de mulheres. Considerando que as atividades extra-domésticas influenciam algumas mudanças na estrutura social, inclusive nas relações inter-étnicas, Costa Pinto analisa os índices que estabelecem a quota da ocupação feminina no Distrito Federal.

Sua primeira observação é de que a quantidade de mulheres ocupando atividades extra-domésticas no Distrito Federal é maior do que no conjunto do Brasil, sendo que em alguns ramos de atividades econômicas, como o da indústria de transformação, e não só no emprego doméstico, a proporção de mulheres negras ocupadas já superava o número de homens, porém não escapa ao autor, o fato de que vários fatores combinados barravam a ascensão social das mulheres negras na hierarquia social. Àqueles fatores que podem ser considerados comuns a homens e mulheres, como a posição de classe, o nível de instrução e a própria cor do trabalhador, deveriam ainda ser acrescentadas as barreiras inerentes à condição feminina, mas que eram ainda mais agravadas para as mulheres negras.

Considerando as ocupações profissionais em suas particularidades, a pesquisa possibilita entendermos a significação dos dados estatísticos referentes à participação das mulheres negras no mercado de trabalho à época. A expressiva participação das mulheres como empregadas domésticas, no Rio de Janeiro, por exemplo, pode ser considerada como costumeira e própria dos padrões tradicionais da sociedade brasileira, sendo que o trabalho extradoméstico não seria desejável para as mulheres na visão das classes dirigentes. Entre os segmentos mais pobres da classe trabalhadora, também era considerado que trabalhar em uma “casa de família” seria um emprego mais aceitável e respeitável do que em um ambiente industrial. Por isso, entre as mulheres negras verificava-se a maior participação no mercado de trabalho como empregadas domésticas no Rio de Janeiro em 1940, atividade que “para a mulher de cor”, representava, segundo o autor, “a grande oportunidade de ocupação remunerada” (COSTA PINTO, 1953, p.107). Mas esta oportunidade de inserção ocupacional para as mulheres negras tinha uma significação maior do que a sua mera representatividade estatística, pois, na interpretação dos dados realizada por Costa Pinto, o número elevado de mulheres negras ocupadas em serviços domésticos poderia ser responsabilizado por influenciar o imaginário das crianças brasileiras para que construíssem estereótipos a respeito de uma presumida posição “natural” da “mulher de cor” na sociedade, que seria mais adequada para atuar profissionalmente em ocupações subalternas. (COSTA PINTO, 1953, p. 104)

Mas um aspecto relevante e revelador do pouco prestígio das mulheres negras no mercado de trabalho do Distrito Federal na época da pesquisa, pode ser inferido da análise da participação masculina nos serviços considerados domésticos. Diferentemente da

proporção das mulheres negras, os homens brancos representam a maioria, 58,53% dos ocupados nesta área. (COSTA PINTO, 1953, p. 106)

A explicação para uma maior proporção de homens brancos no serviço doméstico, segundo o autor, está na preferência destes, assim como de estrangeiros, para os cargos considerados domésticos nos serviços em hotelaria, por exemplo, ou nos trabalhos de mordomo, copeiro, chofer de carros particulares, jardineiros, o que leva o autor à conclusão de que os negros aparecem em todas as áreas de ocupação, mas, dentro de cada área os cargos majoritariamente ocupados pelos negros são os de menor *status social*.

As tendências expressas por esses dados parecem indicar, mais uma vez, na direção do que já foi apontado: é na medida em que à *ocupação* se liga uma idéia de superioridade de status que os elementos de cor escasseiam, mesmo que no ramo de atividade apareçam elementos de todas as cores. Assim é que no ramo de serviço doméstico parece existir uma certa hierarquia de posições que, por sua vez, se correlaciona com linha de sexo e de cor. Por exemplo, funções de mordomo, copeiro, chofer de carros particulares, jardineiro, ou certas funções no serviço doméstico de hotéis de maior preço, exigem certas habilidades, mesmo aprendizagem, e nelas não só os homens brancos e, muitas vezes, estrangeiros gozam de preferência; outras funções menos qualificadas – lavadeiras, arrumadeiras, criadas de servir, etc. -, especialmente em casas particulares, são principalmente preenchidas por mulheres, especialmente de cor. (COSTA PINTO, 1953, p. 107)

Encerrando a análise da distribuição das ocupações por sexo nas atividades domésticas assalariadas o autor passa a se ocupar do setor do funcionalismo público, enfocando a distribuição de ocupações por sexo, pela importância que este setor representa

quanto ao status econômico, social e cultural do Distrito Federal de então. Nestas considerações, Costa Pinto constata, novamente, que a mulher negra tem percentual baixíssimo de participação no funcionalismo público, bem como nas profissões liberais.

Para demonstrar como os negros se encontravam nas piores condições sociais no Rio de Janeiro da década de 1950, Costa Pinto toma em consideração o conjunto da população economicamente ativa com mais de 10 anos de idade e que então chegava a um total de aproximadamente 342 mil pessoas. Desse total, 74,25% eram brancos e 25,65% eram negros, sendo que no conjunto, 5,82% eram empregadores e 94,18% eram empregados. (COSTA PINTO, 1953, p. 109). Entretanto, dentre os 25,65% de negros, 99,04% eram empregados e apenas 0,96% eram empregadores, sendo que

[...] entre os brancos a quota de empregadores subia para 7,50% e a de empregados diminuía para 92,50%. Noutras palavras, os de cor, embora sejam minoria no conjunto da população e da população ativa, tem, dentro do grupo étnico, maior quota relativa na condição de empregado: as pessoas de cor que na população total representam aproximadamente 27% e na população ativa aproximadamente 25% - estão na condição de empregados na proporção de 99,4%. Inversamente, dentre os brancos, que representam aproximadamente 73% da população total e aproximadamente 74% da população ativa - os empregados representam aproximadamente 92,50%; ou seja, embora os brancos representem sobre o conjunto uma quota três vezes maior do que os de cor - tem, na condição de empregados, uma quota proporcionalmente menor do que estes. Por outro lado, entre os brancos, a quota proporcional de empregadores é de 7,50% enquanto que a dos de cor é de 0,96%. (COSTA PINTO, 1953, p. 110)

O autor conclui sua análise da influência das relações raciais discriminatórias no mercado de trabalho demonstrando como a mobilidade social dos negros ocorrida no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX tornou possível a inserção profissional dos mesmos em ocupações diferentes dos empregos mais comuns no final do século XIX como o trabalho rural, o trabalho doméstico, as atividades de extrativismo, para integrar-se como massa proletária na vida urbana. Essa proletarização sugere que embora não houvesse barreiras formais dos negros para ocupar qualquer posição no mercado de trabalho, na realidade o máximo possível foi tornar-se proletário nas cidades em incipiente industrialização, sendo que as aspirações de mobilidade social ascendente, em profissões de status elevado, foram alcançadas em raríssimos casos, e que o autor caracterizou como exceções que comprovavam a extrema dificuldade de ascensão social dos negros na sociedade brasileira.

### **3.2 – Mobilidade social e segregação espacial**

Costa Pinto denomina “Ecologia” o capítulo em que discute a segregação racial do espaço urbano do Rio de Janeiro na década de 1950. O autor inicia sua argumentação sobre o tema, enfocando a localização das moradias em determinados espaços, segundo os grupos étnicos ou raciais a que pertenciam os moradores. Para a discussão que realizamos neste trabalho, é importante enfatizar que as barreiras para a mobilidade social ascendente dos negros no Distrito Federal, discutidas acima, incidem diretamente sobre os espaços urbanos ocupados pelos mesmos e a qualidade de suas habitações. Segundo as palavras do autor,

[...] quando a incapacidade econômica da parcela maior de um grupo étnico o mantém restrito às áreas deterioradas do mapa geográfico e social de uma comunidade – resultam, objetivamente, índices de elevada segregação *de facto*, daquela que talvez seja a forma mais coercitiva, mais intransponível e mais radical de segregação, pois que permanece apesar da constante alegação de sua inexistência, pela incapacidade material do grupo inferiorizado de usar da proclamada prerrogativa formal de poder residir onde quiser e ter pleno acesso aos recursos da comunidade. (COSTA PINTO, 1953, p. 113)

Após reflexões sobre este assunto, Costa Pinto discute se haveria segregação residencial étnica no Rio de Janeiro, e procurando se afastar do sentido de segregação estabelecida nos guetos judeus na Europa e no bairro do Harlem, em Nova York na década de 1950, por exemplo, para o autor a segregação que ocorria era “voluntária”, no sentido de que não era imposta pela força ou pela lei.

Para Costa Pinto, afastando-se do estereótipo de segregação na forma de gueto ou do Harlem, é possível reconhecer um padrão de segregação residencial na área estudada. Para tanto, a análise seria feita determinando zonas ecológicas no contorno do Distrito Federal. Depois de avaliar as diversidades encontradas nos vários setores geográficos do Distrito Federal, Costa Pinto argumenta que era

[...] evidente a tendência histórica da concentração dos grupos de cor no Distrito Federal nas camadas proletárias da população, parecendo ter sido esta a mais nítida direção e o maior alcance da mobilidade social realizada pelas grandes massas desta população, depois da abolição do regime de trabalho escravo que sobre elas pesava, Desta verificação é que retiramos a hipótese fundamental do presente capítulo, procurando ver, na análise ecológica, se a hipótese permanece ou deve ser modificada

à luz desse novo critério de apreciação. Noutros termos, o que nos interessa é verificar, tomando a situação residencial como índice da situação social – qual o padrão de acordo com o qual vivem as quotas de 71% de brancos, 11% de pretos e 17% de pardos que compunha, a população do Rio de Janeiro em 1940 (25). (COSTA PINTO, 1953, p. 119-120)

Uma das constatações importantes levantadas pelo autor é que “quanto maior a urbanização, maior a quota de brancos: na Região Oriental, inteiramente urbanizada, os brancos representam 72,91% da população, enquanto na Região Ocidental, com extensas partes rurais, essa quota desce para 60,02%” (COSTA PINTO, 1953, p. 122). Seguindo o mesmo raciocínio, o autor afirma que “quanto mais proletária a área, maior a quota de população de cor.” (Idem, p.123) e a respeito das favelas e seus habitantes, nada menos do que 71% dos moradores eram pretos e pardos. “Isto significa, noutros termos, que a representação dos grupos de cor na população das favelas é muitas vezes maior, quase igual ao triplo, da proporção deles na população total da comunidade. Vejamos, do ponto de vista sociológico, qual a significação desses fatos.” (COSTA PINTO, 1953, p. 130)

Resumindo as idéias principais sobre a distribuição geográfica, considerando-se a cor da população, pode-se inferir que as habitações da população negra situavam-se predominantemente nas regiões mais deterioradas, e seus moradores ocupavam as posições mais baixas na escala social. Finalizando a discussão sobre a relação entre segregação racial e espacial, o autor reitera enfaticamente a sua concepção de que há um tipo de segregação racial na distribuição espacial das moradias no Rio de Janeiro:

Admitindo, como é lícito fazer, que as favelas do Rio de Janeiro constituem uma área social caracteristicamente definida pelo tipo social de seus habitantes – e pela posição que eles ocupam no sistema de vida social da cidade – a conclusão, documentada provada, a que se chega, é que nelas a segregação existe e em índice altamente expressivo: enquanto que, em cada 100 habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor – na população das favelas, em cada 100 habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade – é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica. (COSTA PINTO, 1953, p. 144)

### **3.3 – Educação escolar e mobilidade social**

A educação escolar considerada em termos de oportunidades para a ascensão social dos negros é um tema que recebe um tratamento especial, por parte de Costa Pinto no desenvolvimento de sua pesquisa, na medida em que a obtenção de títulos escolares e de capacitação profissional poderia gerar uma “elite de cor”. Por isso, o autor discute em seu trabalho a correlação entre oportunidades educacionais como: os processos de alfabetização e conclusão dos vários níveis de ensino e a ocupação de posições no mercado de trabalho; ou, ainda, se o envolvimento dos negros em situações de criminalidade variava de acordo com o nível educacional dos mesmos. A questão central que orienta a discussão realizada por Costa Pinto nesta parte do seu trabalho, visa entender se a educação era um fator que possibilitava a ascensão social do negro.

O autor adverte, entretanto, que não compartilha com a idéia segundo a qual a discriminação dos negros no Distrito Federal é decorrente de seu baixo nível educacional. Também não concorda com a concepção decorrente do raciocínio anterior, de que um maior nível educacional dos contingentes negros da população equacionaria o problema da sua inferiorização social. O problema é que excetuando as fontes censitárias, não havia informações estatísticas oficiais sobre a situação educacional por grupos de cor. Por isso, recorre aos dados dos censos, para analisar, primeiramente, as quotas de alfabetizados e analfabetos no Distrito Federal, salientando que havia uma profunda diferença dessas taxas em relação à população total do país. Ou seja, O Distrito Federal de então apresentava a maior taxa de população alfabetizada, 81% de seus habitantes de mais de 15 anos, enquanto que os dados referentes ao conjunto da população brasileira traziam para 1940 a taxa de 43,04% de alfabetizados.

Porém, ao considerar os dados discriminados por cor e sexo de 1940, a proporção de brancos alfabetizados no Distrito Federal era de 87,84%, e a de pretos era de 53,64%. Mas ainda era necessário levar em consideração que entre os homens as taxas de alfabetização eram maiores, sendo que entre as mulheres negras as taxas de analfabetismo eram ainda mais acentuadas. Costa Pinto reitera, então, a importância de que fossem considerados os fatores estruturais para o entendimento das baixas taxas de alfabetização dos negros, percebendo que este era um fator de limitação à ascensão social e rebatendo as idéias racistas que consideravam os negros portadores de baixas capacidades intelectuais. Em outras palavras, a baixa escolarização dos negros, para o autor, era uma consequência do mau funcionamento do sistema institucional básico.

[...] o fato de em cada 100 negros residentes no distrito Federal, 46,46% serem analfabetos - quase metade, portanto – indica uma taxa de alfabetização muito baixa, produto e reflexo da igual posição que este grupo ocupa na comunidade. Trata-se, por outro lado, de uma séria limitação de perspectivas de ascensão social, de natureza inteiramente objetiva, decorrente de deficiência e mau funcionamento de um sistema institucional básico e não de pretensas qualidades intelectuais inerentes ao grupo de cor – como adiante ficará demonstrado de modo insofismável, pela análise dessas mesmas informações. (COSTA PINTO, 1953, p.150)

Para Costa Pinto os fatores que afetam a situação de pobreza dessas famílias cariocas, acentuando-se a maior quantidade de mulheres analfabetas negras comparando-se à quantidade de homens negros (“o número de analfabetos é de 36,12 entre 100 homens pretos e de 54,08 entre 100 mulheres da mesma cor” (COSTA PINTO, 1953, p. 150) estava relacionada à situação econômica deficitária, ao trabalho infantil e juvenil dessas camadas da população para contribuir com a renda familiar, e ao recente passado escravo. Estes aspectos não favoreceriam a formação educacional adequada à ascensão social da população negra, como podemos inferir da leitura do seguinte parágrafo:

A situação econômica cronicamente deficitária e premente, característica do desajustamento em que vivem as famílias das camadas mais pobres da população carioca, que obrigam a prematura utilização, em larga escala, da mão de obra infantil e juvenil em tarefas remuneradas fora do lar, como meio de ajudar a sustentar o orçamento doméstico (38), bem como o passado escravo ainda recente – dos 45.040 escravos existentes no Rio de Janeiro em 1872 somente 329 eram alfabetizados – são, do ponto de vista de grupo étnico considerado, os principais fatores dessa situação

educacional, que afeta, principalmente, as mulheres de cor. (COSTA PINTO, 1953, p. 150)

O autor não minimiza a importância da educação formal nos níveis mais elevados do sistema de ensino, como um fator que possibilita uma melhor inserção na estrutura ocupacional, possibilitando a mobilidade social e econômica. Entretanto, o que efetivamente se verificava no Rio de Janeiro das décadas de 1940-50, era o fato de que 89,56% dos pretos em idade escolar se encontravam nos níveis elementares de escolarização. “Dos 24.157 negros que, naquela data estavam recebendo instrução, 21.636 recebiam instrução elementar, enquanto 891, ou seja, 3,69% cursavam escolas superiores, havendo mais 1.567 que recebiam instrução de grau não declarado” (COSTA PINTO, 1953, p. 156). Levando em consideração que os níveis mais avançados de educação formal possibilitariam uma melhor inserção ocupacional e, ainda, que a maior parte dos pretos e pardos ficava alijada desta possibilidade, tendo praticamente inviabilizada a possibilidade de mobilidade social ascendente pelos canais educacionais, a situação educacional do Rio de Janeiro reproduzia “a pirâmide de classes” que hierarquizava o “doutor branco”, no vértice, e o “preto ignorante”, na base (COSTA PINTO, 1953, p. 157). Em outras palavras, considerando que nas graduações mais elevadas da estrutura educacional formal a maioria de brancos vai aumentando proporcionalmente, levando à situação segundo a qual quanto maior o grau de estudos, menor a quantidade de pretos e pardos e maior o número de brancos, verificava-se no Rio de Janeiro, um processo de “branqueamento” do portador de diploma universitário, ou da pessoa negra com status elevado socialmente, que não passava despercebido pelo autor, para quem, não restava

[...] a menor dúvida de que a condição de portador de um diploma universitário, na situação racial peculiar ao Brasil, seria razão bastante para levar um pardo ou mulato de pele mais clara a declarar-se branco – e mesmo a ser considerado como tal nas relações de etiqueta com outras pessoas – o que necessariamente influi como fator de hipertrofia daqueles índices referentes aos brancos. O fato é compreensível e provavelmente ocorreu influenciando nos índices estatísticos. O fundamental, porém, é saber que interpretação se lhe dá. E a nós nos parece que ela está meridianamente a indicar a identificação objetiva da *posição de dominante* com a *condição de branco*, o que exigia do elemento de cor que ascendia e daqueles que o recebiam em seu círculo a obediência à regra da etiqueta racial que impunha tratar-se como se fosse branco ao pardo que conseguisse se aproximar dos níveis sociais superiores. Não temos dúvida, por outro lado, que essa permanente mistificação da própria condição étnica e social na vida quotidiana dos elementos de cor que se promoviam na escala dos status sociais – é o fundamento sócio-psicológico em que se apóia o estereótipo do “mulato pernóstico”, um dos mais típicos, difundidos e integrados estereótipos que se pode encontrar na sociedade brasileira. (COSTA PINTO, 1953, p. 159-160).

As possibilidades de ascensão social da população negra no Rio de Janeiro seriam o resultado dos processos de industrialização e urbanização crescentes no país, e teriam como consequência a formação de um grupo de negros preparados para disputar também os cargos e as posições sociais tradicionalmente destinadas aos brancos de elite, que teriam dificuldade em aceitar a chegada dos negros às posições ocupacionais de maior prestígio e remuneração. Assim, as mudanças estruturais na sociedade brasileira, como o fim do trabalho escravo, o crescimento industrial e urbano gerariam uma migração das populações rurais para as cidades em busca de emprego e escolarização, sinalizando para a

mudança da posição do negro na sociedade. Mas este processo produziria uma tomada de consciência dos negros quanto às expectativas de ascensão social e as barreiras impostas por uma sociedade ainda racista, o que provocaria a formação de organizações negras de elite, as “associações de novo tipo”, termo designado pelo autor diferenciando estas das organizações “tradicionais”.

A partir dos dados analisados pelo autor podemos entender ainda que o preconceito em relação aos negros (e nesse caso a gradação de cor é negativa, no sentido de maior o preconceito quanto mais escura for sua pele) embora nem sempre admitido, aparece mais fortemente na medida em que as relações sociais se tornam mais íntimas, como por exemplo na possibilidade de casamentos inter-raciais, fazer parte da família, ou da proximidade como amigo, situações estas em que o negro é mais rejeitado, diferentemente da aceitação maior quando se trata de tê-lo como trabalhador subalterno em posições desprestigiadas socialmente, companheiro de jogos, enfim de uma convivência não tão íntima.

Considerando que as relações familiares e de amizade mais próximas favorecem a mobilidade social, ou seja, que as redes de contato são muito importantes para a inserção profissional e para a mobilidade vertical ascendente, como por exemplo, a ocupação de posições melhores nas empresas, os negros estariam com mais esta desvantagem a partir do momento em que não são bem aceitos nas relações mais próximas de amizade, de família, situando-se distante e com menos possibilidade, mesmo apresentando requisitos exigidos para ascender em carreiras pretendidas.

### 3.4 - Mobilidade social e associações negras

Por fim, o autor considera que as mudanças nas posições sociais da população negra suscitariam também mudanças nas formas de organização política. Analisando as associações negras desde o período da escravidão e depois a formação de associações em uma sociedade em franco desenvolvimento industrial e urbano, onde os negros necessitam lutar por novas bandeiras, já que a liberdade oficial já fora conquistada, o autor divide as associações negras em dois tipos: as tradicionais e as de novo tipo.

As formas tradicionais de associação estavam relacionadas em especial a um padrão também tradicional das relações raciais no Brasil, expressando-se de forma recreativa ou religiosa, assinalando a contribuição do africano no campo da cultura. Nas associações de novo tipo, que são novas tanto no sentido cronológico quanto sociológico, são negros em posições novas na sociedade brasileira, “o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para ele, era a nossa terra – mas a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas do sentir, do pensar e do agir de *brasileiros*, social, cultural e nacionalmente brasileiros, *eticamente negros*.” (COSTA PINTO, 1953, p. 257)

Para Costa Pinto, estas associações negras chamadas de *novo tipo* são associações de elite, formadas pela elite negra. Neste sentido, interessa aqui avaliarmos a relação dessa formação elitista e da mobilidade social. As associações de novo tipo são associações de elite, geradas em meio as mudanças econômicas e políticas, formada por negros que obtiveram ascensão social, uma elite negra, numericamente insignificante, embora crescente, e com posições diferentes das organizações tradicionais no que diz respeito ao orgulho de ser negro, à reação as situações de racismo, as tomadas de atitudes mais

agressivas, menos passivas, às estratégias de organização menos individual, valorizando organizações coletivas para superar as discriminações raciais, tornando-se porta-voz de seu grupo racial, lutando para ascender às posições sociais, ultrapassar as linhas de cor. Diferente das antigas elites negras, que para Costa Pinto

[...] na medida em que ascendiam tinham a preocupação de branquear-se, confundindo-se em tudo com o extrato branco superiormente colocado – as novas elites negras pretendem ascender como elites sem deixarem de ser negras, negras mais do que nunca, declarada e orgulhosamente negras, apologéticas da *negritude*. Essa distinção, que é fundamental, confere à formação das elites negras contemporâneas uma significação toda especial, pois muito dificilmente deixarão as novas gerações, para o futuro, de ser atraídas por essa ideologia de revalorização étnica, na qual não se percebe logo no primeiro plano o que tem de falaz e o que contem de fecundo. (COSTA PINTO, 1953, p. 270)

As organizações sociais denominadas associações de novo tipo, formariam movimentos sociais que refletiriam as mudanças na estrutura econômica e social, induzindo à novas relações raciais, conferindo uma posição social mais elevada para um grupo pequeno de negros que não aceitariam as posições tradicionais de subalternidade destinadas a eles, lutando abertamente contra a situação vigente.

## Capítulo 4

### A pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo

A pesquisa tratada neste capítulo é o resultado de um trabalho de colaboração entre a Revista Anhembi, interessada na época em promover uma investigação sobre as “origens, manifestações e efeitos” dos preconceitos contra os negros na cidade de São Paulo, a UNESCO, que havia inicialmente designado o antropólogo Alfred Metraux para verificar a mesma temática, e os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. A publicação do livro *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* pela Editora Anhembi, em 1955, representa a conclusão da pesquisa realizada após mais de um ano de trabalho sob a orientação de Roger Bastide, que contou com o trabalho de investigação e elaboração do relatório final realizados por Florestan Fernandes, auxiliados também por uma comissão composta por lideranças negras, intelectuais, negros de classe média.

O resultado da pesquisa foi redigido em parceria, sendo que Florestan Fernandes redigiu os capítulos: “Do escravo a Cidadão”, “Cor e Estrutura Social em Mudança” e “A Luta contra o Preconceito de Cor”, e Roger Bastide encarregou-se dos capítulos: “Manifestações do Preconceito de Cor” e “Efeito do Preconceito de Cor”. Na mesma publicação resultante da colaboração UNESCO/Revista Anhembi constam ainda os relatórios das pesquisa orientados pelas psicólogas Aniela Ginsberg e Virgínia Bicudo, e apenas como apêndice, o estudo exaustivo sobre padrões raciais realizado por Oracy

Nogueira “Relações Raciais no Município de Itapetininga”, que ganhou reconhecimento por propor uma nova tipificação do padrão de preconceito existente no Brasil ao formular os conceitos que distinguem o “preconceito de marca” do “preconceito de origem”.

Preocupado em justificar o delineamento do universo da pesquisa realizada em São Paulo, o professor Roger Bastide, na introdução do livro, apresenta uma exposição na qual considerava que os setores socioeconômicos secundário e terciário deveriam ser prioritariamente investigados, pois as barreiras presumidamente existentes para a inserção profissional dos trabalhadores negros se manifestariam tanto na indústria, quanto entre os trabalhadores no comércio e nos serviços bancários. As barreiras profissionais contra os trabalhadores negros, no entendimento de Bastide, incluíam o que ele denominava como “estereótipos” dos empregadores, e também as “ideologias dos brancos em suas relações com gente de cor”. Para a implementação do trabalho de campo, foi realizada uma pesquisa que envolveu um conjunto de fábricas de São Paulo, com o cuidado de que fossem diferenciados o porte das empresas, se grande, pequeno ou médio, os vários segmentos de trabalhadores, particularmente a divisão por sexos, o mesmo valendo para a investigação no comércio e nos bancos. Coube aos pesquisadores de campo a elaboração de um “diário”, no qual cada um descreveria a sua percepção sobre as “relações sociais entre brancos e pretos” observadas em São Paulo, “... nos seus encontros casuais de rua, nas conversas de família, no ônibus e bondes, etc.” (BASTIDE, 1955, p. 13). Para suprir o distanciamento social em relação aos negros que compunham a maioria da população negra e os negros de classe média, os pesquisadores recorreram a questionários, entrevistas, história de vida e biografias.

No trabalho de Bastide e Fernandes (1955) as condições históricas da economia paulista, dependente de mão de obra escrava até cerca de meio século antes da realização da pesquisa, pesavam como fortes condicionantes sobre as possibilidades de mobilidade social ascendente dos negros no Estado de São Paulo.

#### **4.1 - A preeminência das relações sociais de dominação e subordinação sobre a cor e raça**

Na primeira parte do trabalho, que ficou sob a responsabilidade do professor Florestan Fernandes, a ênfase inicial da investigação recaiu sobre a análise da participação dos negros na formação econômica de São Paulo e as características peculiares da presença destes trabalhadores na história do Estado, como decorrentes de sua importância como elemento central da economia paulista durante um longo período histórico.

A escravização de africanos nas Américas e no Brasil, não foi menos importante na história da formação social e econômica do Estado de São Paulo, no qual se combinaram a exploração econômica do trabalho com a violência repressiva para manter as relações sociais de propriedade de seres humanos transformados em instrumentos e capital. Entretanto, as condições de trabalho e de vida da denominada “população de cor”, com as formas específicas de inserção ocupacional e especialização profissional ocorridos na história da formação social de São Paulo, foram fortemente influenciadas pelas particularidades da economia paulista e seus vários ciclos ou fases econômicas.

A partir de informações levantadas por outros pesquisadores, Florestan Fernandes considera que o tráfico de negros para a região que viria a se constituir no Estado de São Paulo começara por volta de 1530, vindos juntamente com os povoadores, porém não diretamente da África. No final do século XVI, alguns habitantes de São Paulo possuíam poucos escravos negros para o cuidado com a lavoura. O aumento da população negra em São Paulo, estaria relacionado á expansão da exploração aurífera no final do século XVII, fase em que “...o negro deixa de ser um membro ocasional das bandeiras, para tornar-se uma de suas molas essenciais e o principal agente nos trabalhos de mineração. Em consequência, o valor do escravo africano, que sempre fora maior que o do escravo indígena, quintuplica-se em menos de duas décadas: cada “peça” passa a custar 250 mil réis.” (FERNANDES, 1955, p. 19)

A exploração aurífera, embora não muito longa, possibilitou o desenvolvimento econômico de São Paulo e quando esta exploração declina, ocorre um deslocamento do capital investido em mineração para as áreas agrícolas. Para os autores, “uma incipiente economia de troca desenvolvera-se em São Paulo, com base na produção agrícola e na criação; várias regiões foram povoadas pelos índios, pelos negros, pelos brancos e por seus descendentes mestiços; todo um sistema de comunicações se criara e se solidificara” (FERNANDES, 1955, p. 24). Esta mudança de estratégia de aplicação de capital teria permitido a continuidade da demanda por mão-de-obra escrava, convertida em elemento central das atividades agrícolas na Vila de São Paulo entre fins do século XVII e o terceiro quartel do século XVIII, “...beneficiando-se particularmente com o comércio das minas de Goiás e Mato Grosso e com a exploração em escala econômica da produção agrícola e da criação” (FERNANDES, 1955, pag.26). Por outro lado, os autores consideram que

Embora a mineração tenha, de fato, alargado os quadros da economia de subsistência, com a intensificação em pequenas proporções da produção agrícola e da criação, e operado a transformação do escambo puro e simples em atividades mercantis propriamente ditas, essa afirmação está aquém da verdade histórica. É possível, mesmo, que o surto econômico provocado pela mineração não passasse de um episódio efêmero e sem continuidade, se não se passasse uma ampla redistribuição de populações e de capitais, em conexão com o declínio progressivo da produção aurífera. O que se precisa considerar em primeiro plano é que a mineração não deu origem a um mercado capaz de absorver em quantidades apreciáveis os produtos que alimentavam a “grande lavoura”, que se construíra no Brasil colonial em torno da exploração do açúcar, do algodão e do tabaco; ela somente estimulou a produção nos setores da “agricultura de subsistência” e de criação. (FERNANDES, 1955, p. 27)

O desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo apresentou um crescimento considerável em razão das transações comerciais com as minas de Goiás e Mato Grosso e com a produção agrícola. Mas tal desenvolvimento econômico estava calcado em uma distribuição racial e profissional da população da vila de São Paulo, com uma participação dos negros e de seus descendentes em posições que uma vez analisadas contribuem para que entendamos a distribuição futura de posições profissionais na sociedade paulistana. As ocupações destinadas aos trabalhadores negros, escravos ou libertos, eram as atividades braçais requerentes de menor qualificação, tanto na agricultura como na movimentação de cargas, diferentemente das ocupações “artesaniais tradicionalmente exercidas pelos brancos”. Ao analisar as transformações econômicas de São Paulo, Fernandes entende que o papel dos negros foi extremamente importante para o desenvolvimento deste Estado,

sendo que houve um grande aumento da população escrava entre 1811 e 1836, fato este relacionado ao crescimento da grande lavoura.

As transformações econômicas no estado repercutiram no sentido de que também muitos de seus habitantes passaram a dedicar-se as atividades agrícolas, ligadas ao café e ao açúcar, e a cidade de São Paulo também passou a ser um ponto de trânsito para o comércio agrícola que vinha da região oeste do Estado com destino ao porto de Santos. A crescente diversificação econômica da cidade gerou uma maior diferenciação ocupacional em atividades ligadas ao comércio e aos serviços propriamente urbanos, demandando a concentração de um maior contingente de trabalhadores. Embora as atividades artesanais e os “ofícios” fossem prioritariamente realizados por indivíduos livres, e segundo os autores, preferencialmente aqueles que apresentavam a cor da pele mais clara, aos poucos os trabalhadores escravizados foram sendo ocupados em atividades artesanais urbanas e no trabalho doméstico na casa dos seus senhores. (FERNANDES, 1955, p. 34)

Para Fernandes, o crescimento econômico de São Paulo seja decorrente do trabalho escravo e a expansão cafeeira no século XIX gerou uma fase de escassez de mão-de-obra. O preço de um escravo tendia a aumentar, e por causa também das leis que intencionavam abolir o tráfico de escravos, havia um comércio interno intenso, sendo que grande parte dos escravos vindos para São Paulo eram comprados no Rio de Janeiro, muitos, procedentes do norte do país, que já apresentava uma decadência no setor agrícola. As necessidades de mão de obra não seriam suficientemente cobertas pela quantidade e valor dos escravos disponíveis, em especial com a lei de extinção do tráfico, a partir de 1850. Por outro lado é o momento de crescimento da agricultura cafeeira em São Paulo, e a expansão do cultivo

para a exportação “... coincide com o período em que se inicia e se processa o colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil. A renovação ilimitada do “braço negro” tornara-se praticamente impossível desde a cessação do tráfico.” (FERNANDES, 1955, p.40)

É nessa conjuntura econômica que, segundo Florestan Fernandes, busca-se um substituto ao trabalho servil. Embora ocorresse a idéia do escravo se tornar trabalhador livre, segundo o autor, a solução encontrada por alguns fazendeiros paulistas foi importar trabalhadores europeus brancos. Então “Os imperativos de ordem econômica passam a refletir-se na composição da população de outra forma: os fatores que antes determinavam o incremento da população negra irão ocasionar o aumento da população branca, graças à permanente “fome de braços”, que drenará sem cessar milhares de indivíduos de diversas regiões da Europa para as lavouras paulistas.” (FERNANDES, 1955, p. 41)

A expansão econômica advinda da agricultura reflete na crescente urbanização de São Paulo, o comércio incentiva as mudanças no setor de transportes, amplia-se o setor ferroviário, e o setor bancário. A prosperidade econômica agiliza as transformações na cidade, porém a posição social do negro não sofre grandes transformações, uma vez que os novos postos de trabalho seriam ocupados pelos imigrantes europeus.

À medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato herdado do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus. É preciso notar que o meio social só começou a comportar a multiplicação de atividades sociais, que garantissem relativa segurança e prosperidade econômica com apoio na aplicação exclusiva de energias pessoais combinadas a reduzidos capitais, num momento em que a escravidão entra em crise e em que a imigração se intensifica. Por isso, as oportunidades criadas pelas

tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos. Sob este aspecto, a situação de São Paulo é claramente distinta da do Rio de Janeiro, por exemplo, onde os negros chegaram a monopolizar, em pleno regime servil, um grupo apreciável de atividades econômicas ligadas com a vida social urbana.” (FERNANDES, 1955, p. 42)

De modo que, embora São Paulo, no período da segunda metade do século XIX, estivesse em plena fase de transformações econômica e de organização do trabalho, essa transformação se refletiu em perda de meio de sobrevivência para os negros, uma vez que “... todas as ocupações de alguma representação social permaneciam como privilégios das pessoas livres e brancas, pois só excepcionalmente, graças a certos mecanismos de atribuição de status que serão examinados no segundo capítulo, é que os “homens de cor” livres (“pardos” ou “negros”) conseguiram acesso a tais ocupações” (FERNANDES, 1955, p. 44). Além disso, as profissões que antes eram praticadas por escravos, profissões manuais e mecânicas, passaram a ser substituídas por mão de obra do trabalhador livre, tendendo ao desaparecimento da escravidão.

O processo histórico de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado em São Paulo deslocou os trabalhadores negros das ocupações desempenhadas na economia durante séculos. As atividades produtivas realizadas pelos escravizados nos anos próximos à Lei da Abolição no trabalho agrícola ou nos setores econômicos urbanos passou por um processo de desorganização. Após a Abolição, o trabalho possível para o negro se enquadrava dentro das ocupações menos valorizadas em status e com menor remuneração, ficando o negro, embora liberto em posição marginalizada em relação à expansão

comercial e industrial que transformou a cidade de São Paulo em uma metrópole durante o século XX. (FERNANDES, 1955, p. 52)

Quanto às formas de sociabilidade vigentes em São Paulo, a exemplo do que ocorria no país como herança do processo colonial, para conquistar uma ocupação remunerada nos serviços relacionados às novas formas de trabalho nos bancos, comércio, burocracia, indústria, era de grande valia a indicação de alguém com muita influência, ou seja, uma relação de apadrinhamento e de favor, reservadas as exceções para aqueles trabalhadores que demonstravam talento extraordinário. Para os negros ter um “padrinho” competente e que quisesse indicá-los era uma situação excepcional, muito rara. Também ocorria uma tendência do trabalhador negro tentar evitar as tarefas então degradadas pela ocupação servil. Florestan Fernandes considera que nessa fase de transição do trabalho servil para o trabalho livre foi mais fácil para a mulher negra do que para o homem negro a adaptação às novas relações de trabalho, pois os trabalhos domésticos que elas exerciam não chegaram a ser tão aviltados e degradados, como ocorrera com as tarefas manuais, braçais, exercidas pelos homens escravizados.

As mudanças econômicas refletiram também na composição da população da cidade de São Paulo e de todo o Estado. Aspectos como as migrações internas das pequenas cidades para a capital e a situação de miséria e pauperismo da população negra vivendo em moradias precárias, gerou como consequência doenças e mortes prematuras, acarretando a diminuição dos negros que viviam em cortiços na cidade de São Paulo. Florestan Fernandes afirma que “os negros e pardos, que perfaziam 23,9% da população do Estado de São Paulo em 1886, pelo censo de 1940 constituiriam 12,01% da população total. Uma redução

paralela se operou na população do município da capital, pois em 1886 os negros e pardos representavam, aproximadamente, 21% da população total, enquanto que em 1940 eles corresponderiam apenas a 8,19%”. (FERNANDES, 1955, p. 55)

Por outro lado, ainda de acordo com o censo de 1940, o negro aparece como trabalhador em todas as esferas da vida econômica, embora, predominantemente nas atividades de serviços domésticos, serviços manuais e braçais. Em síntese, o crescimento econômico da cidade de São Paulo gerou novas perspectivas de ascensão para todos os trabalhadores, inclusive os negros, em razão da demanda crescente por força-de-trabalho e da valorização do trabalhador nacional. Particularmente em relação aos trabalhadores negros, os autores também ponderam que o que denominam como uma “modificação da mentalidade econômica dos indivíduos de cor” também tenha contribuído para a sua melhor inserção no mercado de trabalho paulistano. Com relação a este último aspecto, para Fernandes durante a década de 1930,

[...] está se processando a transformação da mentalidade econômica dos indivíduos de cor. Esboça-se no seio da população negra uma reação ao antigo retraimento, que facilitou a substituição do negro pelo imigrante europeu ou pelo trabalhador branco nativo, e que contribuiu para consumir a eliminação parcial dos manumitidos do sistema de trabalho. As polarizações básicas da nova mentalidade em formação (simétrica, nos pontos essenciais, à dos brancos da cidade), acentuam a importância da alfabetização e da aprendizagem sistemática das profissões; reconhecem as vantagens da especialização profissional na competição por colocações; traduzem a predominância de uma perspectiva realista na escolha das ocupações; e, por fim, o que é deveras importante, orientam a conduta dos indivíduos de cor em um sentido competitivo, animando-os a

disputar com os brancos as ocupações em que só eram admitidos, no passado, por exceção. As respostas a questionários que distribuímos dão uma idéia do conteúdo positivo dessas polarizações. (FERNANDES, 1955, p. 57-58)

Essas afirmações que consideram que os negros mudaram a mentalidade sobre o trabalho e passaram a ser mais competitivos e ansiosos por ascensão social, melhoria na educação, moradia e salários, foram elaboradas por Florestan Fernandes a partir da análise dos questionários e dos dados colhidos de depoimentos e observação participante realizados na cidade de São Paulo. As novas formas de “mentalidade” entre os negros seriam possibilitadas pela situação de vida urbana em que se encontravam, bem como pela demanda de mão-de-obra para os novos postos de trabalho gerados pela expansão industrial. A partir de tais mudanças sociais, decorrem novas formas de sociabilidade e novas representações sobre o negro e do próprio negro a respeito de si mesmo. Para Fernandes:

A disposição de competir com o branco é relativamente recente e nasce da incorporação dos ideais de vida urbanos à personalidade do negro. Sua importância prática é evidente, pois de uma impulsão psicossocial desse gênero, é que está dependendo, em parte, a exploração das novas oportunidades econômicas, de assalariamento ou polarização da mão de obra nacional. Elas próprias são produtos culturais da participação do negro na vida econômica urbana. A garantia de colocação, a vigência do “salário mínimo”, o aumento natural dos níveis de rendas, as facilidades concedidas pela expansão do sistema de vendas a crédito (de utilidades, de terrenos e de casas), se refletiram também no padrão de vida do negro da cidade e em seus ideais de segurança econômica. O abandono dos “cortiços”, o cuidado na apresentação pessoal (em particular, com o

vestuário), o conforto na vida doméstica, a educação dos filhos, a posse de bens econômicos (inclusive imóveis), são preocupações que já se fazem sentir com muito vigor em diversas camadas da população de cor de São Paulo. Tais preocupações alimentam e dão corpo à aspiração de “melhorar economicamente”, de “subir de posição”, e redundaram na disposição de competir com o branco, de usufruir com ele, em condições de igualdade, as garantias sociais proporcionadas pelo trabalho livre. (FERNANDES, 1955, p. 59)

A partir de suas análises, Florestan Fernandes constata que o *status* político do negro não mudou rapidamente como se processara com a transformação do regime escravocrata para o de classes sociais. A assimilação dos negros à sociedade de classes, a proletarianização, a integração como pertencentes às classes médias na sociedade de classes em São Paulo estariam ainda na sua fase inicial na época da pesquisa realizada. O autor questiona se o processo político, a transição do escravo ao cidadão, desproporcional ao lento processo econômico de transformação do recém não-escravo em trabalhador livre ou empreendedor, prejudicou ou favoreceu o ajustamento do negro na sociedade de classes. Do ponto de vista das relações raciais, Fernandes elabora uma análise a partir do que ele considerava como três “evidências” que possibilitariam a emergência de melhores condições de “ajustamento inter-racial” em São Paulo. Essas “evidências” seriam, em primeiro lugar, a acomodação social gerada pela lenta transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, que teria gerado uma adaptação gradual das camadas sociais às novas relações de trabalho de modo a que fossem minimizados os conflitos inter-raciais e a competição no mercado de trabalho. Uma segunda evidência, no entendimento de Fernandes, foi a existência de condições para que os ex-escravos e seus descendentes se

tornassem trabalhadores assalariados e empreendedores entre 1888 e 1930. A terceira evidência apontada por Fernandes diz respeito à aceitação dos negros em posições sociais próprias de trabalhadores livres e empreendedores na ordem social republicana e pós-abolição, possibilitada pelo surgimento de novas “representações sociais” a respeito dos negros, por parte da população que se considerava branca. (FERNANDES, 1955, p. 60)

Para Florestan Fernandes, apesar de se constituir em um processo histórico e social recente, considerando-se a época da realização de sua pesquisa, estava em curso uma alteração da situação econômica do negro, estando este em perspectiva de ajustamento e de galgar níveis mais elevados na sociedade paulistana. Seriam então, três as implicações sociológicas desta situação:

1º) na seleção da mão de obra sempre prevaleceram motivos que nada tem a ver com a raça ou com a cor dos trabalhadores; 2º) a raça ou a cor não exerceram por si mesmas, aparentemente, nenhuma influência como fatores sociais construtivos na constituição ou na transformação da ordem de ajustamento inter-racial; 3º) as condições sociais de exploração econômica da mão de obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em torno da raça ou da cor, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação dos ajustamentos entre negros e brancos em São Paulo. (FERNANDES, 1955, p.67)

Analisando cada item, o autor entende que na cidade de São Paulo, raça ou cor não eram atributos importantes na escolha de trabalhadores escravos ou livres, a exemplo do que ocorrera no período da escravidão, em que a origem racial do escravo não seria considerada como importante, podendo este ser indígena, africano, negro nascido no Brasil

ou mestiço. Por outro lado, naquela estrutura econômica era importante a utilização da mão-de-obra de escravizados. Fernandes argumenta, ainda, que assim que esse modelo econômico começa a se esgotar, o trabalhador escravo começa a ser substituído pelo trabalhador livre, branco, europeu.

Em síntese, para Florestan Fernandes, “o fato é que foram econômicas as razões que impuseram as sucessivas substituições da mão de obra, quer sob o regime de trabalho escravo, quer sob o regime de trabalho livre.” (FERNANDES, 1955, p. 68). Decorre, então, desta análise, que as posições ocupadas por cada grupo racial em São Paulo, seriam derivadas do processo social, econômico, sendo que a estratificação social não seria a consequência de diferenças de raça ou de cor, mas representaria uma superposição de diferenças de posição social e situação econômica e racial como afirma o autor:

De tudo que expusemos, infere-se naturalmente que a estratificação social de São Paulo nunca representou o produto de diferenças de raça ou de cor. Ao contrário, ela sempre se calcou na posição que os componentes de cada uma das raças em contacto ocupavam nos sistemas de relações materiais, constituindo portanto um produto dos processos sociais que operam no plano econômico da vida social. Daí a tendência que se fez notar dentro dela, desde os primórdios do século XVI, de exprimir concomitantemente as diferenças de situação econômica, de posição social, de raça ou de cor. (FERNANDES, 1955, p. 68)

Em outras palavras, “a estratificação social de São Paulo corresponde ou se superpõe a uma estratificação interétnica e racial.” (FERNANDES, 1955, p. 68) Neste sentido, a fisiologia, a cor, a aparência, teriam um papel importante, na possibilidade de traduzir simbolicamente a distinção das posições ocupadas, a manutenção da profunda diferença

social e a legitimação da superioridade dos brancos em relação aos negros. “O matiz da pele servia como índice da condição social das pessoas” (FERNANDES, 1955, p.70), mas isoladamente não representava um fator determinante para a estratificação social existente. Fernandes considera que nas relações raciais decorrentes do regime de trabalho escravo prevalecia uma relação em que os brancos tratavam os negros de forma correlata à forma como os senhores tratavam os escravos. As relações de dominação e de subordinação entre senhores e escravos eram preeminentes às gradações da cor da pele. Como consequência, muitos mestiços claros eram escravos, pois mesmo podendo ser filho de homem branco livre, era considerado, pelo *partus sequitur ventrem*, escravo o filho de mãe escrava.

Decorrente da situação em que os adjetivos “negro” e “escravo” eram praticamente sinônimos, e que inclusive constava em dicionários do tempo da escravidão, um mestiço ou negro que fosse livre teria que provar. A “cor” da pele tornou-se, assim, um elemento de distinção social, a marca aparente da posição social ocupada na estratificação social, ou seja, como uma referência para se presumir a situação do indivíduo ou definir o destino de uma raça.

Outro aspecto gerado pelas relações escravocratas, refere-se à mudança nas representações sociais sobre o valor do trabalho. Na medida em que o poder e a riqueza eram associados à quantidade de escravos, e que estes trabalhavam para seus senhores, trabalhar era uma atividade para escravos, sendo que um senhor deveria se restringir a dar ordens. A escravidão também limitou a formação de um trabalhador adaptado à economia competitiva, na medida em que o escravo deveria obedecer à disciplina imposta, o que dificultou a formação de uma postura competitiva, a compreensão do dever de trabalhar, a

busca da compensação pelo esforço e da autorrealização através do trabalho. Portanto, a concepção deturpada do significado de trabalho teria efeito também na mentalidade dos negros após escravidão, os quais tentaram rejeitar funções que pudessem associá-los à condição de escravo. Porém, como na cidade de São Paulo pós-escravidão a quantidade de imigrantes europeus e seus descendentes já era grande, dificultando aos negros a ocupação de posições no mercado de trabalho que favorecesse a ascensão social e status. Restariam então as ocupações menos prestigiadas tanto no sentido social como econômico, enfim as ocupações com baixíssima remuneração.

Portanto, cor e raça tiveram papel importante na manutenção da ordem social de castas em São Paulo, preenchendo a função social de preservar a ordem estabelecida, com os dominantes brancos e os dominados negros, como afirma Fernandes:

Isso significa que, vistos em termos da função social que preenchiam o preconceito de cor e a discriminação racial se completavam, como processos de preservação da ordem social escravocrata. Se um produzia efeitos que implicavam na defesa da integridade social das “raças” dominantes, outro produzia efeitos que asseguravam a continuidade da dominação senhorial sobre as “raças” reduzidas à escravidão. De modo que a cor e as diferenças raciais acabaram, de fato (cf. acima, pags.59-62), interferindo na dinâmica da antiga sociedade de castas de São Paulo. É que ambas constituíam, dentro dela, ingredientes essenciais à integração e ao funcionamento do próprio regime servil. (FERNANDES, 1955, p. 90-91)

Depois de apresentar a argumentação acima a respeito do significado da influência da “cor” da pele nas relações raciais, um novo problema é proposto para a discussão. Florestan Fernandes se interroga sobre os efeitos que as transformações na ordem social

ocorridas em São Paulo produziram sobre as relações raciais. A resposta encontrada pelo autor a esta questão, indica que as relações raciais sofreram uma modificação que incidiu sobre a posição social de negros e mestiços em São Paulo, uma vez que a cor ou raça deixa de ser um indicativo do status do indivíduo que adquire a condição de cidadão.

Até o fim do regime de trabalho escravo, a possibilidade que existia do negro mudar de posição social por meio de alforria concedida, estava relacionada à paternidade que alguns brancos decidiam conceder aos seus filhos que geraram com mulheres negras. Também havia a possibilidade de que a alforria fosse conquistada por meio da compra, favorecida por organizações anti-escravistas, religiosas, pelo trabalho do próprio escravo quando a este era permitido vender o fruto de seu trabalho (feito em horas de não trabalho ao seu dono), ou ainda quando o próprio senhor de escravo, o alforriava. Esses elementos favoreceriam uma ascensão social dos negros, se considerarmos a mudança de status de escravos para libertos, como podia ser demonstrada, segundo Florestan Fernandes (1955, p. 94) pela quantidade relativamente alta de negros e mestiços livres em São Paulo no século XIX. Para o autor, tais possibilidades de ascensão favoreceriam os mestiços que existiam em maior número entre os trabalhadores livres, em comparação com a quantidade de negros livres.

A seguir, Fernandes vai se referir à equiparação ou não, em direitos e deveres, destes negros livres aos demais cidadãos. Para responder a esta questão o autor distingue três elementos: a) quanto às expectativas dos negros livres em relação ao tratamento que deveriam receber da sociedade como um todo; b) a significação prática do status de liberto para as relações econômicas e sociais; c) as restrições jurídicas-políticas não eram aplicadas

da mesma forma a todos os negros livres. Considerando-se estes três elementos, pode-se inferir que para Fernandes os negros livres exigiam um tratamento como os dos brancos, evitando os trabalhos degradados, ou que fossem tratados como escravos, não se submetendo, trabalhando como camaradas em lugar do trabalho regular em fazendas e necessitando sempre demonstrar que não eram escravos. Nos aspectos econômicos e sociais, os libertos negros continuavam gravitando em torno da família patriarcal, em uma relação de dependência, ou quando não eram mais agregados tornavam-se tropeiros, guias, jornaleiros, de um modo geral, realizando trabalhos incertos com diminuição de segurança econômica, porém desfrutando de maior liberdade:

Embora tivessem conquistado as compensações da liberdade, diante da lei os direitos dos negros não se equiparavam ao direito dos brancos.

Mas a lei, atendendo a preconceitos de nossa sociedade, originados já não tanto do vil e miserável anterior estado do liberto, como da ignorância, maus costumes, e degradação, de que esse estado lhe deve, em regra, ter viciado o ânimo e a moral, e bem assim ao preconceito mais geral contra a raça africana, da qual descendem os escravos que existem no Brasil, tolhe aos libertos alguns direitos em relação à vida política e pública. É assim que o liberto cidadão brasileiro só pode votar nas eleições primárias, contanto que reúna as condições legais comuns aos demais cidadãos para tal fim. Não pode, porém, ser eleitor; e conseqüentemente exercer qualquer outro cargo, quer de eleição popular, quer não, para o qual só pode ser escolhido aquele que pode ser eleitor ou que tem as qualidades para sê-lo, tais como: deputado geral ou provincial, senador, jurado, juiz de paz, sub-delegado de polícia, promotor público, conselheiro de estado, ministro, magistrado membro do corpo diplomático, bispo, e outros semelhantes. (FERNANDES, 1955, p. 96).

Por outro lado, antes da Abolição, as restrições de direitos dos libertos eram aplicadas de maneira diferente entre os negros, em especial aos mestiços mais claros, aceitos em carreiras eclesiásticas, militar, administração pública. As restrições legais aplicadas aos libertos em geral, não seriam então aplicadas aos mestiços claros que obtiveram ascensão social, e que dispunham de meios econômicos e sociais que os tornavam incorporados à camada dos senhores, participando plenamente da vida política e social, diferente da situação dos negros e mestiços libertos que não pertenciam à classe senhorial. Embora a miscigenação e a compra da liberdade tenham resultado alterações, em determinadas situações, não seria suficiente para afetar as posições mantidas dos dois grupos, negros e brancos respectivamente escravos e senhores na estrutura social. A manutenção desta disposição de oprimidos e opressores associados ao fenótipo, contribuiu para manter a relação de aparência à noção de posição social, de subalternidade e impossibilidade de auto-determinação dos negros inseridos nas condições econômicas e social estabelecidas pelo regime escravocrata.

Para Fernandes, a partir do fim da escravidão a condição de cidadão repercutiu sobre a mentalidade de negros e mestiços em São Paulo, com o surgimento de novas representações sociais sobre os papéis e posições sociais que os próprios negros concebiam para si, além de uma valorização de “...ideais de personalidade e de vida que enalteciam e valorizavam a cor, a pessoa e a cultura dos brancos” (FERNANDES, 1955, p. 98). Assim, a preocupação em receber um reconhecimento como cidadãos livres fazia com que os ex-escravos buscassem a construção de uma imagem que os tornavam diferentes dos escravos, o que fazia com que não se interessassem em exercer mais as ocupações inseridas na órbita da servidão. Para Fernandes, a insatisfação gerada pela nova autoconcepção de status por

parte dos negros libertos e das possibilidades reais, limitadas, de mudanças nas condições de trabalho e das relações com os brancos, eclodiu mais na forma de desajustamentos sociais como prostituição, delinqüência, vagabundagem, do que como agente de rebelião social organizada com o objetivo de mudar a ordem social escravocrata.

Para que alcançassem a mobilidade social ascendente, alguns trabalhadores negros procuravam aproximarem-se em muitos aspectos do padrão europeu de aparência física, cultura e, *status* social. Segundo Fernandes, muitos negros manifestavam na prática a “vontade de passar por branco” em razão da existência de uma “mística da branquidade”, que influenciava, por exemplo, “a valorização das relações sexuais ou do casamento com branco (ou com pessoas mais claras, apenas), coisa a que se referem os indivíduos de cor, atualmente, com a expressão “melhorar a raça”. (FERNANDES, 1955, p. 99)

Segundo as considerações de Florestan Fernandes, no período anterior à Abolição, os negros e mais ainda os mestiços que alcançavam uma mobilidade social e econômica, eram incorporados aos grupos sociais e racialmente dominantes principalmente através de relações de apadrinhamento e casamento, o que colocava esses indivíduos em posições sociais mais próximas aos senhores, dificultando assim a organização coletiva dos negros para reivindicarem liberdade e condições de vida dignas. A possibilidade daqueles negros que obtiveram êxito econômico e social voltarem-se contra a estrutura escravista era improvável. Em outras palavras, a incorporação de indivíduos negros através do compadrio e de relações de parentesco dificultava a formação de uma identidade forte de solidariedade e resistência entre os negros. Enfim, o negro bem sucedido econômica e socialmente tendia

a se tornar mais próximo dos valores estabelecidos pelos setores dominantes na sociedade escravagista.

Vários efeitos advinham da incorporação dos mestiços ao grupo senhorial, como, por exemplo, a manutenção da estrutura de estratificação social que dificultava a ascensão social dos negros e mulatos mais escuros às posições sociais de maior prestígio. Outro aspecto considerado por Fernandes era a manutenção dos estereótipos correntes sobre a incapacidade intelectual e moral de negros e mestiços mais escuros. (FERNANDES, 1955, p. 102)

#### **4.2 - A persistência dos preconceitos contra os negros segundo Florestan Fernandes**

A estabilidade da ordem social escravagista passa a se desagregar com a emergência de novas conformações na estrutura social geradas pela vida industrial e urbana, mudando aos poucos a composição da massa de trabalhadores e o tipo de integração do sistema de trabalho. Por outro lado, o advento da Abolição embora transforme a situação jurídica dos negros, não provoca diretamente uma mudança na estrutura das ocupações de posição de negros e brancos. Esta mudança transcorrerá de forma lenta na medida em que o novo sistema de trabalho necessite de mais mão-de-obra e não a encontre entre os brancos e imigrantes. Segundo Fernandes,

Em resumo, nas condições em que se operou estruturalmente a transição para o regime de classes, o trabalho livre não serviu como um meio de revalorização social do negro. Em vez de contribuir para a reintegração

desse elemento às situações emergentes de existência social, provocou ou o seu desajustamento ou a sua fixação em atividades sociais tão pouco consideradas quanto as que se atribuíam anteriormente aos “escravos”. (FERNANDES, 1955, p. 108)

Assim, na nova organização da estrutura social a cor não seria mais automaticamente um sinônimo de determinada posição social. Se no passado um branco não poderia ser escravo, no período pós-Abolição branco ou negro poderiam ser patrão, empregado ou operário. Portanto, a estrutura capitalista de então romperia com a antiga ordem social de relação equivalente entre estrutura social e estratificação racial. No entanto, segundo Fernandes,

A incapacidade de ajustamento econômico dos negros impediu que eles se localizassem coletivamente nas posições sociais conspícuas, o que acarretou uma situação muito parecida à que existia na ordem senhorial, nas relações entre os negros e mestiços libertos com os brancos. Daí a seleção e a perpetuação de representações sociais e de expectativas ou padrões de comportamento cuja sobrevivência parece incompatível com a nova condição civil dos indivíduos de cor e com a organização da sociedade de classes em emergência. (FERNANDES, 1955, p. 110)

Enfim, mesmo na sociedade capitalista, em São Paulo já nos anos 1950, as antigas representações e estereótipos desfavoráveis atribuídas ao negro persistiam. Nos dados colhidos pela sua pesquisa, Fernandes verifica a inalteração do preconceito com relação aos negros quando afirma que “... em depoimentos que colhemos, verificamos que principalmente nas famílias tradicionais pensava-se que “o negro não é gente” e que sua “inferioridade” com relação ao branco seria ao mesmo tempo moral, mental e social. Mas também nas camadas populares se admitia isso...” (FERNANDES, 1955, p. 110). O autor

tenta demonstrar como a cultura paulistana estava repleta de ditados e lendas sobre os negros, sempre tendendo a representá-los de maneira depreciativa e desabonadora, e considera que provavelmente essas representações não determinassem procedimentos e avaliações concretas, mas contribuíam para a manutenção de um ambiente desfavorável ao negro. Fernandes cita outro depoimento para demonstrar a consistência das representações estereotipadas sobre o negro brasileiro:

Um jovem branco nos declarou que se nega, por “hipocrisia” somente, que o negro seja inferior ao branco: outro escreveu textualmente que “a essa raça se conferiram sentimentos, dotes morais e idéias que ela nunca possuiu”, explicando eu se “alguns negros são capazes de exercer qualquer atividade profissional”, “a maioria da raça é, como mostram os fatos cotidianos, totalmente incapaz”. Os resultados de uma pesquisa recente ainda evidenciam que as rejeições de negros e mulatos por parte de universitários que estudam em São Paulo se justificam através da “pecha” de que eles são “inferiores”. (FERNANDES, 1955, p. 110)

As representações sociais construídas como preconceitos e estereótipos pelos brancos a respeito dos negros na canção popular, na literatura e mesmo nos materiais didáticos, para Florestan Fernandes concebiam os mesmos como grosseiros e ignorantes, preparados apenas para a realização de atividades profissionais subalternas ou como indivíduos incapazes que necessitavam de piedade, proteção e caridade. Tais representações sociais se combinavam com uma estrutura de posições sociais que mantinham as desigualdades entre brancos e negros no Brasil, com a manutenção de um padrão assimétrico nas relações raciais. Aqueles negros que não se enquadravam nesse padrão de etiqueta eram considerados como “atrevidos”, “insolentes”.

A partir de suas pesquisas, Florestan Fernandes também indica a preocupação dos brancos, na sociedade paulistana, em demonstrar a inexistência de mestiçagem em sua ancestralidade, ou escondendo os ancestrais negros, se existissem: “Em alguns círculos, onde a mistura com o negro ou com o mulato não se processara, ou permanecia ignorada, mantinha-se a velha norma: “Quem escapa de branco, é negro”, devendo ser tratado como tal. E nas conversações, em todos os níveis sociais, evitava-se o termo negro, como ainda hoje se pratica correntemente.” (FERNANDES, 1955, p. 113)

Dentro dos padrões de etiqueta das relações raciais, qualquer termo que se referisse à cor dos mulatos claros era evitado para não haver constrangimento. Para referir-se aos “pretos”, os termos mais aceitos eram “moreno”, ou “um brasileiro assim”. Dizer negro seria muito ofensivo e a etiqueta estabelecia palavras alusivas “Nas camadas populares, a cor retinha o significado de uma desgraça contagiante, como certas doenças cujos nomes não devem ser mencionados.” (FERNANDES, 1955, p. 113).

Nas relações sociais no começo do século XX, a integração a uma família de prestígio não garantiria mais elevação social e prestígio, pois as famílias tradicionais de então, não tinham tanto poder como as antigas famílias patriarcais que podiam, em certas circunstâncias, impor classificações e alterar posições sociais dos negros que fossem assimilados a essas famílias. Com a desintegração da família patriarcal, nos moldes do período colonial e escravocrata, e a conseqüente diminuição da sua importância política e de imposições de costume, a aproximação de famílias tradicionais a negros, seja por amizade, convivência no espaço do lar ou casamento, poderia ser considerada como sinal de decadência daquela família. “Daí a firmeza com que se mantiveram, nos momentos de

crise econômica, política e social, atitudes de rejeição que não possuíam mais, com a desagregação simultânea da ordem senhorial e da família patriarcal, nem o significado nem a função sociais anteriores.” (FERNANDES, 1955, p. 114)

A aparência, quando se referia aos negros, era um aspecto de grande influência para a aceitação ou não pelas famílias brancas. Os mais claros, com menos traços que lembrassem a ancestralidade africana, eram mais bem aceitos, em especial se sua situação financeira fosse boa e se pertencesse a uma família importante. Por outro lado, quanto mais escuro, mais intensas eram as restrições e as medidas discriminatórias, existentes em todas as camadas sociais, mesmo entre os mais pobres, que apresentavam um número maior de casamentos entre brancos e negros.

Florestan Fernandes constata, assim, que a igualdade perante as leis não garantia aos negros desfrutar de todos os direitos sociais da mesma forma que os brancos desfrutavam e que esta situação estava relacionada à estrutura social, às condições culturais que permaneciam favorecendo a discriminação dos negros e garantindo as melhores posições econômicas e sociais aos brancos, embora juridicamente todos fossem considerados iguais e com os mesmos direitos.

Subsistia, portanto uma desigualdade fundamental e irredutível, que facilitava e solicitava a preservação da antiga representação da personalidade-status do negro, elaborada pelos brancos, e da autoconcepção de status e papéis, desenvolvida anteriormente pelos negros e mestiços. Em consequência, os ajustamentos que tendiam a eliminar o negro e o mestiço das oportunidades econômicas, das regalias políticas e das garantias sociais usufruídas pelos brancos (e

frequentemente também pelos mulatos claros), se processavam espontaneamente. (FERNANDES, 1955, p.115)

Na passagem abaixo, decorrente das pesquisas feitas em São Paulo, Florestan Fernandes avalia que os próprios negros se restringiam as ocupações que lhes sobravam por sentirem-se intimidados ou despreparados para concorrer com todas as ocupações existentes. Sendo que os que tentavam ultrapassar essas barreiras em muitas situações se decepcionaram por não serem aceitos plenamente:

Os resultados de nossas entrevistas com personalidades de cor, que viveram nesse período de transição, mostram que “a falta de preparo”, “a timidez” e “o medo” fizeram que os negros e os mestiços “não ambicionassem” ocupar cargos e posições encarados como apanágio da gente branca e com que desistissem de pretender participar ativamente de sua influência política ou de sua vida social. Enfim, aceitavam as circunstâncias, “ficando em seu lugar”. Os inconformistas que rompiam esse padrão dominante de ajustamento inter-racial, sofriam decepções e em geral “falhavam”, pois dificilmente veriam correspondidas as suas expectativas. É que os brancos não os “aceitavam” e entendiam que alimentavam “pretensões” descabidas. As aspirações à melhoria de situação econômica ou de posição social só eram reconhecidas por eles excepcionalmente ou quando a iniciativa partisse deles próprios. (FERNANDES, 1955, p.116)

Portanto, a possibilidade de ascensão social dos negros dependia da aceitação dos brancos, dando continuidade á antiga relação de dependência. A conquista da mobilidade social ascendente permanecia ligada ao pertencimento às redes de poder formadas, obviamente, por brancos, os quais definiriam a importância da posição que um negro poderia assumir como podemos perceber na citação a seguir:

Muitos pensavam que os negros e os mestiços seriam “incapazes” de desempenhar papéis sociais não compreendidos na representação social da personalidade-status do negro. Alguns achavam incrível que se “pagasse” o negro para fazer qualquer espécie de serviço. As exceções se faziam, entretanto, em dois sentidos: para os chamados “crias da família”, isto é, negros e mesmo mestiços ligados a pessoas brancas por liames criados na extinta ordem senhorial, os quais obtinham, por intermédio da proteção daquelas pessoas, empregos no funcionalismo (quase sempre cargos subalternos e mal remunerados) ou facilidades na concretização de suas ambições, e para os “negros de fibras”, os “negros de caráter”, aqueles que podiam ser apontados como “diabo de negro inteligente, esse!” ou como “negro de confiança”, todos eles, em geral personalidades que demonstrassem excepcional capacidade de trabalho, de dedicação aos interesses do patrão e de autorrealização. (FERNANDES, 1955, p. 116)

A identificação do negro aos valores dos brancos deveria ser muito forte e concreta para a conquista de melhores ocupações nos setores sociais e econômicos. Como consequência, os negros eram induzidos a não construírem uma identidade de solidariedade baseada na situação social permeada pela raça, sendo que a imposição das representações sociais racistas da classe dominante e branca conduzia seus padrões de comportamento, aparência física, cultural, e etc. Florestan Fernandes retoma, então, a discussão sobre a influência das relações construídas em uma sociedade escravocrata, agrícola, sobre a sociedade democrática e em expansão industrial:

De fato, como supúnhamos, as transformações ocorridas na estrutura social da sociedade paulistana, significativas do ponto de vista das relações raciais, exerceram influências modificadoras sobre as expectativas e os padrões de comportamento polarizados em torno da raça e da cor da pele. Todavia, aquelas transformações não foram

suficientemente profundas para desorganizar o sistema de relações raciais, que se elaborara como conexão social da escravidão e da dominação senhorial. Elas só produziram alterações consistentes com o significado e com a função sociais que a cor acabou possuindo na ordem social escravocrata e senhorial. Não determinaram, pelo menos em algum sentido reconhecível interpretativamente, qualquer espécie de modificação que envolvesse a eliminação da cor como símbolo de posição social e como ponto de referência exterior na emergência de expectativas de comportamento ou nas presunções de direitos e deveres recíprocos em relações sociais. Nota-se, por causa disso, enquanto se restringiu relativamente à esfera de situações em que se aplicavam contra o negro medidas discriminatórias, permaneceu inalterável o padrão básico através do qual o preconceito de cor se tem manifestado na sociedade paulistana. (FERNANDES, 1955, p. 117)

Para Florestan Fernandes, a herança das relações raciais escravocratas ainda estava presente, embora, no seu entendimento, já se manifestasse uma tendência de mudança da significação dos estereótipos e das posições concretas relacionadas ao negro. Uma transformação radical que levasse a outras representações sociais sobre os negros nesta sociedade dependeria das pressões dos fatos, da conquista coletiva de ascensão social, diferentemente de conquistas individuais já reconhecidas historicamente. Em síntese, Fernandes enfatiza em seu texto o peso do passado escravagista sobre a sociedade baseada no assalariamento, ainda em fase de consolidação, na época de sua pesquisa em São Paulo.

Ao analisar as relações de classe que estão se construindo na cidade de São Paulo, e as “tendências emergentes” historicamente, Fernandes associa as mudanças sociais para uma sociedade classista à possibilidade de emergência de novos referenciais aos

estereótipos relacionados à cor, referenciais estes enfatizando a situação de classe social em detrimento da de raça:

O que se evidencia é que se está constituindo uma nova constelação das relações raciais, na qual a integração social não sofrerá, provavelmente, uma influência tão intensa de determinações sócio-culturais ligadas com as diferenças raciais e com as gradações da cor da pele, como ocorreu no passado. E não se deve excluir a hipótese sugerida pela própria dinâmica das relações sociais em uma sociedade de classes: a desigualdade econômica e de nível de vida entre as camadas sociais poderá oferecer novos pontos de referência para a reelaboração do significado da cor e das diferenças raciais como símbolos sociais. As “tendências emergentes”, como gostaríamos de chamá-las, já apresentam algumas facetas relativamente nítidas. Assim, nota-se que a esfera mais afetada pelas transformações recentes é antes a da discriminação econômica e social, com base na cor, que a do preconceito de cor propriamente dito. (FERNANDES, 1955, p. 120)

As novas relações construídas com base em uma sociedade urbana e classista apresentam como tendências o surgimento de novas relações raciais. Os não-negros manteriam os negros como colegas ou companheiros em várias instâncias, como no trabalho, nos movimentos sociais, comércio etc., porém, mantendo também as avaliações etnocêntricas sobre os negros e a distância dos espaços de maior intimidade. A partir de uma entrevista com um motorista branco, Fernandes exemplifica a forma de aceitação dos brancos em relação aos negros, mas com limitações e restrições:

*“A gente precisa aceitá-los. Se não dizem que a gente é orgulhoso. Mas não gosto deles. O que se vai fazer? A gente precisa viver de acordo com os costumes do país. Aqui o nosso costume é esse. Eu não posso destoar*

*dos outros. Aham que a gente deve aceitar os pretos: eu aceito. Mas sei que eles não valem nada*". Semelhantes orientações são reforçadas por outros fatores. Um diz respeito ao padrão de composição das classes sociais: outro à heterogeneidade étnica de São Paulo. É sabido que os negros e os mulatos não contam senão com escassos representantes nas camadas "ricas" da população da cidade, e que os brancos descendentes das famílias tradicionais, em sua maioria distribuídos pelas classes médias e superiores, são os que mantêm com maior zelo atitudes e avaliações desfavoráveis aos negros. (FERNANDES, 1955, p. 121)

#### **4.3 - Preconceitos contra a mobilidade social dos negros segundo Roger Bastide**

Na perspectiva do professor Roger Bastide, apresentada na segunda parte da obra *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, os processos de industrialização, urbanização e a formação de uma sociedade de classes sociais bem estratificadas, numa cidade de São Paulo composta por muitos imigrantes, abrigavam também valores da antiga sociedade tradicional, como por exemplo, o preconceito de cor.

Como não havia uma pressão bem determinada nas relações entre brancos e negros, comparativamente ao tipo de relação racial vigente nos EUA, as atitudes variavam de modo individual e heterogêneo. O preconceito de cor podia aparecer disfarçadamente, inclusive como se fosse preconceito de classe social. Chamava a atenção do pesquisador o fato de existir no Brasil, tanto na legislação, quanto no jornalismo cotidiano e nas formas práticas de sociabilidade, uma verdadeira "repulsão" à discriminação ostensiva e aberta contra os negros. Daí a sua preocupação em evidenciar o que não se manifestava na aparência das relações sociais, segundo suas palavras, seria necessário pesquisar o que estava "oculto sob

a indiferença, as omissões ou as faltas. Será preciso recorrer, muitas vezes, não à análise de comportamentos, mas à da ausência de comportamentos.” (BASTIDE, 1955, p. 124)

Para Bastide, era possível desvendar certos preconceitos no aparente caos que determinava as relações entre brancos e negros. Bastide tenta entender com sua pesquisa porque as respostas que negavam a existência de preconceito de cor contra os negros escondiam, muitas vezes, a realidade das relações raciais no Brasil:

“Nós, brasileiros, dizia-nos um branco, temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostra a que ponto está arraigado no nosso meio social”. Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. Contudo, uma vez posto de lado esse tipo de resposta, que não passa de uma ideologia, a mascarar os fatos, é possível descobrir a direção em que age o preconceito. É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. (BASTIDE, 1955, p. 123-124)

Ao estudar as antigas famílias tradicionais paulistanas, o autor percebe que essas famílias, algumas empobrecidas pela abolição da escravidão, outras adaptadas aos novos modelos econômicos, mantinham uma altivez em relação às suas ascendências familiares e valores. Isso poderia significar, segundo Bastide, que a visão sobre os negros vigente na época da escravidão não havia mudado e que esperavam que as formas de interação e relacionamento fossem muito próximas às que existiam no tempo em que os negros eram escravizados pelos brancos. Com relação à possibilidade de mobilidade social ascendente para os negros, essas mesmas família que preservavam valores e práticas discriminatórios

em relação aos negros, muitas vezes os assimilavam ao seu convívio. Segundo as palavras de Roger Bastide, “... as criadas de cor eram integradas à vida da família, de certo modo como parentes pobres, e em que finalmente o branco distinguia, na massa cativa, certos elementos mais inteligentes, e ajudava-os, com sua poderosa influência, a subir na escala social, aos postos de funcionários, à carreira de advogado, jornalista, espécie de clientela de cor a gravitar em torno do patrão branco.” (BASTIDE, 1955, p. 125)

Os depoimentos apresentados no estudo de Roger Bastide deixam perceptível o inconformismo dos brancos que mantinham as concepções tradicionais sobre os negros diante da nova situação, e que não aceitavam “o novo negro”, que se veste “à americana”, ousado e empreendedor, que, numa palavra, “não sabe ficar no seu lugar” (BASTIDE, 1955, p.125). Tomando estes depoimentos em consideração, percebemos que a mobilidade ascendente para os negros era permeada pelos interesses dos brancos que reservavam para si o domínio de todas as esferas de decisão. Nos depoimentos que seguem, Bastide mostra como a relação entre brancos e negros ainda é hierarquizada e conservadora, mesmo na aparente benevolência e paternalismo das famílias tradicionais brancas para com os empregados negros, pretendendo manter os negros sempre como subordinados, obedientes, e até em uma relação infantilizada. Os negros que não se enquadravam nessas formas de sociabilidade e buscavam a mesma forma de tratamento dada, por exemplo, a um branco subordinado, em que não havia a preponderância do estereótipo dos negros associado à escravidão, eram vistos como “ousados”. Assim, a pretensão do negro de mudar de posição social era vista como uma ousadia e uma falta de noção de onde deve ser o seu lugar na sociedade. Em entrevista com uma velha família tradicional, concedida para a pesquisa, o

autor apreende um pensamento que considerava comum e representativo das formas de sociabilidade entre brancos e negros vigente na sociedade estudada:

“Os negros de hoje não conhecem mais o seu lugar. São mal educados, atrevidos, e até grosseiros. A minha antiga cozinheira, Anísia, saiu fazendo uma porção de sujeiras, dizendo que o negro é melhor que o branco, que o negro sabe criar os filhos, que o negro não é vadio... Quanto a Alvina, era uma mulata educada, parecia fina, mas tinha um certo “azedume” devido a sua cor. Quando entrou aqui, disse-me que tinha saído da casa de outra patroa porque era muito orgulhosa, não considerava os negros como gente, não queria que o filho da empregada entrasse na casa para ver a mãe... Mas os negros, quando são bem tratados, pensam que são iguais a nós, que podem fazer o que querem... Também tive uma negra com uma voz de homem... completamente impossível. Ela não trabalha mal, mas passava o tempo em namoricos e dizia sempre: o meu negro vale mais que qualquer branco!” (BASTIDE, 1955, p. 125-126)

Nos relacionamentos entre brancos e negros o preconceito dos primeiros era permeado por um sentimentalismo. O negro que acatava os protocolos e convenções mais antigas e se colocava como submisso era tratado com certa benevolência:

Os seus filhos assistem às festas de aniversário dos meninos brancos e brincam com eles. Se forem inteligentes, os patrões lhes pagam os estudos, ensinam-lhes um ofício. O branco tudo faz para não os ferir: quando as senhoras se visitam se a conversa girar em torno de negros, todas baixam a voz, fecham as portas. Em geral, aliás, evita-se o assunto. Há uma espécie de “tabu da cor” que se aprende desde a infância; desenvolve-se na criança um duplo mecanismo de comportamento,

paternalista com relação aos negros, igualitário com relação aos brancos, pelo menos aos brancos da mesma classe. (BASTIDE, 1955, p. 126)

Mas entre os negros, a aceitação do comportamento de subserviência era encarada diferentemente pelos mais velhos e pelos jovens. Conforme a análise de Bastide, enquanto os mais velhos se mostravam talvez habituados a receber um tratamento cordial aparentemente generoso, os jovens negros nem sempre aceitavam a relação de subserviência e paternalismo condescendente, preferindo fugir desta forma de tratamento, pois muitas vezes encaravam a benevolência dos brancos dominantes como uma forma destes estabelecerem a distância social e a inferiorização dos negros.

Para tentar entender as diferentes formas de preconceito existentes em relação aos negros no Brasil, Roger Bastide direciona o seu estudo para alguns grupos de imigrantes recém-chegados ou filhos de estrangeiros como sírios, portugueses, italianos, franceses, suíços, belgas, enfocando os contatos efetivos e as opiniões dos mesmos sobre os negros. Na época da pesquisa, segundo os relatos analisados, alguns brasileiros, principalmente brancos e mestiços claros, atribuíam o surgimento de idéias racistas ou seu acirramento é aos estrangeiros. Já para os negros, principalmente os de pele mais escura, o imigrante chega ao Brasil sem esse preconceito e aprende aqui, a partir da convivência com as famílias tradicionais, o racismo contra os negros. Para o autor da pesquisa o mais importante a ser colocado em análise era o fato de que a discriminação dos negros aparecia em todos os grupos, embora com variações de intensidade variada, ora mais ora menos oculta, segundo o grupo, indivíduo ou classe social.

Segundo as análises de Bastide, o estudo dos preconceitos raciais entre imigrantes recentes indicava a existência de mais um fator que dificultava a ascensão social dos negros. Na medida em que os grupos de origem estrangeira que atuavam como empreiteiros, industriais etc. reservavam os melhores postos de trabalho para seus conterrâneos ou para seus descendentes, os outros trabalhadores ficavam limitados aos cargos que não eram interessantes do ponto de vista econômico e de prestígio social. Se considerarmos que os negros são discriminados no mercado de trabalho também pelos brasileiros, o favorecimento baseado no sentimento de origem comum dos imigrantes seria então mais um elemento desfavorável à ascensão social dos negros. Essas considerações não devem ser dissociadas do pensamento de Bastide sobre as vastas possibilidades de situações que as relações raciais geravam no Brasil, uma vez que para ele, também existiam as situações de exceção em que os empregadores estrangeiros possibilitavam a mobilidade profissional ascendente dos negros.

#### **4.4 - Preconceitos em relação à cor ou em relação à classe social?**

Para Bastide, era importante, ainda, entender as opiniões dos brancos paulistas sobre os negros, pois a existência do preconceito de cor em São Paulo, poderia estar relacionada a um preconceito em relação à classe social. Em outras palavras, não havia dúvida sobre a existência do preconceito de cor. A dúvida do pesquisador dizia respeito à hipótese de que uma mudança na situação econômica dos negros para as posições sociais mais prestigiosas e melhor remuneradas na hierarquia social levaria ao desaparecimento do preconceitos que eram alvo. Para investigar o problema, o caminho adotado foi tomar em consideração as

diferentes ocupações existentes nos vários níveis da pirâmide do mercado de trabalho e analisar como se davam as relações entre brancos e negros primeiramente em classes sociais distintas, e depois dentro de cada classe social.

O autor, ao considerar que a segregação racial não existia no Brasil como lei, o que tornava possível a convivência de brancos e negros nos espaços públicos, entende que “o estereótipo de cor é no fundo um preconceito de classe” (BASTIDE, 1955, p. 133), na medida em que os negros em muitas situações se encontravam em trajes inadequados para o lugar e a ocasião, manifestando a aparência de pertencimento a uma baixa condição social:

[...] quando um negro sobe no ônibus, o branco senta-se raramente ao seu lado; prefere ficar de pé durante todo o trajeto; quando se entra num cinema super-lotado depois de iniciada a projeção, e se acaba por encontrar um lugar vazio, percebe-se muitas vezes, uma vez acesas as luzes, que o vizinho é um preto. Mas tais fatos não demonstram necessariamente um preconceito de cor, pois o negro é muitas vezes, pobre, mal vestido ou sujo, e a gente também não se senta perto de um branco esfarrapado. Os hotéis elegantes, os cassinos, recusam também a entrada em seus estabelecimentos a negros, mas é que o negro é considerado “a priori”, pela boa sociedade, um homem sem educação, bêbado ou vagabundo. (BASTIDE, 1955, p. 133)

São inúmeras as situações descritas na pesquisa que demonstravam a preponderância da segregação por classe social nos espaços públicos, porém, no primeiro exemplo citado, em que Roger Bastide descreve o que ele denomina como o “footing” de cidades do interior de São Paulo, podemos perceber que na divisão estabelecida para a ocupação da praça, os negros ficavam separados dos brancos pobres, ou seja, a impressão era que os negros seriam mais pobres do que os brancos pobres, ou que os negros seriam

uma ‘classe’ á parte, independentemente da situação econômica e da posição social, ou ainda os negros não tão pobres não estariam participando do ‘footing’.

No exemplo da ocupação profissional segundo a classe social, na cidade de São Paulo, havia ainda a diferença entre classe e origem social, uma vez que a separação estaria relacionada no princípio entre estudantes de Direito, filhos de famílias tradicionais que ocupavam a Rua Direita e negros que passeavam pelo Largo do Arouche, até que uma agressão dirigida a uma mulher negra grávida fez com que os negros do Arouche, amotinados tomassem a rua Direita, e com o passar do tempo, os brancos abandonaram esta rua, tomando a avenida Ipiranga como seu espaço privilegiado. Bastide comenta que quando os comerciantes solicitavam à polícia a expulsão dos negros da Rua Direita, mesmo com as lideranças negras considerando que os negros que freqüentavam aquela rua não eram muito recomendáveis. Contudo, procuravam negociar com a polícia uma solução que não incidisse na dignidade ou liberdade de movimentos daqueles negros que costumavam passear na Rua Direita.

Também existia a exclusão dos negros, por exemplo, nas ‘boites’ e auditórios de rádio e clubes sociais de lazer que os proibiam de usar a piscina. Mas para Bastide, uma pessoa pobre também era excluída precisamente por ser pobre, pois os clubes cobram enormes jóias para barrar pobres que ambicionem participar em seus quadros associativos. Seguindo esta linha de raciocínio o preconceito de classe é que orientaria as condutas excludentes e não o de raça. Em resumo, para Bastide “Não se deve confundir preconceito com seleção. A seleção faz-se aparentemente conforme a linha das cores, mas porque a cor é, em todos esses casos, sinônimo de baixa condição social” (BASTIDE, 1955, p. 134). A

cor incide como um símbolo, um critério visível que situa o indivíduo nas escalas sociais, identificando o preconceito de cor com o de classe. A existência de negros pertencentes a uma elite, advogados, professores, médicos, uma classe média, pela sua raridade, não favorece a mudança da relação simbólica entre cor e pobreza.

Para compreender se a sobreposição do preconceito de cor com a de classe pode ser generalizada, o autor passa a analisar a questão pela horizontalidade das relações sociais, questionando se o preconceito apareceria entre os pertencentes de uma mesma classe social, como era o caso da classe operária de São Paulo, que contava com uma formação heterogênea, composta por brasileiros brancos e negros, imigrantes e seus descendentes. Chamando a atenção para o fato de a classe operária ocupar uma posição simbólica e materialmente mais elevada na pirâmide social e ocupacional em relação a uma camada social mais pobre e marginalizada, esta sim, composta principalmente por indivíduos negros, Bastide conclui que mesmo quando o trabalhador negro se encontra na mesma condição que um trabalhador branco, do ponto de vista da estrutura social, as situações de discriminação ainda assim ocorrem.

Nas relações de trabalho, por exemplo, a união era estreita e já havia um esboço de consciência de classe nas reivindicações salariais, organização de greves. Porém, saindo das fábricas, os grupos de brancos e de negros aparecem separados, mesmo que possam ser vistos juntos nos bares e nas ruas, e não freqüentam as casas. O autor percebe os limites da convivência racial ao comentar que:

Ora, aqui, com todas as reservas que o clima democrático do Brasil favorece, seja por etnocentrismo, seja por timidez, o preto não freqüenta

em geral senão outros pretos, e o branco, outros brancos. O que é mais grave é que, nas fábricas, quando se criam clubes recreativos para os operários, o negro é barrado dos bailes. Como nos disse um dos nossos informantes de cor: “No trabalho, só a classe conta: mas depois do trabalho, a cor reaparece”. E aparece na vida social da classe baixa mais que na vida profissional, justamente porque o que caracteriza por definição a vida social é a importância que assume a aparência, e a cor faz parte das aparências. (BASTIDE, 1955, p.137)

Outro aspecto importante das relações raciais no ambiente de trabalho, mas que pode ser ampliado para as relações entre negros e brancos de uma maneira geral na sociedade brasileira, diz respeito à percepção de Bastide sobre o preconceito no ambiente de trabalho e como a percepção negativa sobre os negros não era exposta para estes, mas assumida e exposta pelos brancos apenas na convivência entre si. No espaço de trabalho o preconceito aparece então, em três formas diferentes:

1º) nas brincadeiras de mau gosto que trocam os camaradas e em que todas as representações coletivas do folclore se manifestam: 2º) no esforço dos brancos para que as relações não se tornem demasiado estreitas, para que permaneçam no terreno do serviço, não tome um caráter demasiado afetivo: 3º) nas palestras dos brancos entre si, as que se fazem por trás do negro, quando ele não pode ouvir: “Bem se vê que é um negro”. Quantos comentários tivemos ocasião de ouvir nas corridas de taxi, toda vez que um motorista branco se viu obrigado a parar devido a um carro ou caminhão dirigido por um preto: “Logo vi que era um negro!” – “Raça danada. Negro não é gente. Deus é branco. A Virgem é branca. Raça que não vale nada”. **Assim a cor não se confunde completamente com a classe, dentro da própria classe desempenha um papel discriminador.** (BASTIDE; 1955, p. 137-138)

Para os negros de classe média, nas atividades sociais e profissionais também ocorrem situações de discriminação, embora mais veladamente. Tanto a burguesia com ascendência estrangeira quanto as famílias tradicionais paulistanas não aceitavam o negro com igualdade, mesmo quando este pertença à classe média. Neste caso, se ele ascendeu socialmente por favorecimento de uma família branca esta espera dele um tipo de reconhecimento que extingua a necessidade de demonstração de reciprocidade.

Embora a compreensão de limites que determinassem a diferença entre negro e mulato não tenha sido alcançada pelos questionários aplicados na pesquisa de Bastide e Fernandes, para o primeiro, de um modo geral, o mulato era mais aceito que o preto mais escuro, denominado muitas vezes como “negro retinto”. De um modo geral, o autor considera que havia uma possibilidade maior de ocupar posição de maiores prestígio e remuneração na proporção em que a cor da pele era considerada mais clara. “De um modo geral, é inegável que o mulato é mais aceito que o preto retinto, e as biografias que colhemos provam que os obstáculos diminuem à medida que a cor da pele clareia. Aqui também a cor age duplamente, aproximando o mulato do branco pela cor, e, como símbolo social, permitindo-lhe ocupar, em geral, uma posição superior à do negro.” (BASTIDE, 1955, p. 140)

Na cidade de São Paulo, mais industrializada, e com maior facilidade de acesso a instrução do que as cidades menores do interior do Estado e País observavam-se maiores possibilidades de ascensão de negros não apenas individualmente, mas como grupo social. Um aspecto relacionado ao grau de urbanização e tamanho da cidade, era a diminuição da antiga dominação direta de famílias tradicionais sobre os negros, possibilitando a ascensão

social não vigiada de perto e nem limitada pelos interesses imediatos dos brancos com maior poder econômico e político. Por outro lado, Bastide considera que essa certa independência dos negros em ascensão em uma cidade metropolitana, diferentemente de épocas anteriores quando a interferência do branco era fundamental para que negros conseguissem ocupar posições melhores, também provocava uma sensação de insegurança entre os brancos, gerando muitas vezes um tipo de “solidariedade racial” entre aqueles que se preocupavam com a possibilidade de perda de privilégios para a ocupação das melhores posições sociais no mercado de trabalho. É importante enfatizar esta passagem do estudo elaborado por Roger Bastide, pois, segundo o seu entendimento, a possibilidade de ascensão social de uma parcela maior e mais independente de negros levaria ao surgimento de uma reação contrária:

A partir desse momento, o branco começou a sentir-se ameaçado nos seus postos de direção e mando. Vai reagir, e **essa reação, destinada a manter o negro no fundo da escala social**, vai intensificar o preconceito de cor, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala, desde a escola, que revela as capacidades, até as promoções aos graus superiores. Uma espécie de solidariedade racial vai estabelecer-se entre as diversas etnias brancas numa mesma política de auto-defesa, englobando o brasileiro de 400 anos, o descendente de imigrante e o capitalista estrangeiro. (BASTIDE, 1955, p. 141)

As formas práticas de manifestação do preconceito como forma de discriminação é muito bem captada e discutida por Bastide, que não se deixa enganar pela pretensa tradição de tratamento afetivo e cordial dos brancos, com as formas eufemizadas e dissimuladas de se referir ao assunto tabu da cor ou raça dos negros, como demonstram as alegações no

momento de descartar a possibilidade de contratação de um trabalhador negro com as alegações “polidas” da “falta de lugar”, de que “o lugar acaba de ser preenchido”, de que “no momento não há nenhuma possibilidade”, e

[...] “queiram deixar-nos o seu endereço, assim que aparecer alguma coisa, escreveremos”. Mas ninguém se ilude, e mal o negro se afasta, o lugar “já preenchido” é dado ao primeiro branco, ainda que menos capaz. Até no inquérito que fizemos entre os industriais e comerciais, os brancos mascaram a sua recusa por traz de estereótipos antigos, “imoralidade”, perigo do ponto de vista sexual para as operárias menores”, “falta de tenacidade do negro no trabalho”, “o negro não se preocupa com o acabamento nem com o trabalho limpo”, etc. Mas é suficiente levar a conversa um pouco além para ouvir o motivo profundo: “Não gosto dessa raça”. “O regime capitalista desenvolveu o espírito de concorrência no mercado do trabalho, o branco defende o seu irmão de cor”. (BASTIDE, 1955, p. 142)

A análise de Bastide se direciona, assim, para o entendimento das relações raciais construídas em uma sociedade capitalista, com o aparente paradoxo da livre concorrência de mercado estimular uma forma de sociabilidade gregária baseada na solidariedade entre os brancos, preocupados em manterem-se como dominantes, e utilizando o preconceito de cor como uma estratégia de dominação e um instrumento de luta econômica contra os negros, para a barragem da ascensão social dos últimos.

#### **4.5 – Preconceitos contra os negros na escola e no trabalho**

Analisando a situação escolar na cidade de São Paulo, a partir dos dados da pesquisa que indicavam uma incipiente escolarização da população negra, Bastide constata que embora poucos negros tivessem se profissionalizado em escolas técnicas, já havia uma percepção da importância da educação escolar como meio de ascensão social para os negros. A consciência da necessidade de escolarização estimulava os negros a procurarem as escolas, porém, mesmo não se apresentando de forma não ostensiva e direta, o preconceito racial aparecia como um elemento que limitava o ingresso e a permanência dos negros nas escolas. Os dados coletados através do questionário aplicado na cidade de São Paulo indicavam que muitas vezes os familiares ou responsáveis pelas crianças negras não conseguiam realizar a matrícula das mesmas na escola, sob a alegação dos funcionários de que não havia mais vagas. Porém, o que era observado posteriormente é que não só existiam vagas, como as mesmas eram ocupadas por crianças brancas. Esta situação fazia com que muitos negros se desinteressassem de realizar a matrícula dos seus filhos na escola.

Entretanto, mesmo apresentando a argumentação acima, Roger Bastide acreditava que a dificuldade de escolarização dos negros era um problema mais de classe do que de raça, pois as relações dos professores com os alunos negros eram influenciadas pelo desinteresse dos pais pela educação escolar, uma vez que a participação dos negros nas escolas é recente. Analisando o discurso de uma mãe sobre a escola do seu filho, Bastide expõe a sua interpretação comentando que “... os professores brancos, pela falta mais insignificante, punem severamente o negro. Se há uma desordem qualquer na classe, é

sempre ele o responsável. O resultado é que a criança entra todos os dias chorando em casa e a mãe acaba por tirá-la da escola”. Mas o pesquisador percebia um exagero na interpretação desta situação, argumentando que “não se deve exagerar. A má vontade dos educadores, quando existe, apóia-se na indiferença dos pais. A descoberta do valor da educação, é, no negro, relativamente recente. As barreiras na escola são mais de classe que de raça. Vão aumentando ao passar do ensino primário para o ensino secundário e o superior.” (BASTIDE, 1955, p. 143)

Se considerarmos a importância da escolarização para a mobilidade social numa sociedade capitalista com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo como era o da cidade de São Paulo na época da pesquisa, o preconceito contra os negros que aparecia já nos primeiros anos de escola seria uma forma muito eficaz e intensa de limitar a ascensão de negros. E para Bastide, o preconceito de que era alvo na escola representava a primeira barreira informal enfrentada pelos negros para a sua inserção no mercado de trabalho.

Pelos depoimentos coletados e discutidos na pesquisa, constata-se que a convivência entre as crianças se torna mais eletiva no que se refere à diferença entre brancos e negros, na medida em que elas crescem, pois a partir daí as situações práticas de convivência diminuem, e as crianças negras passam a ser isoladas das brancas. No depoimento de uma mãe percebe-se esta situação:

“Até os dez anos os nossos filhos vivem todos juntos, os brancos com os pretos, mas depois vemos a nossa filhinha quieta e preocupada, sem companhia. Não está preparada para a traição das suas melhores amigas. Interrogada, ela se recusa a responder. À medida que crescem, as relações

da infância se desfazem; iam juntas à escola, convidavam-se mutuamente em suas casas; agora as crianças brancas procuram as brancas, preferem o filho do mau vizinho aos seus antigos amigos de cor”. Quando um pretinho se aproxima do grupo das crianças brancas que brincam, as mães gritam: Volte depressa senão o negro pega você!” (BASTIDE, 1955, p. 143)

No ambiente escolar essa tendência se reflete e dificulta a permanência da criança negra na escola. Na sequência do depoimento da mãe sobre sua filha, Bastide conclui que:

São essas disputas, e em certos casos somente as injustiças dos educadores, essas brigas nas quais os meninos brancos fazem sentir ao preto a diferença da pele, que explicam o horror da criança de cor pela escola e levam os pais a afastar os filhos. É a primeira barreira informal. É preciso energia para transpô-la. Sobretudo da parte dos pais de cor, uma vontade firme e terna: “Para educar uma criança, é necessária toda uma ciência, notava um deles: mas para educar uma criança de cor, uma ciência e meia... Vejo o meu filho chegar da escola sempre cheio de raiva. Tenho de acalmá-lo, dizer-lhe que aceite” (BASTIDE, 1955, p. 143-144)

Embora Bastide reconheça que a conquista de um diploma não implicava diretamente na ascensão social para um trabalhador negro, pois graças às sobrevivências culturais e sociais de uma estrutura patriarcal e paternalista que vigorou no país durante séculos, havia a necessidade da interferência e proteção de um padrinho branco e influente para que um negro obtivesse um bom posto de trabalho, o título universitário atribuía certos benefícios ao seu portador, gerando um interesse dos pais de incentivarem os filhos a transporem as barreiras apontadas acima e concluírem os estudos. Para Bastide, “trata-se de criar, na alma dos brancos, uma nova visão do preto, a do preto instruído e educado” (BASTIDE, 1955, p. 144).

A expansão industrial de São Paulo contribuiu para que ocorresse uma melhor inserção dos negros no mercado de trabalho, mas ainda persistia a tendência de que as ocupações mais pesadas, menos prestigiosas e com remuneração menor estivessem a cargo de trabalhadores negros. Para Bastide, era importante que fosse investigado se a continuidade da barragem dos negros no mercado de trabalho em São Paulo era decorrente do despreparo dos mesmos para as atividades que exigiam maior qualificação, ou simplesmente “fruto da vontade do branco” (BASTIDE, 1955, p. 144). O autor considera que havia tanto uma falta de treinamento, quanto persistia ainda o preconceito para com os negros. Por outro lado, a pretensa justificativa da falta de capacidade dos negros para a realização dos trabalhos mais complexos e especializados nos remete a indagarmos o porquê de não haver treinamento para adequá-los às demandas do mercado, já que isso era feito muitas vezes com os brancos que não estavam aptos para certas atividades. Segundo Bastide, havia uma enorme lista de empresas que não aceitavam negros em qualquer setor com base em estereótipos como uma presumida falta de honestidade, de organização e de limpeza dos trabalhadores negros. Ao mesmo tempo em que o trabalhador negro era barrado para algumas atividades, poderia ser contratado para exercer os serviços pesados recusados pelos trabalhadores brancos.

Algumas técnicas dissimulavam a eliminação de trabalhadores negros com base em estereótipos utilizados como critérios de seleção de trabalhadores nos processos de recrutamento realizados por algumas empresas pesquisadas. Como geralmente os negros não conheciam as técnicas de psicologia adotadas nos testes e entrevistas era fácil que fossem excluídos. Nas fichas de inscrição para um emprego era obrigatória a apresentação de uma foto do candidato. Mas também poderia ser colocada uma marca dissimulada

indicando se tratar de um negro. O fato de o candidato ser negro não levava necessariamente à sua eliminação, mas orientava o setor de contratação para encaminhá-lo para uma empresa ou para ocupações habituais a aceitá-los. Nos concursos, quando não havia a obrigatoriedade de apresentar uma foto, dificultando a eliminação do candidato negro antes do início do processo seletivo, sem que o mesmo tivesse chance de demonstrar suas habilidades, o exame médico passava a ser um recurso para excluí-los com base na alegação de não estarem aptos sob o ponto de vista médico.

Por vezes certas casas põem anúncios nos jornais e pedem referências. Fica fácil, assim, convocar apenas as pessoas cujas referências parecem recomendáveis: é então que o estigma da cor aparece na sua forma mais brutal, pois, quando o empregador percebe que está tratando com um preto, é obrigado a inventar uma desculpa para repelir aquele que convocou: o empregado que ia partir resolveu ficar; ou então; acaba de dar o emprego ao outro [...] (BASTIDE, 1955, p. 145)

O preconceito em relação à aparência no mercado de trabalho era ainda mais perceptível nos serviços de atendimento direto ao público em que raros eram os negros empregados. Para o homem negro o preconceito aparecia quando concorria a determinadas posições e era barrado, independentemente de sua capacidade ou de ser diplomado, o que confirmava a tendência de que os negros fossem mantidos nos empregos e posições mais desvalorizadas possíveis. Mais rara ainda era a presença de mulheres negras, consideradas destoantes do padrão de beleza da mulher branca. Como afirma Bastide,

A preta é particularmente vítima desse estado de coisas. As pessoas de cor são relegadas para longe da vista do público, nas oficinas internas; não são aceitas nos escritórios a que o público tem acesso, como

secretárias ou datilógrafas...O chefe do pessoal de uma loja, freqüentada sobretudo pela classe média, não pode disfarçar a sua pena; “Sinto muito ser obrigado a recusar moças diplomadas e inteligentes”. (BASTIDE, 1955, p. 145)

Por outro lado, diferentemente dos EUA onde o casamento “inter-racial” era reprovado ou proibido em alguns estados, a imensa miscigenação que ocorria no Brasil tendia a abolir a questão racial, na medida em que as raças seriam extintas pelo processo de miscigenação, para que fosse formada uma “raça morena”. Nas palavras do próprio Roger Bastide, “a mistura incessante dos sangues faz desaparecer progressivamente as oposições de cor, fundindo-os numa “raça morena”, e tende assim a abolir o problema racial da melhor maneira possível, suprimindo simplesmente as raças.” (BASTIDE, 1955, p. 150)

Na discussão apresentado sobre o processo de miscigenação da população brasileira, Bastide atribui uma grande importância à discussão sobre o casamento misto entre cônjuges de raças diferentes, pois nas suas pesquisas sobre o tema era perceptível que nessa modalidade de arranjo familiar se manifestava a persistência do preconceito de cor entre os paulistas, com o homem negro se sentindo valorizado socialmente por se casar com uma mulher branca, ou por esta almejar segurança econômica ao se casar com um homem negro de melhor condição social. Nos casamentos entre brancos e negros, por exemplo, quando ocorria a união legal, o preconceito tendia a desaparecer, porém poderia ser despertado se o casal entrasse em desacordo ou quando o casamento se revelasse como uma estratégia para a melhoria das condições de vida dos cônjuges. O casamento misto como estratégia de mobilidade social ocorria com maior freqüência com o homem negro se casando com uma mulher branca de posição social e de rendimentos monetários inferiores ao do homem

negro pretendente. Segundo a pesquisa, havia uma procura de alguns homens negros por mulheres brancas para casamento, assim como inversamente os brancos procuram as negras apenas para uniões efêmeras, a união legal entre um branco e uma negra é rara. Na prática, o processo de mestiçagem seguia a lógica de um “ideal de branqueamento” da população brasileira, cultivado inclusive por muitos negros, segundo Bastide, que chega à conclusão de que como uma “conseqüência lógica de toda a política nacional, a do embranquecimento progressivo da população e também da ascensão do grupo preto na escala social, o mulato sendo sempre preferido ao preto na obtenção dos empregos.” (BASTIDE, 1955, p.158)

## Capítulo 5

### Thales de Azevedo e a ascensão social das elites de cor

Apresentamos neste capítulo uma discussão sobre a obra do Dr. Thales de Azevedo “As elites de cor - Um estudo de ascensão social”, publicada no ano de 1955 pela Companhia Editora Nacional. A obra é decorrente do relatório de uma pesquisa realizada dentro do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia, em parceria com a Columbia University (EUA), contando, ainda, com o patrocínio da UNESCO, que dois anos antes, em 1953, publica o livro em francês, com o título *Les Elites de Couleur dans une Ville Brésilienne*.

É necessário recordarmos que desde 1950 a pesquisa acima referida estava em andamento sob a coordenação de Thales de Azevedo, Charles Wagley e Costa Pinto, a partir do emprego de uma metodologia de estudos de comunidade, com o objetivo de “conhecer em profundidade o estado a fim de poder melhor planejar as ações de educação e saúde pública da sua gestão”. Quando Alfred Métraux, como representante da UNESCO, propõe uma pesquisa de relações raciais na Bahia, a investigação que vinha sendo desenvolvida no Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia em convênio com a Columbia University, é incorporada ao Projeto de Pesquisa de relações raciais da UNESCO no Brasil.

O relatório que deu origem ao livro “As elites de cor – um estudo de ascensão social” foi elaborado pelo professor Thales de Azevedo, que desde 1943 ocupava a cadeira

da disciplina de Antropologia e Etnografia da Faculdade de Filosofia da Bahia, apresentava em sua ênfase o estudo sobre a dinâmica e os canais utilizados pelos negros na Bahia na busca de mobilidade social vertical. Para a realização da pesquisa foram empregados variados procedimentos de coleta de dados como inquéritos a respeito da participação de negros nas profissões e grupos sociais mais conceituados, a análise dos procedimentos para a mobilidade social ascendente, bem como a análise das opiniões e reações tanto de negros quanto de brancos com relação à obtenção de status e prestígio alcançado por alguns negros.

A fase de campo da pesquisa foi realizada entre fevereiro e outubro de 1951, sob a responsabilidade do Dr. Thales de Azevedo e contou com a participação de vários assistentes, dentre os quais a então aluna da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia que depois se tornaria a antropóloga Josildeth Gomes Consorte, atualmente professor titular da Pontifícia Universitária Católica de São Paulo. O trabalho de observação dos investigadores de campo recaiu sobre os vários aspectos da vida social na Bahia, envolvendo a atenção à presença dos contingentes populacionais negros nos diferentes grupos sociais e profissionais em comparação com a presença dos segmentos brancos, “... cerimônias religiosas, desfiles militares e cívicos, reuniões escolares, sessões de academias e associações científicas, bailes em clubes sociais e recreativos, festas de família, partidas esportivas; por meio de visitas e repartições burocráticas, a lojas e escritórios comerciais, a escolas, a clubes e outros locais de trabalho e recreação: pelo exame de retratos de pessoas registradas no Gabinete de identificação da Polícia civil estadual, de estudantes graduados em diversos anos, pelas Faculdades de que se compõem a Universidade da Bahia e pelas escolas secundárias, de membros de irmandades religiosas, de sócios e de famílias de

sócios de clubes recreativos e sociais, de profissionais inscritos nas organizações oficiais que controlam o exercício das profissões liberais....” (AZEVEDO, 1955, p. 14)

No prefácio de “As elites de Cor...”, Charles Wagley enfatiza a importância do estudo realizado ao perceber que os estudos anteriores sobre a Bahia, com as exceções do livro de Donald Pierson “Branços e Pretos na Bahia” e de alguns artigos de Franklin Frazier, enfatizavam especialmente a influência e persistência de padrões culturais africanos sob a população baiana. Já a pesquisa coordenada por Thales de Azevedo analisa as relações entre brancos e negros na cidade de São Salvador, levando em consideração a harmonia ou ausência de sérios desentendimentos que caracterizavam as formas de sociabilidade de uma população multirracial, diferentemente do que ocorria em outras partes do mundo. Para Wagley, era nessa cidade que o ideal de democracia brasileira melhor se realizava, se constituindo, portanto, com um lugar ideal para o campo da pesquisa realizada sob o patrocínio da UNESCO.

### **5.1 – A origem histórica da convivência harmônica entre os grupos raciais da Bahia**

Após o prefácio, introdução e *addendum* ao livro *As elites de cor*, o capítulo intitulado “Os tipos étnicos bahianos” apresenta uma tentativa de identificação das várias denominações decorrentes das características físicas e sociais, a que são submetidos os habitantes da Bahia. O autor cita, logo no início, a descrição da cidade de Salvador, feita por Stefan Zweig (in *Brasil, um país do futuro*, trad. O. Gallotti, Rio de Janeiro, 1941, p. 275): “com essa cidade teve início o Brasil e, com direito podemos dizê-lo, a América do

Sul. Nessa cidade levantou-se o primeiro pilar da grande ponte lançada sobre o Atlântico, nela originou-se de matéria européia, africana e americana a mistura nova que ainda fermenta eficazmente” (Apud AZEVEDO, 1955, p. 23). Esta citação pode ser enfatizada neste estudo por incidir sobre a imagem que era construída por muitos estrangeiros em viagem pelo Brasil, sobre a formação da população brasileira, e nos parece coerente com o pensamento de Azevedo a respeito da cidade de Salvador, bem como com o prefácio elaborado por Charles Wagley, como vimos acima. Thales de Azevedo compartilhava desse imaginário que concebia a harmonia na convivência entre grupos raciais distintos como uma característica de Salvador.

Para fundamentar a idéia de que a convivência inter-racial era pacífica em Salvador, uma vez que a convivência harmônica era o resultado do encontro de grupos humanos concebidos como diferenciados racialmente, o autor passa a identificar os significados dos termos e expressões mais utilizados para designar os tipos físicos que se inter-relacionavam na Bahia como branco, preto, mulato, pardo, moreno e caboclo, deixando evidente que essas denominações, embora fossem relacionadas aos traços aparentes da cor da pele, tipo de cabelo, formas faciais, eram condicionadas socialmente e de difícil identificação racial:

As dificuldades do identificador e as diversidades de opinião entre baianos a respeito dos tipos étnicos locais podem ser facilmente documentadas. Por causa da falta de uniformidade de critérios para distinguir entre pretos e mulatos, uma antropologista do Rio de Janeiro ao realizar uma pesquisa sobre caracteres antropofísicos das crianças de cor baianas, classificou estas unicamente em crianças “mais escuras” e “menos escuras”. (AZEVEDO, 1955, p. 34)

Os brancos, em geral eram aqueles identificados como de aparência “caucasóide”, pele, cabelos e olhos claros, denominados como “brancos finos” por não apresentarem traços de mistura em seu fenótipo. Por outro lado, a expressão “meu branco” poderia ser aplicada a um rico ou pessoa de status muito elevado que não apresentasse todos os requisitos físicos de um “branco fino”, podendo ser mestiço, inclusive mais escuro. Para tentar explicitar melhor estas formas ambíguas de classificação existentes na Bahia, Thales de Azevedo recorre a um raciocínio atribuído a Guerreiro Ramos, segundo o qual “... o negro brasileiro pode branquear-se, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes. O “peneiramento” social brasileiro é realizado mais em termos de cultura e de “status” econômico do que em termos de raça”. (AZEVEDO, 1955, p. 26) Portanto, denominar o mestiço claro de posição elevada ou de posse de muita fortuna como “branco da terra” poderia ser uma expressão de delicadeza para que fosse evitado o termo “mulato”.

De acordo com as informações coletadas na pesquisa que resultou no livro *As elites de cor*, eram denominados como pretos geralmente aqueles indivíduos que apresentavam cabelo “carapinha”, lábios espessos, nariz achatado e, particularmente, a pele bem escura. A “etiqueta” utilizada para denominar os negros de classe superior evitava o uso do termo “negro”, que poderia ser substituído pelos termos “escuro” ou “moreno”. Para uma forma de tratamento interpessoal considerada educada e gentil, se referir a um indivíduo como “aquele negro” ou “aquela negrinha” eram maneiras ofensivas. Quando os “pretos e mulatos” (termos utilizados pelo autor), se encontravam à vontade em situações de convivência informal e amigável, e se exprimiam de forma alegre e falante nos espaços públicos, chamando a atenção daqueles que consideram tal comportamento como

inadequado, poderiam ser denominados como “negros”, com a atribuição de um significado negativo para esta designação: “E não é raro ouvir brancos e morenos reclamarem, a meia voz, contra os maus modos, as gargalhadas ou o falatório “destes negros” quando pretos e mulatos dão expansão ruidosa à sua alegria no interior dos veículos públicos, dos cinemas ou nas ruas.” (AZEVEDO, 1955, p. 28)

Contudo, tratar um indivíduo de forma amistosa chamando-o de “meu negro” poderia expressar docilidade e carinho na interação social. Já o termo “crioulo” era destinado aos filhos de africanos nascidos no Brasil, e em sua forma feminina referia-se às “baianas” com suas vestimentas típicas, e ligadas ao candomblé. Os termos “pardo” e “mestiço” comumente designavam a descendência da mistura do europeu com africano, quase como sinônimos de “mulato”. Derivariam destas denominações, de acordo com a intensidade da cor da pele, o tipo de cabelo, uma grande variação de termos como: “cabo-verdes”, “roxos”, “roxinha”, “cabrocha”, entre outros. Tais formas de classificação eram reservadas para aqueles indivíduos que se encontravam em condições sociais subalternas. Para uma pessoa com os mesmos traços de mestiço, mas que ocupava uma condição social mais favorecida econômica ou politicamente não era de se esperar que fosse tratado como “mulato” ou qualquer um dos qualificativos anteriores, mas sim expressões eufemísticas sobre a sua classificação racial como, por exemplo, “pessoa de cor”, “um escuro” ou “um moreno”. “Sará” era a classificação reservada para quem fosse considerado como um negro albino ou mestiço ruivo, de cabelos vermelhos ou alourados. Quanto aos indígenas e seus descendentes, quando eram mestiços com “brancos” eram chamados de “caboclos”, muito embora o termo “caboclo” também fosse utilizado de

maneira carinhosa com o mesmo sentido de “meu negro” para o tratamento de pessoas de qualquer “cor” ou raça.

Para resumir as ambiguidades semânticas das formas de classificação racial observadas nas formas de interação cotidiana em Salvador, Thales de Azevedo recorre ao escritor baiano J. Valadares, autor do livro *Beabá da Bahia*, segundo o qual “o preto claro se chama de mulato, mulato claro é moreno, sarará passou a louro. Pardo ninguém sabe o que seja. Branco fino se diz daquele cujas origens e aspecto não dão margem a que se desconfie de mestiçagem. E os que são brancos mestiços não gostam nada de mostrar retratos dos avós” (Apud AZEVEDO, 1955, p. 36).

Torna-se evidente, assim, como os termos adjetivos empregados no cotidiano para designar a cor dos indivíduos se constituíam como formas de dissimulação da classificação e do tratamento do outro simplesmente como “negro” ou “preto”, termos que deveriam ser evitados, uma vez que eram considerados como depreciativos.

Para Azevedo, todo tipo de discriminação social não era bem vista na sociedade brasileira e os baianos se orgulhavam da tradição de tolerância nas relações inter-raciais e interculturais cotidianas. No entendimento de Azevedo, havia na Bahia a concepção de que os baianos representavam uma comunidade “mais brasileira” do que as existentes em outras regiões do país “em virtude de ter em sua população um número extremamente reduzido de estrangeiros e de ser constituída pelos elementos com que originalmente se povoou o Brasil” (AZEVEDO, 1955, p. 39). Os estrangeiros representariam um pequeno contingente populacional, formando pequenos grupos distintos dos baianos tanto por traços físicos quanto culturais. A discriminação que poderia existir era considerada como moderada,

raramente se manifestando com hostilidades. Contudo, o autor considera que havia uma certa hostilidade em relação aos espanhóis vindos da Galícia, em virtude de os mesmos monopolizarem o comércio de padarias. Os grupos religiosos católicos e protestantes também conviviam sem grandes problemas. Com relação ao Candomblé a situação era diferente, uma vez que esta forma de religiosidade era vista como manifestação de atraso e uma forma de propaganda negativa da cidade de Salvador, e por isso era tratada violentamente pela polícia sendo que muitos terreiros eram proibidos de existir.

Mas as formas de intolerância e animosidade nas relações sociais eram muito mal vistas pelo baiano, que segundo Thales de Azevedo, poderia ser considerado como “o protótipo do “homem cordial” brasileiro descrito pelo conde de Gobineau como “*três poli, três accueillant, três aimable*” e que um sociólogo brasileiro diz ser um misto de brandura, tolerância e boas maneiras” (AZEVEDO, 1955, p.43). Recorrendo a uma imagem do povo baiano formulada por outro francês, o professor Roger Bastide, Azevedo considera, ainda, que é bom “que a Bahia não perca, por um progresso muito rápido, as qualidades de alma que fazem o seu encanto.” (AZEVEDO, 1955, p. 44)

E qual o fator que podemos interpretar como o mais importante no processo de construção de uma sociedade baseada no estabelecimento de relações raciais harmônicas no Brasil? Thales de Azevedo passa, então, a defender o argumento em favor da mestiçagem como um fator responsável pela prevalência da harmonia racial em nosso país:

Nenhum dos Estados brasileiros que contêm grandes números de pretos apresenta índices tão altos de mestiçagem quanto a Bahia. Isso mostra que o Estado da Bahia é provavelmente o mais importante caldeirão étnico euro-africano do Brasil. Realmente é em nossa cidade e nos seus

arredores, antigas áreas de concentração de escravos, que a miscigenação se realiza com maior intensidade. A relação entre o número de pretos e de mestiços, de acordo com o censo de 1940, é de 1 para 2.55 na Bahia, ao passo que nos Estados como Minas Gerais, que tem a mesma quantidade relativa de pretos, é somente de 1 para 1.00; noutros como Maranhão e Piauí, que tem 27 e 32 por cento de pretos, aquela razão é de 1 para 0.93 e para 0.71 respectivamente. Isso decorre do fato de que na Bahia os fatores de segregação e discriminação que influem sobre os mais escuros dos seus habitantes são muito diminutos. (AZEVEDO, 1955, p. 48-49)

Mas a harmonia racial gerada pela mestiçagem poderia ser afetada pela estrutura de classes, com os indivíduos e grupos sociais brancos ocupando os estratos superiores, e os negros ocupando os estratos inferiores da sociedade. Muito embora não houvesse leis ou costumes que proibissem ou desaprovassem as relações inter-raciais, Thales de Azevedo não desconsidera, então, a tendência à reprodução da estratificação social gerada pela permanência das diferentes classes sociais em posições sociais consonantes com a relação classe-raça, com a quase que exclusividade de elementos brancos ocupando os estratos superiores e a raramente os negros ocupando os mesmos estratos.

Contudo os possíveis conflitos advindos da competição por melhores posições na estrutura social, no entendimento de Azevedo, não inviabilizava a convivência harmônica entre negros e brancos nos espaços públicos, que chamava a atenção como um exemplo das boas relações de convivência que prevaleciam em Salvador:

Vivem na cidade cerca de 400 mil habitantes, dos quais aproximadamente 20 % são pretos, 47% mestiços, na maior parte mulatos, e 33% brancos. Vêm-se por toda a parte pessoas de todas as idades, misturadas sem atenção aos seus tipos físicos, homens e mulheres, reunidos nos pontos

mais movimentados comentando os acontecimentos do dia, apreciando o vai-e-vem das ruas e ou discutindo política e esportes, bebendo nos cafés, passeando nos arrabaldes e nas praias, fazendo compras nas lojas e nos mercados, trabalhando nas fábricas, nas construções, nas casas comerciais, e nas repartições públicas e escritórios, viajando em veículos coletivos, participando das festas religiosas e das comemorações cívicas, sem o menor constrangimento. Amigos mulatos, brancos e pretos cumprimentam-se com abraços e apertos de mão e sentam-se juntos nos teatros, nas igrejas, nos cafés ou nos bondes, com a maior naturalidade. De acordo com os costumes locais, comprovados por Pierson, os baianos aglutinam-se e distanciam-se muito mais em função de seu *status* do que de sua cor ou raça. (AZEVEDO, 1955, p. 46- 47)

Para Azevedo, as relações próximas e de boa convivência entre os grupos raciais na Bahia possuíam como origem histórica o processo de colonização do país, e deveriam ser atribuídas, particularmente, ao “tratamento de modo geral brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos e a atuação do clero católico procurando desde os primeiros dias da importação de africanos incorporá-los à fé e à civilização dos portugueses” (AZEVEDO, 1955, p. 49). Para Thales de Azevedo, o processo colonial ocorrido no Brasil diferiu das formas de colonização dos demais países das Américas, nos quais as populações nativas e escravizadas receberam o tratamento como “selvagens inassimiláveis”, e foram segregados do restante da população, ao contrário do que ocorrera no Brasil, onde “o indígena e o negro eram batizados, catequizados e aceitos na Igreja como homens”, e mesmo na condição de escravizados, os mesmos eram cristianizados pelos colonizadores europeus, “não sofrendo hostilidade nem discriminação religiosa.” (AZEVEDO, 1955, p. 49-50)

As elites coloniais formadas pelo clero católico, pelos proprietários rurais e de escravos e pelos funcionários da Coroa portuguesa, segundo Thales de Azevedo, toleravam as formas de religiosidade das populações nativas e escravizadas e “deixaram certa liberdade para alguns atos de seus cultos pagãos, não os constringendo com violência à aceitação da religião oficial.” (AZEVEDO, 1955, p. 50)

Entretanto, Thales de Azevedo reconhece que o processo histórico de assimilação dos descendentes do contingente negro escravizado estava ocorrendo lentamente no País, particularmente no que dizia respeito aos indivíduos mais “escuros”, de “fenótipo preto”, em comparação com os mestiços mais claros, classificados como “pardos” que acabaria tendo a sua descendência assimilada à população de origem “predominantemente européia”. Para exemplificar esse processo de mestiçagem que levaria a esse branqueamento dos descendentes da população de origem africana Thales de Azevedo recorda: “Já nossos avós diziam que há crioulas de “barriga limpa”. Seus filhos, sendo também filhos de homem mais claro, puxam ao pai. Talvez a Bahia seja uma cidade com muitas pretas e mestiças de barriga limpa. Todos notam que marchamos para uma população totalmente mestiça, mas com aparência de branca.” (AZEVEDO, 1955, p. 51)

Analisando os dados do censo nacional desde o ano de 1897, Thales de Azevedo considera que o crescimento contínuo, embora moderado do contingente branco na sociedade brasileira, estaria relacionado à incorporação dos mestiços branqueados à condição de branco e das melhores condições sócio econômicas em que viviam a população não-negra. Enfim, a mestiçagem ocorrida na Bahia estava promovendo a emergência de uma população tão hibridizada e classificada como branca, que o autor recorda uma

afirmação do intelectual Prado Valadares, no livro *Remirando o caos*, de 1938, para quem a mestiçagem da população baiana, era “tão profusa que, por assim dizer, é apenas histórico o autóctone branco-fino”. (AZEVEDO, 1955, p. 53)

A despeito da aparente tendência de respeito e consideração pela contribuição dos negros para a construção da sociedade baiana, Thales de Azevedo, chama a atenção para o fato de que algumas teorias “biopsicológicas” no passado concebiam os negros como inferiores e condenavam o processo de mestiçagem, argumentando que muitas daquelas concepções ainda seriam aceitas por parte da população, embora comumente fossem exteriorizadas com discrição nas conversas e raramente formuladas por escrito. Para um “um intelectual que se considere “progressista”, mesmo que assim pensasse, evitaria dizê-lo abertamente em público.” (AZEVEDO, 1955, p. 56)

## **5.2 – A condição ambígua dos indivíduos classificados como “mulatos”**

As concepções mais correntes observadas sobre a presença da chamada “gente de cor” na Bahia, segundo Azevedo, não expressavam uma preocupação constantemente mencionada, e para os baianos não representaria um sinal de inferioridade de sua sociedade, muito pelo contrário:

Os livros adotados nas escolas primárias e secundárias, os políticos em suas campanhas, os pregadores nos sermos, os jornais diários em editoriais e notícias referem-se á valiosa contribuição dos escravos africanos para a economia brasileira e exaltam os traços de personalidade como a “bondade natural”, a doçura, a resignação com que os mesmos

enriqueceram a psicologia do povo. No folclore, na propaganda turística, nas caricaturas que acompanham as críticas políticas a Bahia é geralmente representada como a “mulata bahiana”, com o traje característico das mulheres *ligadas ao candomblé*. Mesmo em publicações destinadas à divulgação o estrangeiro as autoridades não ocultam a alta quota de descendentes de africanos da população local. (AZEVEDO, 1955, p.54)

Por certo, aqueles aspectos da sociabilidade entre os baianos que o autor considera como favoráveis à convivência harmônica entre brancos e não-brancos na Bahia, dificilmente seriam considerados atualmente como destituídos de preconceito e discriminação racial, como podemos observar na citação acima em que é expressa a expectativa de que os ex-escravos africanos possuam “bondade natural”, “doçura” e “resignação”; e a presença das populações negras na Bahia, a presumida beleza da mulher negra e a religiosidade afrobrasileira sendo difundidas como “atrativos turísticos” no País e no exterior.

Azevedo ressalta, ainda, a visão singular destinada aos indivíduos mestiços que apresentavam a cor da pele menos escura, denominados pelo autor como “mulatos”. Nas concepções mentais a respeito da raça dos não-brancos, o imaginário popular atribuía ao “mulato” uma maior inteligência, melhor caráter e versatilidade em comparação com os negros de pele mais escura, cujo fenótipo poderia ser relacionado diretamente aos africanos escravizados. Mas a visão construída a respeito dos mestiços era dúbia, expressando ora como uma condição positiva ora como negativa. Ao mesmo tempo em que eram considerados portadores de inteligência e capacidade retórica aguçadas, não deixavam de existir também aquelas concepções negativas que os consideravam como vaidosos,

exagerados ao falar, preocupados em mostrar erudição, mundanos, desequilibrados psicologicamente, sem caráter.

Para Thales de Azevedo, no entanto, não passava despercebido que “as opiniões sobre o mulato, muito particularmente sobre aquele que procura elevar-se e classificar-se por meio de atividades intelectuais, fazem ênfase sobre os pontos fracos da sua personalidade e quase sempre dão uma interpretação depreciativa ao seu caráter.” (AZEVEDO, 1955, p.58) Em nota de rodapé, Azevedo comenta que o uso do adjetivo “pachola” para qualificar o “mulato”, designava um indivíduo “preguiçoso, vaidoso e exibicionista, qualidades que se atribuem muitas vezes aos mulatos letrados, a tal ponto que o qualificativo injurioso de “pachola” quase só se aplica atualmente a pessoa desse tipo físico.” (AZEVEDO, 1955, p. 59).

Para exemplificar o tratamento que era destinado aos indivíduos mestiços classificados como “mulatos”, Thales de Azevedo apresenta um comentário a respeito da opinião que atribui ao crítico literário Afrânio Coutinho sobre Machado de Assis:

Um crítico literário baiano, comentando as obras do maior romancista brasileiro, Machado de Assis, assim formulou tal concepção: “o de que o nosso mestiço ainda está carregado, por efeito dos resíduos acumulados em sua alma pelo desenvolvimento social, é de defeitos de temperamento, de psicologia e de caráter, com reflexos evidentes sobre a vida mental. Se o mulato brasileiro é intelectualmente capaz e às vezes superior, ainda não é bom, não tem estabilidade ou equilíbrio interior, fortaleza de caráter. É do ponto de vista moral e psicológico que ele denota ainda uma grande inferioridade que não pode deixar de refletir-se na harmonia

social, dada a influência que a vida brasileira dele recebe”. (AZEVEDO, 1955, p. 58)

Tendo em vista o objetivo deste trabalho de discutir as perspectivas de mobilidade social ascendente para os negros na sociedade brasileira, segundo as pesquisas do projeto UNESCO, se torna importante entendermos o tratamento que era destinado aos indivíduos mestiços, chamados de “mulatos” por muitos, uma vez que durante o período colonial brasileiro, bem como nos períodos posteriores ao período escravagista, vários autores defenderam a concepção de que os mesmos estavam expostos a uma maior possibilidade de ascensão social e econômica. Fosse pela ancestralidade branca, fosse pelo fenótipo, os mestiços teriam mais facilidade de mobilidade social em comparação com os muito escuros e sem ancestralidade próxima que os vinculassem aos brancos. Mas é importante também ressaltar que Thales de Azevedo estava atento para o fato de que os mestiços que alcançavam mobilidade social e o reconhecimento de pertencimento aos estratos mais elevados da sociedade, não estavam imunes a serem criticados não em razão do seu desempenho profissional, mas em virtude do caráter e aparência negativos que eram atribuídos à sua ancestralidade negra. “Embora muitos considerem o preto inferior quanto à inteligência, quase ninguém põe em dúvida o talento e a capacidade intelectual dos mulatos”, pondera Thales de Azevedo (1955, p. 57).

De acordo com a pesquisa de Azevedo, o imaginário corrente a respeito das características comportamentais e morais dos indivíduos classificados como negros, na Bahia, associava a cor clara com o “bom” e a cor escura com o “ruim”. A idéia que se fazia da polarização “escuro-ruim/claro-bom” implicava na visão preconceituosa de que os negros eram biologicamente inferiores, mas esta regra não era definitiva, pois para

“consertar” a afirmação preconceituosa poderia ser utilizada a idéia de que um indivíduo preto poderia ter a “alma branca”. Azevedo explica que esta frase era muito empregada na Bahia e também em outros lugares no mundo todo, sempre tendo como significado a idéia de que um indivíduo negro deveria ter as qualidades de um branco.

Para o autor, era significativo o fato de que muitos negros eram também adeptos desse pensamento. Alguns negros incorporavam o racismo contra os próprios negros. “A mãe, morena, de uma informante diz que “o negro é preto por dentro e por fora” e que ela, se tivesse de casar novamente, não o faria com um homem como o seu marido” (AZEVEDO, 1955, p. 60). Mas Azevedo também considerava que existia na Bahia a opinião que negava a teoria da inferioridade nata dos negros e para vários informantes a cor da pele era um “acidente”, como fica exemplificado no livro com um trecho de um comentário a respeito de um depoimento atribuído a Teodoro Sampaio, segundo o qual, em um “discurso em que denunciava uma decisão da Sociedade das Nações sobre o tratamento diferencial a ser dado a várias raças humanas, um prestigioso intelectual mulato escuro, falando como presidente de importante agremiação científica, dizia que “deixar o direito do homem, a própria dignidade humana, a mercê de um acidente de cor é renegar séculos de luta dos mais gloriosos da história da civilização” (AZEVEDO, 1955, p. 62). Segundo as informações coletadas, algumas famílias negras de status de classe elevado, procuravam não incentivar a consciência de serem negras em suas crianças ou se o faziam procuravam não difundir o sentimento de inferioridade ou de ressentimento, como era exemplificado pela fala de um juiz negro, liderança de uma associação de negros: “a cor é um acidente que não se repara entre nós.” (AZEVEDO, 1955, p. 62)

### **5.3 – A correlação entre raça e classe social entre os baianos**

Combinada com a classificação racial da população baiana, poderia ser constatada, ainda, a existência de uma “consciência de classe” que excedia a consciência racial, em que o pertencimento estava mais associado à posição social do indivíduo do que à sua cor. Segundo Thales de Azevedo,

Conta um funcionário público mulato que, durante a sua infância, nunca se sentiu diferente dos seus companheiros de escola e de brinquedos numa cidade do interior do Estado: somente quando a sua família tornou-se mais pobre é que reparou que era mulato. Sua própria mãe chamou a atenção para a diferença que havia entre ele e seus amigos, mas os que eram do seu tipo e tinham dinheiro continuaram a se considerar e a serem tratados como brancos. (AZEVEDO, 1955, p. 63)

A discussão seguinte apresentada por Thales de Azevedo aborda alguns exemplos de negros que não se sentiam bem com sua aparência por terem assimilado os valores impostos pelos padrões europeizados de beleza e cultura. Foi constatado por Azevedo, por exemplo, que alguns mestiços procuravam ocultar sua família negra; que algumas mulheres negras se sentiam feias e alguns brancos desprezavam as pessoas pobres e negras. Em algumas situações, os próprios negros eram acusados de se “isolarem por não quererem viver no mundo “inferior” a que pertencem por sua pigmentação” (AZEVEDO, 1955, p. 65). Em outras palavras, como um efeito decorrente do preconceito e da discriminação existentes contra os negros na Bahia, Azevedo chama a atenção para as situações em que alguns negros se demonstravam dominados por um sentimento de inferioridade:

“Basta um olhar para perturbar uma pessoa escura”, diz um estudante universitário muito preto. Antigamente quando o chamavam de “negro”, irritava-se e sentia-se humilhado... Existe, sem dúvida, “um ligeiro recalque” entre os pretos, “mas não é intenso e deve ser vencido”, esclarece um advogado mulato; esse sentimento, prossegue, pode desenvolver uma atitude de subserviência como no caso de um seu colega, da mesma cor, muito competente e trabalhador, que não se atreve a advogar independentemente, continuando como simples assistente de um profissional branco. (AZEVEDO, 1955, pg. 64, 65)

Em relação à cultura, de um ponto de vista eurocêntrico a forma de oralidade e jogo de corpo presentes em algumas culturas africanas e que eram preservadas entre os brasileiros, eram considerados como falta de compostura como podemos observar nesta passagem. Segundo Thales de Azevedo:

Um aspecto importante do problema é que os pretos e mulatos escuros do operariado urbano, à medida que adquirem consciência de seus direitos civis e políticos, se mostram menos inibidos em seu comportamento diante dos brancos e não é sem ressentimento para muitos destes que “estes negros ousados” falam alto na rua, passam à sua frente e não lhes cedem o lugar nos veículos coletivos, o que representa uma forma de agressão aos que tem as características físicas e sociais do grupo dominante. (AZEVEDO, 1955, p. 68- 69)

Era comum também que os antagonismos entre brancos e negros na Bahia se manifestassem associados à situação de classe. Poderia ocorrer, por exemplo, que os mestiços mais claros, situados em postos mais elevados, algumas vezes se mostrassem preconceituosos com os mais escuros, inclusive discriminando-os assim como o faziam os brancos. Era importante, portanto, que fosse analisada a estrutura de classes em que se

estratificava a população na Bahia. Partindo dos estudos de Donald Pierson, Azevedo procura compreender as possíveis correlações existentes entre as caracterizações raciais encontradas na Bahia e a divisão da população em classes sociais, com uma “classe superior”, segundo ele composta pelos “descendentes da velha aristocracia, os grandes proprietários e comerciantes, os intelectuais e profissionais como advogados, médicos, engenheiros, os políticos, os oficiais das forças armadas, os poetas e jornalistas, os professores da Universidade e os poucos industriais que a Bahia tem produzido”. Na base da pirâmide social ficava uma classe “baixa”, “constituída da gente mais pobre, das profissões modestas, braçais e manuais. Existe também um estrato, a que não se poderia rigorosamente denominar de classe média, mas de grupo intermédio, com os pequenos empregados, funcionários públicos e comerciantes.” (AZEVEDO, 1955, p. 70)

O autor conclui que a maior parte da população negra, assim como muitos brancos pobres, vivia nos bairros da periferia da cidade ou em aglomerados entre os bairros de classes mais elevadas. Também considera que a aceitação do que ele denomina “pessoas de cor” em hotéis e pensões está relacionado à posse de recursos econômicos e educação. A entrada é livre em restaurantes, cafés, casas de chá, *cabaret*, convivendo nos mesmos espaços, muitas vezes dividindo a mesma mesa. A ascensão social ocorria pela livre competição, de forma que os negros tinham a possibilidade de mobilidade social ascendente, inclusive de pertencerem as classes superiores. Muitas das famílias consideradas da “alta sociedade” seriam mestiças, chamadas de as “que tem casta” e seria indiscreto chamar a atenção para os traços físicos dessas pessoas. Mas para Azevedo, não existiam castas na sociedade baiana, mas classes sociais, sendo que a participação de negros nos grupos de brancos dos níveis elevados no que concerne à classe social, estava

relacionada à identificação dos negros com os padrões de comportamento próprio dos brancos de classes superiores. “Não havendo propriamente castas, mas simplesmente classes, as pessoas de cor ingressam no mundo dos brancos mesmo que tenham traços acentuados: necessitam, porém, identificar-se com os padrões de comportamento do grupo “superior””. (AZEVEDO, 1955, p. 72)

Entende-se, então, que a participação dos negros pertencentes às classes altas, a despeito dos seus méritos, estava relacionada não apenas ao poder econômico que estes pudessem ter acumulado, mas também à sua adequação à cultura das elites, modo de agir, de vestir, de falar. Afinal segundo os estereótipos raciais vigentes entre as classes superiores da Bahia, aos negros eram atribuídas atitudes hostis, maneiras espalhafatosas e pernósticas, afetação, exibicionismo. “Os brancos esperam que as pessoas de cor, especialmente as mais escuras, sejam comedidas em seus gestos, modestas e que, apesar dos seus méritos pessoais, guardem certa distância delas. E aquelas sabem muito bem de tudo isto. Um profissional mulato diz, por exemplo, que só vai aonde a sua presença é necessária.” (AZEVEDO, 1955, p. 72) Segundo um outro informante da pesquisa, “muitas vezes, diz um preto, o preto não encontra barreiras porque, sabendo do preconceito, não vai a certos lugares”. (AZEVEDO, 1955, p. 72-73)

Além dessa postura defensiva em relação a uma possível discriminação da qual poderia ser o objeto, a pesquisa detectou a incorporação dos preconceitos racistas contra o comportamento dos negros pelos próprios negros, como demonstra a afirmação coletada de que “na verdade é a atitude de certos pretos, pensa um mulato escuro, que desperta a animosidade dos brancos: há pretos que são muito espalhafatosos, ridículos”. Determinado profissional “seria

melhor aceito se não fosse tão agressivo e exibicionista. Ele faz questão de sentar-se entre os dirigentes das associações a cujas reuniões e sempre quer aparecer nas fotografias.” (AZEVEDO, 1955, p. 73)

As formas de sociabilidade características de uma etiqueta presumidamente aristocrática e europeizada eram as mais valorizadas na sociedade baiana, segundo Azevedo, etiqueta esta que determinava como deveriam ser os modos e formas de tratamento entre indivíduos de segmentos sociais hierarquicamente diferenciados como era o caso das relações entre brancos e negros. Ao discorrer diretamente sobre ascensão social dos negros, neste capítulo, Azevedo relata a opinião de informantes que afirmavam que as resistências contra a mobilidade ascendente dos negros podiam ser explicadas pela ausência de educação e de boas maneiras dos mesmos. Havia, portanto, uma opinião corrente de que os baianos chamados de “mulatos”, eram extremamente humildes e submissos, ou, paradoxalmente, pretensiosos, exagerados, exibicionistas. A adesão a certos padrões de moralidade, amabilidade, comedimento seriam também importantes para um negro alcançar patamares mais altos na sociedade baiana. Na opinião de muitos, reflete Azevedo, as relações inter-raciais seriam mais uma questão de classe do que de raça, estabelecendo a primazia da cultura e da raça. Portanto, ter poder econômico, boa educação formal, boas maneiras, possibilitariam a ascensão social. Outro fator muito importante que se somaria aos anteriores, na Bahia, era a rede de relações pessoais e familiares em vários setores da economia, administração pública e política. Azevedo explica que segundo uma informante, a importância dessas relações sociais era muito grande, talvez até mais valorizada do que o dinheiro, pois existiam negros com fortuna e inclusive formados, mas que não conseguiam alcançar posições mais elevadas. Outro aspecto ressaltado seria o complexo de

inferioridade que faria com que os negros não se aproximassem dos brancos de classe alta, dificultando então as relações com pessoas influentes, e em consequência, inibindo o alcance de patamares mais elevados na sociedade.

#### **5.4 – Canais para a mobilidade social ascendente dos negros na Bahia**

Diante da inexistência de barreiras legais para os casamentos entre negros e brancos no Brasil, o casamento poderia se constituir em um canal para a mobilidade social dos primeiros, como indicava o artigo “Um aspecto da mestiçagem na Bahia” elaborado a partir de uma investigação realizada pelo próprio Thales de Azevedo, em 1945, cujos dados são retrabalhados na pesquisa para o Projeto UNESCO. Foram coletados dados sobre 22 casamentos ocorridos nos anos anteriores à pesquisa, dos quais 34% se deram entre cônjuges da mesma cor, mas em 43% dos casamentos o homem era mais escuro do que a mulher; apenas em 22% dos casamentos a mulher era mais escura. (AZEVEDO, 1955, p. 79) Ao analisar esses dados, Azevedo se depara novamente com a dificuldade de se estabelecer parâmetros confiáveis de distinção racial através dos métodos usuais de classificação, e discorre sobre a importância de estudos genéticos, para a compreensão da genealogia familiar dos pesquisados e para que a classificação não se limite no fenótipo apresentado. Mas explica que o importante na pesquisa em andamento “são os casamentos entre pessoas de cor e pessoas “socialmente brancas”. Estes são, indubitavelmente, muito frequentes.” (AZEVEDO, 1955, p. 80). Contudo ao estudar os dados estatísticos o autor entende que quando os números são analisados sem um recorte de classe, a frequência de casamentos inter-raciais é pequena, mas ao separar as classes altas das baixas e médias, há

uma frequência muito maior. Ou seja, a miscigenação era grande nos estratos sociais de baixo acúmulo de poder econômico e de capital social, em oposição à rara miscigenação na elite de alto poder aquisitivo e de alta concentração de capital social, como podemos observar:

Em 1.269 casamentos, Pierson encontrou 3,3 por cento inter-raciais, cifra realmente baixa pra uma região em que as barreiras de cor são tão tênues. Estas cifras foram, certamente, tomadas de um conjunto de casamentos de pessoas de todas as classes. Se, porém examinarmos a situação nos estratos intermédio e inferior, como sucede com a outra amostra, aquela proporção pode atingir a 20 por cento ou mais. (AZEVEDO, 1955, p. 80)

A ascensão social dos negros através do casamento era uma possibilidade viável e frequentemente utilizada. Entretanto, quando a oposição de cores era extrema e quando havia uma profunda distância de classe social o casamento não era bem aceito. Adotada por alguns negros pesquisados, a estratégia de branqueamento no sentido de “melhorar a raça” gerando descendentes mais claros também aparece na pesquisa. Porém, uma motivação mais forte para esses tipos de casamento, era a possibilidade de obtenção de uma mobilidade ascendente, e que possibilitaria adentrar em uma rede familiar de brancos através do cônjuge. “Esses casamentos são muito desejados porque conferem prestígio ao cônjuge mais escuro. Um professor preto diz que poucos são os homens escuros que esposam mulheres claras pensando em melhorar a raça, “mas para facilitar a sua própria ascensão social”. (AZEVEDO, 1955, p. 82) Evidentemente, tais estratégias matrimoniais nem sempre eram assumidas explicitamente, uma vez que os negros e negras justificavam com outros argumentos o casamento com brancos e brancas para não parecerem racistas ou interesseiros: “Alguns dizem que tiveram uma primeira noiva escura, que faleceu ou que

desmanchou o noivado: só por isto vieram a casar com uma esposa clara. Outros não tentam nenhuma racionalização... Outra explicação apresentada por alguns informantes é que as moças escuras se recusam aos jovens da sua “qualidade”, mesmo quando estes são diplomados e bem colocados.” (AZEVEDO, 1955, p. 86)

Outro aspecto que o autor destaca nessa discussão refere-se à relação de classe, *status* e cultura. Na família baiana, a esposa era o centro dominante, os filhos seguiam mais os padrões da família materna, e o marido era considerado como um novo membro dessa família que ganha “um filho”, conferindo situação completamente diferente se o casamento é entre um homem negro e uma mulher branca ou se for entre homem branco e mulher negra, considerando-se também o pertencimento de classe de cada envolvido: “o branco que se casa com escura “desce” de classificação, porque, de acordo com um refrão muito conhecido, “quando uma moça se casa a sua família ganha um filho”. Ele passa para o mundo das pessoas de cor de que se origina a sua esposa. Ao passo que o homem escuro “sobe” ao integrar-se na família da esposa clara ou alva.” (AZEVEDO, 1955, p. 88) Enfim, na prática, o casamento inter-racial funcionava como um canal de mobilidade dos negros, apresentando um significado importante para a compreensão das relações entre negros e brancos na Bahia, por se constituir em um ponto crítico das relações raciais que evidenciava ao mesmo tempo tanto os preconceitos de raça quanto os de classe.

Para avaliar as possibilidades de mobilidade social para os negros baianos nos diferentes setores da economia local, Thales de Azevedo desenvolve o seu raciocínio partindo da constatação de que a maioria dos trabalhadores exercia atividades econômicas ligadas aos setores da agricultura e da pecuária no Estado, mas na cidade de Salvador, eram

as profissões liberais, o ensino particular, o comércio e a indústria que se destacavam. De acordo com a importância de suas atividades econômicas, os comerciantes e fazendeiros desfrutavam de prestígio e influência na sociedade baiana, controlando outras esferas da estrutura social. Daí a importância de que fosse tomada em consideração pelo autor a composição racial do conjunto dos proprietários, subdivididos pelos setores do comércio e agricultura. Segundo a terminologia do próprio autor, entre os criadores de gado havia uma preponderância de “brancos e morenos”; mas nas plantações de cacau era observada uma alta proporção de “pessoas de cor”, fenômeno que poderia ser explicado pelo fato de que os últimos teriam iniciado o empreendimento econômico com pequenas lavouras de cacau que foram ampliadas na medida em que se ampliava a demanda pelo cacau no mercado internacional. (As formas de classificação “brancos e morenos”, e “pessoas de cor”, empregadas pelo autor para referir-se aos proprietários no setor da agricultura, podem ser interpretadas da seguinte maneira: “morenos” seriam os proprietários com aparência de mestiço mais próxima do branco europeu; já as “pessoas de cor” seriam os proprietários com a cor da pele bem escura, com características aparentes de sua ascendência africana.) As plantações e usinas de cana de açúcar, outrora pertencentes às famílias portuguesas, na época da pesquisa pertenciam a grandes empresas, dominadas por brancos, raramente por mestiços.

Os vários grupos raciais poderiam ser observados, assim, segundo as atividades econômicas exercidas, o que permitia que fossem evidenciadas as formas de inserção dos negros nos diferentes setores da economia baiana, bem como suas possibilidades de ascensão social no mercado de trabalho. De acordo com os dados obtidos pela pesquisa, um grupo composto por imigrantes judeus do período após a Segunda Grande Guerra, se

destacava no setor imobiliário, e raramente em estabelecia sociedade com empreendedores brasileiros. Os negros que trabalhassem em seus estabelecimentos ocupavam posições subalternas que não possibilitaria atingir patamares mais elevados socialmente. Por outro lado, Thales de Azevedo esclarece que alguns judeus já estabelecidos na Bahia desde o século XIX nos setores de comércio e pecuária, eram de origem francesa e não escapou ao processo de mestiçagem ocorrido entre os vários grupos, verificando-se que entre os seus descendentes na época da pesquisa, encontravam-se indivíduos “mestiços claros e morenos”.

Os espanhóis enfrentavam uma tensão no relacionamento com outros segmentos populacionais em Salvador, em virtude de que era considerado um grupo fechado econômica e socialmente ao qual era atribuído o monopólio do setor de panificação. Segundo Thales de Azevedo, um dos informantes da pesquisa, relatou que antes dos espanhóis conquistarem o monopólio das padarias, havia vários proprietários negros no setor. Também no setor de comércio de tecidos, composto por pequenas lojas de propriedade de turcos, sírios, libaneses e árabes, as oportunidades de trabalho para os negros eram restritas. Com relação aos alemães, suíços e ingleses, estabelecidos nas grandes empresas de importação e exportação, havia a aceitação de trabalhadores negros e até a possibilidade destes alcançarem posições de responsabilidade, como podemos observar a seguir:

Um rico comerciante mulato escuro informa que tem trabalhado muito, em seu negócio de transportes, para grandes firmas estrangeiras; “os ingleses são ótimos nesse particular: ajudam os seus empregados de cor e os promovem a carteiras de chefia”. Vários deles lhe têm trazido

presentes da Europa e o tem convidado a ir ao seu clube, mostrando-se satisfeitos quando alguém fala a sua língua. (AZEVEDO, 1955, p. 94)

Segundo esse mesmo informante, em algumas empresas européias os empregados mais modestos receberiam inclusive homenagens e gratificações quando completavam vinte ou trinta anos de trabalho, muito embora não recebessem promoção para os cargos de maior importância na empresa, fato que o mesmo atribuía a uma possível falta de competência por parte do empregado negro. Essa presumida falta de competência profissional do trabalhador, assim foi comentada por Thales de Azevedo:

É óbvio que a estagnação de certos empregados em funções de pouca importância corre, na maioria dos casos, por conta de incompetência, sabido que na Bahia em passado ainda próximo, destinavam-se ao comércio os jovens que não queriam fazer o curso secundário ou que se mostram incapazes de o seguir. A situação está melhorando nesse particular porém o grande contingente dos pequenos empregados é composto, além daqueles, dos jovens de cor oriundos de famílias pobres e de baixo nível de instrução. Estes tem limitadíssimas possibilidades de ascensão numa carreira que depende da posse de capitais e de treino administrativo. (AZEVEDO, 1955, pg. 96)

As firmas brasileiras eram vistas como ainda menos acessíveis aos negros. Um informante, considerado como um próspero mestre de obras, atribuía aos preconceitos contra a sua cor escura, o fato de não conseguir ascender de sua modesta posição em uma importante casa comercial. Para prosperar, o mesmo trabalhador mudou de ramo, passando a atuar por conta própria no setor de construção. A rejeição aos trabalhadores negros aparecia já nos anúncios de emprego, que antecipavam para os possíveis candidatos negros que estes não seriam admitidos. Com isso, muitos nem se apresentavam aos processos de

recrutamento quando era divulgada nos anúncios a “boa aparência” como requisito para o emprego. A esse respeito, Thales de Azevedo afirma que

Ainda há poucos anos um dos maiores magasins da cidade anunciava pelos jornais que tinha vagas para vendedoras que fossem de “físico forte, cor branca, idade mínima de 18 anos”. Conta uma informante que a sua irmã, apesar de ter traços “finos”, não foi aceita em certa loja muito importante. Fez uma boa *maquillage*, ajeitou os cabelos, que são lisos e “bons”, não foi admitida: o gerente disse-lhe que preferia moças de cabelos lisos. (AZEVEDO, 1955, p. 96-97)

Segundo os informantes da pesquisa, uma explicação para essa discriminação contra os trabalhadores negros, era a tentativa das empresas de não contrariarem a preferência das freguesas, que não gostavam de ser atendidas por vendedores “escuros”. Outras empresas anunciavam que aceitavam só trabalhadoras “morenas finas” ou “brancas”. Como consequência dessa situação de discriminação, as mulheres negras geralmente conseguiam empregos no comércio por proteção, segundo Azevedo. Se for tomada em consideração a posição de comerciante, a quantidade de negros também era muito pequena, uma vez que a propriedade de um estabelecimento comercial demandava um investimento financeiro fora do alcance da maioria dos negros que se encontravam nas condições econômicas menos abastadas. As possibilidades de ascensão social para os negros no setor bancário eram dificultadas já nos processos internos de seleção, organizados de forma mais exigente para os trabalhadores negros, o que tornava extremamente difícil o acesso aos cargos mais elevados. Enfim, citando uma afirmação eufemística de um informante funcionário público, Thales de Azevedo assim resume as perspectivas profissionais dos negros no setor: “as pessoas de cor não tem muita saliência no comércio.” (AZEVEDO, 1955, p. 100)

As perspectivas de ascensão social dos negros baianos através dos canais políticos de conquista de cargos com poder e prestígio na estrutura do Estado dependiam de sua inserção nos partidos políticos, seja como cabos eleitorais, ocupando postos nas burocracias partidárias e nos cargos de direção, ou como candidatos às eleições. Embora Thales de Azevedo demonstre que os negros podiam participar livremente da política, em algumas ocasiões em que eles ascendiam na política eram alvo de críticas que utilizavam o seu fenótipo como critério de julgamento de sua capacidade política. Em resumo, ao analisar a política como canal de mobilidade social para os negros Azevedo afirma que “conquanto poucas vezes um preto ou mestiço muito escuro haja subido a posições políticas muito altas, é indiscutível que a política oferece às pessoas de cor um dos canais de classificação e de ascensão social na sociedade baiana, muito embora aquelas agressões traduzam certo antagonismo contra os escuros que ascendem politicamente.” (AZEVEDO, 1955, p. 108)

Nas carreiras burocráticas da administração do Estado, segundo Azevedo, os negros já se faziam presentes em todas as repartições públicas. Se no passado a entrada nos serviços burocráticos era realizada quase que exclusivamente através do apadrinhamento, a crescente racionalização da administração pública que estava em curso em todo o país, na época da pesquisa, promovia a realização de concursos baseados na seleção meritocrática, resultando em um maior número de oportunidades para que os negros ingressassem no serviço público. Por outro lado, a nomeação para o exercício efetivo de um cargo, mesmo para os que passavam nos concursos, poderia depender do apoio de um político ou de alguém com influência no setor administrativo. Nesses casos, aqueles que empregavam apenas a competência profissional poderia não conseguir os cargos a que teriam direito em virtude dos seus méritos e dos resultados objetivos dos concursos. Como a maior parte da

população negra não contava com o acesso às redes de poder e influência, sua nomeação ficava em situação vulnerável. Pelo mesmo motivo, os trabalhadores negros que conseguiam ingressar nas carreiras do funcionalismo público, encontravam maiores dificuldades para a nomeação aos cargos mais promissores e de maior destaque. Referindo-se particularmente à situação dos indivíduos denominados como “mestiços”, Azevedo afirma que os mesmos encontravam um maior número de oportunidades e eram convocados para cargos de responsabilidade. As mulheres negras com instrução formal também teriam espaço nos serviços burocráticos, em livre concorrência com as brancas, estando presente em todos os cargos dos serviços públicos.

Analisando a mobilidade ascendente de negros nas carreiras militares, Azevedo considera que os mesmos eram aceitos como soldados em todas as corporações militares, embora alguns dos seus informantes tenham relatado que na Aeronáutica não era fácil para um negro ingressar nem mesmo como soldado. O Exército seria, entre as organizações militares, a de maior acessibilidade, mesmo para o oficialato. Nos cursos de preparação de oficiais os estudantes negros eram admitidos como todos os outros. Contudo, o autor explica que “as escolas de oficiais não recusam a inscrição de candidatos de cor escura mas estes, dizem os informantes, quase nunca vencem as exigências físicas e intelectuais requeridas nos respectivos regulamentos. Este assunto provocou vivos debates, há poucos anos, no parlamentos nacional.” (AZEVEDO, 1955, p. 116)

Especificamente sobre a Polícia Militar do Estado da Bahia, o autor assegura que se tratava de uma organização tradicionalmente popular, constituída por uma maioria de negros, não havendo distinções raciais no processo de admissão, sendo que no antigo

sistema da carreira, os soldados negros conseguiam ser promovidos a cargos mais elevados, chegando, inclusive, a exercer o comando geral, cargo muito representativo e de importância política estratégica nas situações de crise no Estado. Contudo, se até então uma das vias de ascensão social dos jovens negros era alcançada através da posição de oficial, com a criação da escola de formação de oficiais da Polícia Militar, a situação havia se modificado, a quantidade de oficiais brancos havia aumentado, e a quantidade de negros era bem menor do que antes da existência da escola para formação de oficiais. O autor concebe duas possíveis explicações para essas mudanças: nas provas de admissão à escola de formação de oficiais os negros não demonstravam um desempenho satisfatório para que fossem aceitos; ou, ainda, a carreira de oficial militar do Estado da Bahia havia conquistado um maior prestígio, atraindo mais brancos para seus quadros. Por outro lado, nas corporações do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil havia uma maioria de oficiais negros, e embora estas organizações fossem muito admiradas pelos serviços prestados à comunidade, eram consideradas de menor prestígio.

Um outro canal de integração dos trabalhadores negros ao mercado de trabalho na Bahia era constituído pelas atividades artísticas, nas quais se destacam particularmente nas áreas da dança e da música. “Talvez por influencia da crença de que os mulatos tem uma inclinação natural para a música, os musicistas de cor são relativamente abundantes e alguns adquirem prestígio e reconhecimento social.” (AZEVEDO, 1955, pg. 119). Também dedicando-se ao ensino de música, como o de violino e piano, por exemplo, vários trabalhadores negros adquiriam prestígio e mobilidade ascendente ao trabalharem em colégios renomados e ministrarem aulas particulares para famílias ricas. Nas artes plásticas Azevedo recorda a importância do nome do grande intelectual Manoel Quirino,

representante de uma antiga tradição de artistas de destaque no Estado. Já os atores negros não encontravam muito espaço no teatro, e os mais escuros teriam mais problemas ainda para a obtenção de algum papel, pois era preferido pintar uma pessoa de preto a dar um papel a um negro. Na Bahia, os movimentos de criação de um teatro do negro não tiveram boa repercussão. Os artistas que tentaram implantá-lo não conseguiram pôr em prática a idéia, seja pela mentalidade vigente de que não haveria necessidade por não existir separação de raça na Bahia, seja por considerarem uma idéia separatista, o fato é que não foram bem aceitos, diferentemente das organizações teatrais de negros existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em resumo, as possibilidades de ascensão social para os negros pelas artes cênicas na Bahia seriam extremamente restritas, até por que a profissão ligada ao teatro tinha baixo conceito na sociedade baiana, e não havendo empresas teatrais permanentes, mesmo para os não negros a profissão de artista profissional não tinha muitas perspectivas para quem permanecesse no Estado.

Sobre a correlação entre as variáveis nível educacional e mobilidade social dos negros na Bahia, é importante que levemos em consideração que o termo “educação” é utilizado na pesquisa de forma a englobar não apenas o grau de instrução ou escolarização formal, mas também aqueles aspectos identificados como de “boas maneiras” nas formas de sociabilidade, o que significa afirmar que mesmo se escolarizando formalmente, os preconceitos contra os trabalhadores negros poderiam persistir de outras maneiras. Um candidato negro a um emprego poderia apresentar os modos de comportamento considerados mais adequados na perspectiva do empregador, mas não contar com o nível de escolaridade demandado pela profissão. Ou poderia ocorrer o contrário, com o alto grau de escolaridade não estar acompanhado dos chamados “bons modos” do candidato. Por isso,

Thales de Azevedo comenta um relato coletado, segundo o qual “o mal é que muitos pretos não procuram a educação necessária”. Segundo as próprias palavras do autor,

Diz um preto que entre os seus companheiros de certa associação pretende-se que os pretos podem ocupar posições elevadas, mas ele costuma mostrar-lhes que aqueles ainda não estão á altura de pretender tais posições pois lhes falta educarem-se e instruírem-se. “Não basta apresentarem-se bem vestidos, com um sapato de três andares, como supõem muitos”. E ele próprio acrescenta que “o preto educado e instruído tem um ingresso relativo em toda a parte”. E quanto mais claro o indivíduo, tanto mais facilmente sobe se tem aqueles requisitos. (AZEVEDO, 1955, p. 124)

Muitas famílias negras em que os pais não tiveram a possibilidade de estudar manifestavam a consciência quanto à importância da educação formal para os seus filhos. E neste aspecto a Bahia seria diferente de outros Estados, pois os negros baianos seriam mais preocupados em manter os filhos nos cursos secundários, mesmo que isso exigisse grandes sacrifícios. Por exemplo, empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, faziam questão de que os filhos fossem para escola.

Para os negros baianos, a mobilidade ascendente e a aquisição de *status* através da educação era um fato, contudo, a idéia corrente era de que para um negro alcançar uma posição social mais elevada seria necessário mais preparo e maior capacidade do que era exigido de um branco na mesma profissão ou posição social. Um exemplo selecionado por Thales de Azevedo para ilustrar esse raciocínio se referia ao pensamento do eminente psiquiatra Juliano Moreira sobre esse assunto:

Um grande médico mulato, que fez uma carreira excepcional, tornando-se um dos maiores nomes da ciência brasileira, disse a um informante que um homem de cor, para ser bem sucedido, deve ter o duplo do valor de seu competidor branco porque com os escuros passa-se o mesmo que com duas bolas exatamente do mesmo peso e tamanho, uma de metal, outra de madeira; quando as tomamos nas mãos, sempre nos parece que a de metal é mais pesada. Também um homem de cor dá sempre idéia de ter menos mérito do que um alvo. (AZEVEDO, 1955, p. 126).

Ao analisar como a religiosidade poderia incidir sobre a mobilidade social, Thales de Azevedo se concentra na religião católica, para comentar a respeito da importância das irmandades religiosas reforçarem ou confirmarem a classificação social daqueles que a compunham. Segundo o autor, “as instituições religiosas na Bahia refletem a estrutura de classes e a organização social locais. Os fiéis católicos freqüentam os mesmos templos e misturam-se nos assentos, no coro, na mesa da comunhão, independente da sua “qualidade”” (AZEVEDO, 1955, p. 137). As irmandades tinham origem no período colonial congregando distintos grupos sociais sob o patrocínio da Igreja Católica para fins religiosos, mas também com a finalidade de exprimir o *status* social dos seus membros, uma vez que presidir, ter um alto cargo nessas irmandades era valorizado como um símbolo de alto *status* na comunidade. Paralelamente, foram criadas as irmandades dos homens de cor que tinham o mesmo significado dentro das limitações econômicas e sociais de seus componentes, pois as associações tradicionais dos “homens bons”, que significava homens brancos e de profissões de prestígio, não costumam aceitar negros, a não ser “os pardos puxados a brancos” (AZEVEDO, 1955, p. 138). Por outro lado, nas associações em que o controle era monopolizado pelos profissionais liberais, a participação de negros era maior. Na igreja católica, segundo Azevedo, os negros não eram excluídos do sacerdócio. No

tempo da escravatura era proibida a ordenação de escravos, mas não de negros, por isso, desde o final do século XVIII a Igreja Católica se tornara um canal de ascensão para as pessoas sem condições de estudo e de vida adequados.

Nas ordens religiosas, dirigidas em geral por frades europeus ou de formação europeia, persistiu muito tempo o preconceito de que os mestiços dificilmente são fiéis ao voto de castidade. Isto deve ter influído fortemente para dificultar a ordenação de religiosos de cor. Conta um intelectual escuro que, na sua juventude, há mais de 40 anos passados, pretendeu fazer-se sacerdote, ingressando numa ordem religiosa, mas o superior do convento a cuja porta bateu, um espanhol, aconselhou-o a seguir outra carreira. Perplexo com essa rejeição, pediu uma explicação e o superior lhe disse que ele, candidato, não se sujeitaria á disciplina “porque os do seu tipo precisam fazer muito esforço para se conservarem castos”. (AZEVEDO, 1955, p. 143)

Para Thales de Azevedo, as ordens religiosas e o clero secular ainda contavam com poucos mestiços entre os seus membros, porém, a situação estava se modificando, na medida em que vários padres pardos e pretos, além de “alguns frades e monges morenos e mulatos claros” estavam recebendo a ordenação sacerdotal, sendo que a maioria dos seminaristas de uma ordem religiosa pesquisada pelo autor era composta por “pardos e caboclos recrutados entre famílias modestas do interior, particularmente da região rural do nordeste do Estado”. (AZEVEDO, 1955, p. 144)

Ao analisar a inserção dos negros nos esportes, o autor sinaliza para a correlação entre as relações de classe e a prática de determinadas modalidades esportivas. O tênis, por exemplo, era considerado o esporte da burguesia na Bahia. O principal clube de tênis da cidade de Salvador não era freqüentado por negros e, segundo o autor, raramente poderia

ser visto um ou outro “moreno de classe alta” pertencentes às profissões liberais ou ao comércio nas dependências do mesmo. As modalidades de remo, basquetebol e voleibol, também seriam praticadas por jovens das classes intermediárias e altas. O esporte realmente popular e que gerava entusiasmo era o futebol. O autor recorda que na época de sua introdução no Brasil, no início do século XX, este esporte era privilégio da burguesia e não havia negros integrando as equipes. Com a profissionalização, alguns clubes de futebol consideraram necessária a participação de bons jogadores nos seus times, praticamente desaparecendo as restrições ligadas à cor do profissional, uma vez que os negros passaram a ser “entusiasticamente apreciados e muita gente os considera sobremodo aptos para tal jogo devido ao comprimento de seus membros inferiores e à sua agilidade.” (AZEVEDO, 1955, p. 148). Na época da realização da pesquisa, os jogadores mais populares do futebol baiano eram negros e oriundos de famílias de baixíssimas condições econômicas. Os melhores atletas eram disputados pelos clubes e ganhavam somas de dinheiro elevadas para jogar nos times que os disputavam no mercado futebolístico.

Outro aspecto relevante da sociedade baiana tomado em consideração por Thales de Azevedo, diz respeito à possibilidade de mobilidade social de negros, conquistada pelo esforço e talento nos meios intelectuais e nas profissões liberais. Citando trabalhos anteriores de Donald Pierson e Ruth Landes, Azevedo considera que a situação de liberdade de participação no mercado de livre competição, no Brasil, tornava possível a ascensão social tanto para o negro quanto para o branco. Mas é possível que o autor estivesse construindo os seus argumentos a partir da comparação entre Brasil e outros países, como Estados Unidos da América, por exemplo, onde a segregação entre brancos e negros diferenciava a participação em todos os setores da sociedade. Segundo Thales de Azevedo,

“uma das maneiras de ascender socialmente é, para toda a gente ingressar nas carreiras liberais, conquistando o prestigioso título de Doutor, que, mais ou menos indiscriminadamente, se dá na linguagem comum às pessoas diplomadas pelas Universidades. E isto é possível tanto para brancos como para pessoas de cor porque no Brasil não existem Universidades separadas para os “negros”; todas aceitam quaisquer alunos.” (AZEVEDO, 1955, p. 150)

Para Azevedo as melhorias graduais no padrão de vida da população, a ampliação da quantidade de escolas e colégios gratuitos favoreceria a elevação de uma maior quantidade de negros com escolaridade mais alta. Outro aspecto a ser destacado é que pais com poucas condições econômicas direcionavam grandes esforços para a educação dos filhos, visando que estes obtivessem um diploma profissional, pois “muitas mães de condição modestíssima fazem extraordinários sacrifícios para assegurarem aos seus filhos um diploma profissional. Há, em consequência, nas diversas faculdades da Universidade da Bahia numerosos estudantes de cor convivendo, estudando, divertindo-se com os seus colegas brancos e agrupando-se com estes em função de status e de interesses escolares e inclinações intelectuais.” (AZEVEDO, 1955, p. 151)

Embora encontrando acirrada resistência para o ingresso no professorado superior, e tendo algumas diferenças de aceitação em certas profissões liberais, como a de dentista, por exemplo, que não era de fácil acesso para não-brancos, contudo, médicos, advogados e engenheiros seriam profissões que viabilizavam a ascensão social para os negros, inclusive aqueles oriundos de famílias sem recursos econômicos e educação formal. Portanto, para o autor, a profissões liberais eram sem dúvida uma via realizável de ascensão social, assim

como nas carreiras intelectuais a aceitação e prestígio social independiam do que se denominava como a “qualidade” do indivíduo, ou seja, não estaria associada a sua cor ou raça.

Como podemos perceber nas análises acima, na cidade de Salvador dos anos 1950, a educação formal estaria relacionada à maneira mais eficaz de se conseguir mobilidade social ascendente em especial para os negros. Assim, a Bahia era concebida como a “terra do preto doutor”, imagem difundida por outros cantos do país, por viabilizar, inclusive aos negros, prestígio e melhoria de poder econômico pela via da instrução.

Embora pudesse ser verificada essa relativa facilidade para a ascensão social dos negros na sociedade baiana, segundo a interpretação de Azevedo, isso não impedia que surgissem algumas conseqüências para o indivíduo que alcançasse uma melhor posição social, pois o negro que atingia os patamares mais elevados na sociedade podia se sentir em dúvida sobre sua identidade, uma vez que para ser admitido nas camadas sociais mais elevadas ele necessitava assimilar os valores eurocêntricos, o que o tornava passível de ser criticado como negro “metido a branco”, gerando também um certo ressentimento por parte dos indivíduos negros que se encontravam nas escalas sociais inferiores e não possuíam os instrumentos que possibilitariam a mobilidade social. Em outras palavras, para Thales de Azevedo,

[...] é somente em parte verdadeira a idéia de que na Bahia não existem preconceitos e discriminação por motivo de cor. A gente de cor ainda é colocada por muitas pessoas em uma categoria biológica e social com características inferiores as dos brancos. [...] Em virtude desses sentimentos, que são aliás muito tênues, verificam-se discriminações

contra os escuros em alguns setores da organização social. É evidente, todavia que tais discriminações são muito brandas e que dificilmente se podem distinguir dos antagonismos de classes, uma vez que a cor da pele é historicamente considerada no Brasil um símbolo de *status*: os brancos lembram os antigos colonos portugueses que dominavam a economia, a política, a administração pública e cujos descendentes são, ainda hoje, a maioria das classes altas, enquanto os de cor lembram os escravos africanos, importados para trabalhar nas lavouras, nas atividades braçais, nos ofícios manuais, nos serviços domésticos, constituindo até agora as camadas mais pobres e menos instruídas do povo. (AZEVEDO, 1955, p. 194-195)

Thales de Azevedo considera, enfim, que as dificuldades de mobilidade social eram mais acentuadas para os indivíduos de pele mais escura, enquanto que quanto mais próxima a aparência da cor e cabelos classificados como brancos, eram observados uma maior facilidade e até mesmo a inexistência de obstáculos de natureza “étnico-racial” para exercer os diversos ramos de atividade.

## **Considerações finais**

Nas páginas precedentes, realizamos a análise e a discussão das pesquisas desenvolvidas no Brasil no âmbito do Projeto UNESCO, no início da década de 1950, que compreenderam os estudos realizados na Bahia, por Thales de Azevedo; no Rio de Janeiro, por L.A. Costa Pinto; em São Paulo, por Roger Bastide e Florestan Fernandes; e em Pernambuco, por René Ribeiro. A questão central que orientou o desenvolvimento desta tese buscou investigar como os pesquisadores que se engajaram no Projeto Unesco concebiam as possibilidades ou obstáculos para a mobilidade social ascendente dos negros no Brasil.

No primeiro capítulo desta tese, discutimos como a efetivação do Projeto UNESCO foi possibilitada pela existência de intelectuais brasileiros estudiosos da presença africana e dos negros no Brasil, da participação ativa de alguns deles na Organização, como era o caso de Arthur Ramos, bem como da existência de um imaginário sobre a convivência não hierarquizada entre raças e povos no Brasil, gerando uma presumida harmonia que credenciou o país como um exemplo a ser seguido e “um grande laboratório” para o estudo de relações raciais no contexto histórico posterior à Segunda Guerra Mundial.

No segundo capítulo discutimos os fatores que levaram René Ribeiro à caracterização das relações raciais na região Nordeste do Brasil, como favoráveis à mobilidade social ascendente dos negros. Para Ribeiro, de acordo com as informações apresentadas em sua pesquisa, uma aceitação natural da miscigenação se constituía como o elemento central que impedia o exercício da segregação nos contatos raciais, e tornavam o

preconceito e a discriminação atenuados, uma vez que os estereótipos raciais, ao invés de serem atribuídos propriamente à presumida raça de um indivíduo, eram projetados para a cor de sua pele, que variava de tonalidade em virtude do processo de mestiçagem. Mesmo assim, René Ribeiro não deixa de enfatizar como a pesquisa realizada por ele recolheu inúmeros exemplos de situações de preconceito e discriminação abertos contra os negros.

A sociedade brasileira em formação, a partir das mudanças que se processavam na região Nordeste, de acordo com a interpretação realizada por René Ribeiro, tenderia a se tornar multirracial e classista. Mesmo assim, o autor considera que os processos de miscigenação, mobilidade social e aculturação ainda sofreriam uma forte influência das relações sociais herdadas do período colonial, o que faria com que persistisse uma “clivagem étnica” na estrutura social brasileira revelada pela “distância social ainda pronunciada” entre brancos e negros, relegando os últimos às “profissões inferiores”, de modo a que ficassem reservados para os “brancos ou mestiços claros” as posições sociais de maior prestígio e privilégio entre as classes dominantes e a “exígua classe média” ainda em formação. “Nessas condições, como reflexo do sistema escravocrata e em consequência da miscigenação seletiva, as classes sociais parecem-nos ainda diferenciar-se etnicamente, com a predominância dos mestiços de cor escura nas classes “baixas” e de mestiços de pele branca e características caucasóides mais acentuadas nas classes “altas””. (RIBEIRO, 1956, p. 230)

Embora o autor considere que não tenha se desenvolvido no Brasil uma forma de segregação social legal, legitimada ideológica e culturalmente, “o preconceito contra negros e mulatos existe e se manifesta nas classes média e superior, amparando-se em *estereótipos*

*referentes* à inferioridade racial e *cultural* dos negros e expressando-se nas resistências opostas à miscigenação” (RIBEIRO, 1956, p. 231), o que dificulta que os negros possam “cruzar ostensivamente a linha de cor e gozar dos privilégios e do reconhecimento social aspirados, a despeito de sua “inferioridade da cor””. Para Ribeiro, a possibilidade de mobilidade social das várias “categorias étnicas e sociais” é muito importante em uma sociedade, uma vez que “desmoraliza os estereótipos ou determina juntamente com os produtos da miscigenação e da *aculturação* o desaparecimento real ou o apagamento perceptivo dos sinais ou marcas étnicas que passam a ser substituídos pelos distintivos de classe.” (RIBEIRO, 1956, p. 231) Ribeiro ressalta, enfim, a importância dos valores cristãos e culturais luso-brasileiros para a repressão ao preconceito racial em nossa sociedade, mas reconhece que em relação à mobilidade social ascendente da população negra, fica evidente que persiste uma discriminação que dificulta a ascensão, mesmo não existindo barreiras estabelecidas.

Ao encerrar a exposição dos resultados de sua pesquisa, Costa Pinto procura extrair, a partir do material empírico coletado e analisado, as características e perspectivas da situação racial brasileira. Para o autor, “o fato de o negro ter começado a sua história no Brasil como escravo, como força de trabalho privadamente apropriada pelo senhor branco, é o marco zero das tensões raciais neste País [...]” (COSTA PINTO, 1953, p. 312). Contudo, a possibilidade de ascensão social de um maior número de negros se tornou real a partir das mudanças estruturais da sociedade brasileira, em especial as mudanças econômicas que geraram a necessidade de mão-de-obra livre, de um trabalhador com novo perfil e status. As mudanças estruturais tornariam “o preconceito uma forma elementar de resistência da ordem social aos efeitos de sua própria transformação e de suas últimas

conseqüências” (COSTA PINTO, 1953, p. 319). A consciência, adquirida pela via da “etnização” da situação de subordinação, das barreiras existentes à mobilidade ascendente dos negros, torna-se a bandeira de uma elite negra intelectualizada, vanguarda de um grupo em ascensão social no Rio de Janeiro no período estudado pelo autor. Por outro lado, ao considerar a emergência de uma classe média negra, o autor pondera que na estrutura econômica e social do país, não seria possível, evidentemente, que toda a população pertencesse às classes superiores, uma vez que se existe classe social em uma sociedade, necessariamente há hierarquia. Ou seja, não é possível ascensão social para todos os negros, nem para todos os pobres. Em suas conclusões a respeito das perspectivas das relações raciais no Brasil, Costa Pinto considera que “[...] não existe no Brasil uma filosofia racista definida e forte dando apoio e sanção moral à discriminação racial”, mesmo assim, ainda segundo o autor, também não se verificava no país, a existência de “valores imutáveis e absolutos que impeçam que as tensões raciais existentes, e em agravamento, rumem na direção dos desfechos catastróficos [...]” (COSTA PINTO, 1953, p. 345). Sobre as perspectivas para os negros no Brasil, podemos concluir que para Costa Pinto, a mobilidade social ascendente teria acontecido no passado em termos individuais, através de processos de “branqueamento”, e em situações muito especiais e raras, diferentemente da época em que a pesquisa se realiza (década de 1950), em que já havia grupos de negros intelectualizados, organizados, ocupando a posição de vanguarda nas aspirações de mobilidade social da população negra, e valorizando suas origens étnicas.

Segundo a investigação coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, na cidade de São Paulo das décadas de 1940-50, a tendência de integração estrutural se apresentaria como o fator mais forte de integração à classe social. A antiga ordem

estabelecida no passado que identificava dominantes e dominados por relações de raças, tendia a esvanecer-se em uma nova sociedade que estava em processo de consolidação com base em relações sociais de classe. No entanto, segundo Florestan Fernandes, essa tendência de mudança nas relações sociais não significava automaticamente um futuro de total eliminação do preconceito de cor. Em decorrência das mudanças em curso, estariam ocorrendo, então, alguns fenômenos no âmbito das acomodações raciais, como por exemplo, a diminuição da importância dos valores oriundos dos segmentos dominantes e considerados brancos da população, bem como uma diminuição da capacidade destes últimos exercerem a sua dominação sobre os negros com base em critérios raciais, em favor do surgimento de padrões de sociabilidade e relações de dominação e controle racionais e juridicamente estabelecidos, próprios de uma sociedade de economia urbana e capitalista. Por fim, ainda segundo Florestan Fernandes, a emergência histórica de uma sociedade de classes favorecia a formação de movimentos sociais e políticos contrários ao preconceito e à discriminação contra os negros em defesa dos direitos igualitários entre brancos e negros (FERNANDES, 1955, p. 120).

Para Roger Bastide, a sociedade brasileira limita ou impede a mobilidade ascendente do negro sem haver uma segregação institucional. Bastide considera que “o branco defende sua posição dominante por meios indiretos, porém eficazes” (BASTIDE, 1955, p. 149). Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos da América no aspecto das formas de discriminação racial existentes nos dois países, o autor chega à conclusão de que uma “linha de cor” bem estabelecida nos EUA facilitou mais a ascensão social de negros em comparação com a sociedade brasileira que, embora não compactue com a existência de uma segregação institucionalizada, convive, como vimos, com inúmeras formas práticas e

dissimuladas de discriminação e limitação que impedem os negros de galgarem as posições mais prestigiosas e melhor remuneradas. Assim, apesar de ressaltar a importância do processo de miscigenação da população brasileira, Roger Bastide pondera que o mesmo não impedia a persistência do preconceito de cor nas relações sociais, como demonstravam as inúmeras situações descritas e comentadas ao longo do texto, e não necessariamente contribuía para a mobilidade social ascendente dos negros.

Ao investigarmos a problemática referente à mobilidade social vertical dos negros na obra *As Elites de Cor – um estudo de ascensão social*, de autoria de Thales de Azevedo. resultante da pesquisa realizada na cidade de Salvador, Bahia, observamos que os canais de ascensão social, resgatados através de inquéritos e observações diretas em escolas, universidades, clubes e da análise de fotos da Polícia Civil, eram de difícil acesso para os indivíduos negros, indicando, assim, a existência de discriminação racial e desvantagens para a integração dos mesmos na sociedade baiana. Entretanto, “[...] o ideal brasileiro de democracia racial em nenhuma parte se realiza como ali”, como afirma Charles Wagley, no prefácio do livro, evidenciando, assim, o paradoxo dessa presumida ausência da discriminação racial na Bahia, com os persistentes obstáculos constatados pelos próprios pesquisadores, como procuramos demonstrar, para a inserção dos não-brancos no processo de industrialização em marcha no Estado, nas décadas de 1940-50. Pode-se afirmar que Thales de Azevedo foi essencialmente otimista ao dar continuidade à interpretação de Donald Pierson, segundo a qual a sociedade baiana era composta por grupos sociais constituídos como raças e classes sociais que não se estratificavam socialmente como castas. As relações raciais e de classe vigentes na Bahia, segundo esse entendimento, levavam à predominância de “relações pacíficas entre os indivíduos descendentes de vários

estoques raciais”, não existindo “barreiras intransponíveis que impeçam a ascensão social de indivíduos por causa de sua cor”; o que tornava viável “a ascensão das pessoas de cor de uma classe para outra mais elevada” (WAGLEY, 1955, p. 9). Segundo Wagley, Thales de Azevedo estava atento para a persistência de preconceitos e discriminações contra os negros, constatados nos dados obtidos em sua pesquisa de campo, através da coleta de depoimentos em que os informantes se declaravam vítimas de tratamento discriminatório em virtude da cor da pele. Mesmo assim, apesar da dificuldade que representavam para a ascensão social dos indivíduos negros, tais depoimentos ainda eram considerados como indicativos da existência de algumas formas de discriminação consideradas “brandas” na Bahia, em comparação com as formas ostensivas de barragem racista existentes em outros países como na África do Sul e Estados Unidos. (WAGLEY, 1955, p. 9-10) Enfim, o Brasil tinha muito a aprender com outras regiões do mundo sobre desenvolvimento econômico e as novas formas de relações sociais advindas das transformações econômicas, tendo em vista a superação das antigas relações patriarcais que ainda subsistiam e eram incongruentes com a modernização urbana e industrial almejadas para o país. Por outro lado, as outras partes do mundo tinham muito a aprender no tocante às relações interraciais que ocorriam no Brasil, em especial em comparação com as existentes em outros lugares onde a convivência era considerada mais violenta e repleta de intolerâncias como nos Estados Unidos e África do Sul, por exemplo.

Uma visão de conjunto sobre as pesquisas a respeito das relações raciais na sociedade brasileira discutidas nesta tese, possibilita considerarmos que os cinco autores tratados discutiram as condições que tornariam possível ou inviabilizariam a ascensão social dos cidadãos negros na estrutura social e econômica competitiva, desigual e

hierarquizada vigente no país, colocando em relevo o fato de o racismo existente na sociedade brasileira tornar muitas das perspectivas de futuro dos negros frustradas, ao reconhecerem que um conjunto de possibilidades teórica e juridicamente existentes de integração ao sistema sócio-econômico, na prática, se tornavam muitas vezes inviáveis para os cidadãos classificados como negros, pretos, mulatos etc., limitando efetivamente o campo de suas perspectivas de mobilidade social ascendente, muito diferentemente do imaginário que concebia o país como um “paraíso racial” e que se constituiu em um dos pontos de partida para a realização das pesquisas do Projeto UNESCO no Brasil. No entanto, a seriedade dos pesquisadores e o rigor com os quais desenvolveram suas pesquisas, embora levassem à rejeição da hipótese inicial da existência de uma harmonia nas relações raciais na sociedade brasileira, foram bastantes para credenciar os resultados alcançados nas suas investigações como referenciais obrigatórios para a pesquisa científica sobre o preconceito e a discriminação contra os negros que infelizmente persistem no Brasil, demandando ainda um grande empenho acadêmico e envolvimento político necessários para a sua superação.

## Referências

ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes / Brasília, Editora da UnB, 1982.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo, Anablume, 2003.

\_\_\_\_\_. *Onda negra medo branco – o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor – Um estudo de ascensão social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Um romantismo a oeste – modelo francês, identidade nacional*. São Paulo, Anablume / FAPESP, 2002.

BASTIDE, Roger. “Introdução”; “Manifestações do preconceito de cor”; “Efeito do preconceito de cor”. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Editora Anhembi, 1955.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu – Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, Global, 2006.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BORGES PEREIRA, João Batista. *Cor, Profissão e Mobilidade: O negro e o rádio*

em São Paulo. São Paulo, Edusp, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C. Apresentação. In: NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca - As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.

CONSORTE, Josildeth Gomes. “A mestiçagem no Brasil: armadilhas e desafios”. In: *Revista Margem*, n. 10. Faculdade de Ciências Sociais, EDUC, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Considerações sobre o binômio raça/etnia”. In: BERQUÓ, Elza (org.). *População negra em destaque*. São Paulo, CEBRAP, 1998.

\_\_\_\_\_. “Recordações de um aprendizado antropológico” in *Projeto UNESCO no Brasil – textos críticos* / Cláudio Luiz Pereira e Lívio Sansone, organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico – África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira / Editora da UFRJ, 2003.

ESTUDOS ARO-BRASILEIROS- Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934-1º volume. Rio de Janeiro, Ariel, Editora Ltda, 1935.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.

FERNANDES, Florestan. “Do escravo ao cidadão”; “Cor e estrutura social em mudança”; “A luta contra o preconceito de cor”. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Editora Anhembi, 1955.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes / Vol. 1*. São Paulo, Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes / Vol. 2*. São Paulo, Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. Luta de raça e de classes. In: *Teoria e Debate*. Nº 2, São Paulo (março, 1988).

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Global, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. *Novas Elites de Cor: Estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. São Paulo, Ed. Annablume, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala – Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarca*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1969.

GOMES, Flavio; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. In: *Revista Novos Estudos*, n. 80, São Paulo, CEBRAP, março/2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997. Tese de doutorado.

MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz/CCBB, 1996.

\_\_\_\_\_. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Bras. de Ciências Sociais*. Vo.l 14 n. 41, outubro, 1999.

\_\_\_\_\_. A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil  
Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

MENDOZA, Edgar S. G. “Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). In: Revista *Sociologias*. Poroto Alegre, ano 7, n. 14, jun/deza 2005.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo, Publifolha, 2000.

NETTO, Antonio Jordão; BOSCO, Santa Helena. *O imigrante espanhol em São Paulo*. São Paulo: Setor de Estudos e Pesquisas sociológicas/Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1963.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

\_\_\_\_\_. *Político Negro, Negro Político*. São Paulo, Edusp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Preconceito de Marca - As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. “A sociologia no Brasil”. In: FERRI, Mário G. e MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU : EDUSP : CNPq, 1979-1981.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia; BURKE, Peter. *Repensando os trópicos – um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo, Editora da UNESP, 2009.

PEREIRA, João Baptista Borges, 1929. *Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro e o Rádio de São Paulo*-2ªed.. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia – estudo de contacto racial*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1945.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. *Negros de classe média na cidade de Maringá*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 2006.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*. [s. l.]: HGCB, tomo III, vol. 2, 1985.

PETRUCCELLI, José Luis. “Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro 1870-1930,  
[Http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm) –  
Acessado em 07/06/2008.

RAMOS. Arthur. *O folclore negro do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20”. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz/CCBB, 1996.

RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

SCHWARTZMAN, Simon. “*Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil*”. In: *Novos Estudos* - nº55. São Paulo, CEBRAP, novembro de 1999.

SELLTIZ, Claire [e outros]. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, E.P.U., Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Unb, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994

\_\_\_\_\_. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na Antropologia de Edgard Roquete-Pinto. In: *Antropologia Brasileira - Ciência e educação na obra de Edgard Roquete-Pinto – Humanitas- Editora UFMG Belo Horizonte/Editora Fiocruz Rio de Janeiro 2008*

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WAGLEY, Charles. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Thales. *As elites de cor – um estudo de ascensão social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.